

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ AUGUSTO DE MEDEIROS MONTEIRO

**A INFLUÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE E DA CONTABILIDADE REGULATÓRIA SOBRE O SISTEMA
DE CONTABILIDADE GERENCIAL DAS COMPANHIAS DE ENERGIA
ELÉTRICA BRASILEIRAS**

RECIFE

2014

JOSÉ AUGUSTO DE MEDEIROS MONTEIRO

**A INFLUÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE E DA CONTABILIDADE REGULATÓRIA SOBRE O SISTEMA
DE CONTABILIDADE GERENCIAL DAS COMPANHIAS DE ENERGIA
ELÉTRICA BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Cláudio de Araújo Wanderley, Ph.D.

Coorientador: Prof.º Dr. Jeronimo José Libonati

RECIFE

2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

- M775i Monteiro, José Augusto de Medeiros
A influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre o sistema de contabilidade gerencial das companhias de energia elétrica brasileiras / José Augusto de Medeiros Monteiro. - Recife : O Autor, 2014.
146 folhas : il. 30 cm.
- Orientador: Prof. Ph.D. Cláudio de Araújo Wanderley e co-orientador Prof. Dr. Jeronymo José Libonati.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.
Inclui referências e apêndices.
1. Setor elétrico - Brasil. 2. Contabilidade societária. 3. Contabilidade regulatória. 4. Contabilidade gerencial. I. Wanderley, Cláudio de Araújo (Orientador). II. Libonati, Jeronymo José (Co-orientador). III. Título.
- 657 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 020)



**Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Ciências Contábeis**



Coordenação

**A INFLUÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS
INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E DA
CONTABILIDADE REGULATÓRIA SOBRE O SISTEMA DE
CONTABILIDADE GERENCIAL DAS COMPANHIAS DE
ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRAS**

JOSÉ AUGUSTO DE MEDEIROS MONTEIRO

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 31 de janeiro de 2014.

Banca examinadora:

Orientador/Presidente: Cláudio de Araújo Wanderley (Ph.D)

Examinadora Interna: Umbelina Cravo Teixeira Lagioia (Dr^a.)

Examinador Externo: Aldo Leonardo Cunha Callado (Dr.)

*Aos meus pais Pedro Ivan e Maria Ivanete
dedico este trabalho com o mesmo amor e
carinho que eles sempre me dedicaram*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido chegar até aqui e por ter colocado pessoas tão importantes em minha vida que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho, às quais procuro me referir neste espaço e espero ter lembrado de todas, e se por ventura tenha esquecido de alguma(s), espero que não se ofenda(m) e perdoe(m) meu esquecimento.

Agradeço a toda minha família, em especial aos meus pais, Maria Ivanete e Pedro Ivan, por todo amor, carinho, incentivo, apoio, educação.

Agradeço ao meu irmão Ivandro Monteiro por toda fraternidade e apoio me dado, não só durante o mestrado mas em todas as minhas decisões. Ao meu sobrinho Brendo Monteiro. Aos meus tios e tias, Luzia do Carmo, Marcos Lemos, Pedro Medeiros, Guia Medeiros, Terezinha Monteiro e Inês Monteiro. Aos meus primos Álvaro Magalhães, Renata Lacerda, Marcos Lemos Filho e Washignton Martins.

Agradeço à minha noiva, Thaís Nicole, por ter suportado as minhas ausências e estresses com o mesmo amor de sempre, tornando essa jornada muito mais fácil.

À CAPES pelo financiamento, essencial para a viabilização da minha saída de João Pessoa para fazer o mestrado em Recife.

Ao CNPQ pelo financiamento do projeto de pesquisa do qual esta dissertação é um dos frutos.

Agradeço aos meus professores da graduação no Campus IV da Universidade Federal da Paraíba que tanto me incentivaram a seguir carreira acadêmica, acreditando sempre em meu potencial, especialmente ao orientador da minha monografia Ms. Dimmitre Morant e ao então coordenador do curso Dr. Jassuípe Morais.

À Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), pelo apoio fundamental para a obtenção de respostas ao questionário de pesquisa utilizado nesta dissertação, em especial ao seu coordenador de eventos Ms. Edilson Silveira, que tanto contribuiu com este trabalho e sem o qual eu não teria conseguido esse acesso à ABRACONEE, agradeço por todas as suas contribuições a esta pesquisa.

Agradeço a toda ajuda de Lívia Carrascoso na coleta de dados, a Esdras Carvalho pelas suas contribuições que tanto me ajudaram durante o mestrado e a Edna Melo por dividir despesas comigo durante a coleta de dados.

A todos que responderam ao questionário e aceitaram ser entrevistados, tornando esta pesquisa possível.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco que tanto me ensinaram nestes dois anos, especialmente ao Dr. Aldemar Araújo; Cláudio Wanderley, Ph.D; Dr. Jeronymo Libonati; Juliana Meira, Ph.D; Luiz Carlos Miranda, Ph.d; Dr. Raimundo Nonato, destacando dentre tais professores o Dr. Marco Túlio e a Dra. Umbelina Lagioia por todo o apoio nos momentos mais difíceis enfrentados por nossa turma.

Dedico um parágrafo especial ao meu orientador Cláudio de Araújo Wanderley, Ph.D, que tanto me ensinou e me ajudou nessa etapa da minha vida, me dando oportunidade de ter experiências de sala de aula na graduação da UFPE e compartilhando seu conhecimento e experiências comigo. Agradeço muito pela oportunidade de ter sido seu orientando e por toda sua paciência, dedicação e contribuições necessárias para a execução deste trabalho.

Agradeço aos professores Dr. Aldo Callado e Dra. Umbelina Lagioia por aceitarem o convite para avaliarem este trabalho e por todas as suas contribuições dadas desde a qualificação do projeto.

Agradeço aos integrantes da Secretaria do Mestrado, em especial Sebastião Luciano da Silva por toda sua atenção e disponibilidade em nos ajudar sempre que necessário.

Agradeço a todos meus amigos da turma de 2012 do mestrado em ciências contábeis, dentre os quais destaco Clayton Julião, Edna Melo, Lavoisiene Lima, Leandro Lopes, Marco Granha e Regiane Cunha. Destaco ainda dentre estes os moradores e os frequentadores assíduos da famosa “batcaverna” Francisco Carlos Filho, Karenn Patrícia, Lucivaldo Lourenço, e Paulo César por todo o companheirismo nas noites de estudo que passamos juntos e também nos nossos raros momentos de diversão durante o mestrado. Agradeço também aos colegas Ivo Alves, Jardson Guedes, Márcio Balduchi, Rodrigo Lins e Valéria Regina, por todo o companheirismo dedicado durante o tempo em que conviveram conosco.

Agradeço também a companhia dos colegas da turma de 2011, dentre os quais destaco Esdras Carvalho e Livia Lemos, e da turma de 2013, destacando João Gabriel, João Marcelo, Juliana Araújo, Márcio Nunes, Maxleide Nascimento, Omar de Barros, Rafael Becker, Rodrigo Prazeres e Thiago Soeiro.

Aos amigos que fiz em Recife, além dos que fiz na UFPE, Amyude Mariano, Caio Mulatinho, Laura Leal, Marcelo Ribeiro, e especialmente a Diana Fidalgo que tanto me apoiou durante a fase de conclusão deste trabalho.

Agradeço aos amigos dos quais tanto me distanciei durante o mestrado, destacando entre eles Jobson Francisco, Cleiton Leandro, Leyde Klebia, Mônica Elisa, Márcia Elane, Sezinando,

Jobson Louis, Sadraque Lucena, Natália Lima, Clebber Gonçalves, Thiago Giovani, Gleise Paulino, Berivan Lacerda, Dâmaris Queila, Carlos Alexandre.

*Na vida, não vale tanto o que temos,
nem tanto importa o que somos.
Vale o que realizamos com aquilo que possuímos
e, acima de tudo, importa o que fazemos de nós!*

(Chico Xavier)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar e analisar a possível influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre o sistema de contabilidade gerencial das companhias de energia elétrica brasileiras. Para o alcance de seu objetivo, a pesquisa utilizou uma abordagem multimétodos sequencial, sendo realizadas inicialmente 7 entrevistas que deram suporte à elaboração do questionário de pesquisa utilizado na pesquisa e complementaram sua análise quantitativa. O referido questionário foi aplicado a cem associados da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE) e obteve 48 respostas, representando 43 companhias elétricas, dentre as quais 35 são obrigadas a elaborar demonstrativos contábeis regulatórios conforme a Resolução ANEEL nº 396/2010. Para a análise inferencial foram realizados testes exatos de Fisher e de Wilcoxon com o auxílio do software estatístico IBM SPSS v. 20, considerando-se um nível de significância de até 5%. Os resultados evidenciaram que tanto a contabilidade regulatória quanto a contabilidade societária exercem influência sobre a contabilidade gerencial das companhias distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica brasileira, destacando que, embora os respondentes tenham atribuído maior relevância às informações contábeis regulatórias, a contabilidade societária convergida aos padrões internacionais é mais utilizada para fins gerenciais nas companhias estudadas do que a contabilidade regulatória. Os resultados dos testes exatos de Fisher demonstraram que as variáveis segmento de atuação, controle acionário, faturamento, quantidade de colaboradores no setor contábil, nível de parametrização dos sistemas de informação contábil com as normas contábeis convergidas aos padrões internacionais possuem relação com o nível de uso e de importância das informações contábeis societárias e regulatórias para a contabilidade gerencial das companhias de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica estudadas. Por fim, os testes de Wilcoxon demonstraram que o impacto da implementação das normas internacionais de contabilidade e das normas contábeis regulatórias nas funções da controladoria foram estatisticamente iguais, exceto na função de proteção e controle de ativos, na qual o impacto da implementação da contabilidade regulatória apresentou um nível estatisticamente superior em relação ao das normas internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Setor Elétrico Brasileiro; Contabilidade Societária; Contabilidade Regulatória; Contabilidade Gerencial; Integração.

ABSTRACT

The present study aimed to identify and analyze the possible influence of the implementation of international accounting standards and of regulatory accounting over management accounting system of the Brazilian electricity companies. To reach your aim, this research used a sequential multimethod approach, initially being held 7 interviews that supported the preparation of the questionnaire used in the research and complemented its quantitative analysis. This questionnaire was administered to one hundred members of the Brazilian Association of Accountants of the Electricity Sector (ABRACONEE) and got 48 responses, representing 43 electric companies, being among them 35 required to prepare financial regulatory statements according to ANEEL Resolution No. 396/2010. For the inferential analysis were used Fisher's exact tests and Wilcoxon's tests with the aid of the statistical software IBM SPSS v. 20, considering a significance level of 5%. The results showed that both the regulatory accounting as societary exercise an influence on managerial accounting users Brazilian electricity distribution and/or transmission companies, highlighting that although respondents have assigned greater importance to the regulatory accounting information, to societary accounting converged to international standards is most commonly used for management purposes in the studied companies that regulatory accounting. The results of Fisher's exact tests showed that the variables segment, stock control, sales, number of employees in the accounting industry, level of parameterization of accounting information system with accounting standards converged with international standards are related to the level of use and the importance of societary and regulatory accounting information for managerial accounting of distribution companies and/or power transmission studied. Finally, the Wilcoxon test showed that the impact of the implementation of international accounting standards and regulatory accounting standards in the controllership functions were statistically the same, except in the function of protection and control of assets, in which the impact of the implementation of regulatory accounting showed a statistically higher level compared to the of international standards.

KEYWORDS: Electric Brazilian Sector; Societary Accounting; Regulatory Accounting; Managerial Accounting; Integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura institucional do setor elétrico brasileiro.	35
Figura 2 – Diagrama resumo da contabilização de contratos de concessão	49
Figura 3 – Resumo da metodologia.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução das teorias administrativas até o desenvolvimento da teoria da contingência.....	29
Quadro 2 – Resumo das características das organizações mecanicistas e das organizações orgânicas.....	30
Quadro 3 – Principais hipóteses levantadas pelos estudos acerca de Sistemas de Controle Gerencial com abordagem contingencial	31
Quadro 4 – Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC e pela CVM.....	44
Quadro 5 – Diferenças de contabilização entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária	52
Quadro 6 – Pontos e premissas específicas à contabilidade regulatória destacados pelo Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias.....	52
Quadro 7 – Comparação entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial	55
Quadro 8 – Entrevistados da pesquisa.....	62
Quadro 9 – Respondentes dos questionários.	64
Quadro 10 – Distribuidoras e transmissoras de energia elétrica participantes do estudo.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades das empresas participantes do estudo.....	71
Tabela 2 – Frequências de empresas por área de atuação	72
Tabela 3 – Faturamento das companhias estudadas	72
Tabela 4 – Principais origens do capital acionário das companhias participantes do estudo...	73
Tabela 5 – Existência de controladora.....	73
Tabela 6 – Estilo gerencial	74
Tabela 7 – Quantidade de colaboradores no setor contábil	74
Tabela 8 – Cargos dos respondentes.....	75
Tabela 9 – Nível de instrução dos respondentes.....	75
Tabela 10 – Tempo de experiência dos funcionários nas empresas onde trabalham	75
Tabela 11 – Tempo de experiência na contabilidade do setor elétrico.....	76
Tabela 12 – Estratégias utilizadas para a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).....	78
Tabela 13 – Nível de parametrização dos sistemas contábeis de acordo com as normas aplicadas ao setor elétrico brasileiro.....	79
Tabela 14 – Opiniões dos respondentes acerca do processo de convergência contábil e implementação da contabilidade regulatória do setor elétrico	80
Tabela 15 – Opiniões dos respondentes acerca de procedimentos das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória do setor elétrico	84
Tabela 16 – Tempo destinado pelo setor contábil a cada uma de suas atividades	86
Tabela 17 – Relatório gerencial explicativo das divergências entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.....	88
Tabela 18 – Nível de importância da contabilidade regulatória para investidores e credores na opinião dos respondentes.....	88
Tabela 19 – Nível de utilização e de importância das informações contábeis societárias e regulatórias para fins gerenciais	90
Tabela 20 – Representação da essência econômica pelas contabilidades societária e regulatória na opinião dos respondentes	92
Tabela 21 – Opiniões dos respondentes acerca do potencial gerencial da contabilidade regulatória.....	93
Tabela 22 – Opinião dos respondentes acerca da melhoria das informações contábeis regulatórias e societárias para fins gerenciais.....	95

Tabela 23 – Lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho	96
Tabela 24 – Base de dados contábil para fins de elaboração de relatórios gerenciais	97
Tabela 25 – Razões para a escolha da base de dados utilizada para elaboração de relatórios gerenciais.....	98
Tabela 26 – Impacto da implementação da contabilidade societária e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria	99
Tabela 27 – Variáveis contingenciais e nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna.....	100
Tabela 28 – Variáveis contingenciais e nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão interna.....	103
Tabela 29 – Variáveis contingenciais e nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho	105
Tabela 30 – Variáveis contingenciais e nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho	107
Tabela 31 – Teste de Wilcoxon para comparação entre os níveis de utilização e de importância das informações e indicadores contábeis societários e regulatórios para fins gerenciais.....	110
Tabela 32 – Variáveis contingenciais e lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho	111
Tabela 33 – Variáveis contingenciais e Base de Dados Utilizada para Fins de Elaboração de Relatórios Gerenciais.....	112
Tabela 34 – Impacto da implementação da contabilidade societária e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRACONEE – Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

ABRADEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas

AESBE – Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANP – Agência Nacional de Petróleo

ANS – Agência Nacional de Saúde

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BACEN – Banco Central do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CCNC – Comissão Consultiva de Normas Contábeis

CE – Comunidade Europeia

CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CIMA – *Chartered Institute of Management Accountants*

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CMN – Conselho Monetário Nacional

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DNAE – Divisão Nacional de Águas e Energia

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group*

ELETRORÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A

ENCONSEL – Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

FMI – Fundo Monetário Internacional

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IOSCO – *International Organization of Securities Commissions*

IPSAS – *International Public Sector Accounting Standard*

IRT – Reajuste Tarifário Anual

MAE – Mercado Atacadista de Energia Elétrica

MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

MCSPEE – Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica

MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

MJ – Ministério da Justiça

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

ONU – Organização das Nações Unidas

RI – Relação com Investidores

ROA – *Return on Assets* (Retorno sobre o ativo)

ROE – *Return on Equity* (Retorno sobre o patrimônio líquido)

RTT – Regime Transitório de Tributação

SDE – Secretaria de Direito Econômico

SIC – *Standing Interpretations Committee*

SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico

SNRH – Secretaria Nacional de Recursos Hídricos

SRF – Secretaria da Receita Federal

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

VNR – Valor Novo de Reposição

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	20
1.2	OBJETIVOS	22
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos Específicos	22
1.3	JUSTIFICATIVA	22
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	25
1.5	HIPÓTESES DE PESQUISA	25
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	27
2	REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1	TEORIA DA CONTINGÊNCIA	28
2.2	SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	34
2.2.1	Estrutura	34
2.2.2	Regulação	36
2.2.3	Revisão tarifária	39
2.3	CONVERGÊNCIA CONTÁBIL	41
2.4	CONTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	47
2.4.1	As interpretações IFRIC 12 e ICPC 01	47
2.4.2	Contabilidade regulatória do setor elétrico	50
2.5	RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE FINANCEIRA E A CONTABILIDADE GERENCIAL	54
3	METODOLOGIA	60
3.1	ABORDAGEM QUALITATIVA	61
3.2	ABORDAGEM QUANTITATIVA	62
3.2.1	Instrumento de coleta de dados	63
3.2.2	Coleta de dados	64
3.3	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	67
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS	71
4.1.1	Informações gerais dos respondentes e das companhias elétricas participantes da pesquisa	71
4.1.2	Implementação das IFRS e das alterações da Contabilidade Regulatória	77
4.1.3	Utilidade da informação contábil e integração da Contabilidade Financeira com a Contabilidade Gerencial	87
4.2	ANÁLISE INFERENCIAL DOS RESULTADOS	100
4.2.1	Hipótese 1 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão	100
4.2.2	Hipótese 2 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão	103
4.2.3	Hipótese 3 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade societária	105
4.2.4	Hipótese 4 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade regulatória	107
4.2.5	Hipótese 5 – Investigação de diferenças entre o nível de utilização e de importância das informações e dos indicadores da contabilidade societária e os da contabilidade regulatória	109
4.2.6	Hipótese 6 – Relação entre as variáveis contingenciais e a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho	110

4.2.7	Hipótese 7 – Relação entre as variáveis contingenciais e a escolha da base de dados para fins de elaboração de relatórios gerenciais	112
4.2.8	Hipótese 8 – Investigação das diferenças entre o nível de impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade e da implementação da contabilidade regulatória nas funções da controladoria	115
5	CONCLUSÃO.....	117
	REFERÊNCIAS.....	124
	APÊNDICE A – Guia para entrevistas com os contadores presentes no XXVIII ENCONSEL.....	134
	APÊNDICE B – Guia para entrevista com representante de assuntos contábeis da ANEEL.....	136
	APÊNDICE C – Guia para entrevista com representante de assuntos contábeis da CVM	138
	APÊNDICE D – Questionário	140

1 INTRODUÇÃO

A necessidade das companhias captarem recursos em mercados internacionais impulsionou o processo de harmonização contábil internacional. No Brasil, esse processo ganhou impulso entre os anos de 2007 e 2010, período no qual legislações específicas favoreceram a adoção de padrões contábeis internacionais, obrigando que as companhias abertas partir de 2008 já começassem a adotar padrões internacionais de contabilidade e que a partir de 2010 estivessem completamente convergidas (CVM, 2007; CVM, 2010; BRASIL, 2007; BRASIL, 2009).

Atendendo a essa obrigatoriedade de convergência, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vem desde o ano de 2007 editando e aprovando normas tomando como base os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade). Tais normas, apesar de não possuírem caráter obrigatório quando emitidas pelo CPC, passam a possuí-lo quando aprovadas pelos órgãos regulamentadores contábeis como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) além de órgãos reguladores setoriais como a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Conselho Monetário Nacional (CMN), Agência Nacional de Saúde (ANS), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Dentre as normas emitidas pelo CPC baseadas nos padrões estabelecidos pelo IASB uma impacta especialmente as concessionárias de serviço público, a interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão, baseada na interpretação IFRIC 12 – *Service Concession Arrangements* (Acordos de Serviços de Concessão).

A ICPC 01 foi aprovada pela CVM e pelo CFC em 2009, através da deliberação CVM nº 611/09 e da Resolução CFC nº 1.261/09, tornando obrigatória a sua observância pelas concessionárias de serviço público a partir do ano de 2010, obrigando ainda a reconciliação dos demonstrativos referentes ao ano de 2009 reapresentados para fins de comparabilidade com os de 2010.

A obrigatoriedade de adoção da ICPC 01 pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica levou a ANEEL a instituir a contabilidade regulatória para as transmissoras e distribuidoras de energia elétrica, pois as necessidades informacionais para fins de regulação, mais especificamente para dar suporte ao processo de revisão tarifária e às atividades de fiscalização e prestação de informações referentes a investimentos no setor

elétrico, são distintas das informações geradas pela contabilidade societária após a adoção de tal interpretação (Resolução Normativa ANEEL nº 396, ANEEL, 2010).

Neste sentido, as companhias elétricas devem atualmente atender a exigências contábeis societárias, regulatórias e tributárias, além de atenderem às suas necessidades internas com a contabilidade gerencial.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Diversos são os usuários da contabilidade e distintas são suas necessidades. Neste sentido, para o atendimento das necessidades de seus usuários externos, os organismos reguladores contábeis buscam definir normas que atendam as necessidades comuns à maioria destes usuários, centrando-se, a maioria deles, na necessidade dos investidores.

Porém o Estado, visando o interesse público, exige das empresas informações contábeis diferenciadas das exigidas societariamente, úteis para a cobrança de tributos, podendo ainda exigir, quando se trata de atividades de interesse público, que necessidades informacionais específicas para regulação e da sociedade beneficiada por tais atividades sejam supridas. Este é o caso do setor elétrico brasileiro, o qual é representado por entidades públicas e concessionárias ou permissionárias privadas que prestam serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Com o objetivo de defender o interesse público garantindo o equilíbrio econômico-financeiro das entidades privadas prestadoras de serviços de energia elétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é a responsável por normatizar o setor no Brasil, regulando inclusive as tarifas cobradas, de modo a garantir o valor necessário para o fornecimento de energia, assegurando aos prestadores remuneração suficiente de seu capital, e remunerando adequadamente os investimentos necessários para a expansão da capacidade e melhoria dos serviços prestados (ANEEL, 2007).

Para tanto, é realizado o processo de revisão tarifária, o qual busca mediar um conflito de interesse existente entre a sociedade, que defende menores tarifas praticadas, e os investidores, que defendem que maiores lucros sejam alcançados pelas empresas que recebem seus investimentos.

A ANEEL já completou dois ciclos de revisão tarifária desde sua criação, um no período de 2003 a 2006 e outro no período de 2007 a 2010, e iniciou o terceiro ciclo em 2011, o qual perdurará até o ano de 2014. Para a execução da revisão tarifária no ciclo vigente, a ANEEL

está se baseando em métricas contábeis que divergem das exigidas pela legislação societária, justamente por buscar mediar a divergência de interesses entre a sociedade e investidores das companhias elétricas. Sendo assim ela regulamenta, através da Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, que os agentes participantes do setor elétrico brasileiro, em especial os que prestam serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica, além de atenderem a legislação societária, devem elaborar e divulgar informações contábeis de forma a atender as necessidades regulatórias.

Este não havia sido um problema nos dois primeiros ciclos de revisão tarifária, pois antes da harmonização contábil brasileira com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (Normas Internacionais de Contabilidade) as necessidades da ANEEL para o processo de revisão tarifária eram supridas pela contabilidade societária ora praticada.

Então, algumas alterações trazidas pelas IFRS fizeram com que a ANEEL instituísse em 2010, através da Resolução Normativa nº 396/2010, a contabilidade regulatória, que, assim como a contabilidade societária brasileira, também vem adotando padrões internacionais de contabilidade, porém, apenas as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pela ANEEL podem ser aplicadas à contabilidade regulatória.

Neste sentido, as principais divergências entre essas duas contabilidades é que (1) para atender os objetivos da contabilidade regulatória a ANEEL não aprovou a ICPC 01, registrando, da mesma forma que antes da convergência de normas contábeis, a infraestrutura pública sob sua custódia em uso como ativo imobilizado, enquanto que para fins societários essa infraestrutura passou a ser reconhecida como intangível e/ou ativo financeiro e que (2) para fins regulatórios essa infraestrutura deve ser avaliada ao Valor Novo de Reposição (VNR).

Deste modo, as companhias elétricas de distribuição e transmissão tiveram que atender às exigências do órgão regulador ao mesmo tempo em que adotaram normas internacionais de contabilidade, tendo que se adaptar a duas novas exigências ao mesmo tempo. Além do mais, tais companhias passaram a gerar duas bases de dados de informações contábeis financeiras que podem ser utilizadas para gerar seus relatórios contábeis gerenciais, pois, a contabilidade gerencial tanto pode partir do banco de dados da contabilidade financeira como pode ser baseado num sistema separado (WEIBENBERGER e ANGELKORT, 2011; GILIO, 2011; FREZATTI, AGUIAR e GUERREIRO, 2007).

Diante do exposto o estudo terá como objetivo responder a seguinte pergunta: **Qual a influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre sistema de contabilidade gerencial das companhias de energia elétrica brasileiras?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar a possível influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre sistema de contabilidade gerencial das companhias de energia elétrica brasileiras.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade pelo setor elétrico brasileiro;
- b) Identificar de que modo são utilizadas as informações provenientes da contabilidade financeira para fins de tomada de decisão e avaliação de desempenho nas empresas do setor elétrico brasileiro;
- c) Apontar fatores que influenciam a escolha da base de dados contábil utilizada para fins de tomada de decisão e avaliação de desempenho;
- d) Identificar se os níveis de impacto causados pelas implementações das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria foram estatisticamente diferentes.

1.3 JUSTIFICATIVA

Conforme Brugni *et al.* (2012), a pesquisa nesta área ainda se encontra bastante incipiente. O setor escolhido é justificado pela importância que o setor elétrico representa para o desenvolvimento de um país e pelo fato de ter instituído uma contabilidade regulatória para atender necessidades informativas de seu órgão regulador, a ANEEL, que anula os efeitos da adoção do ICPC 01.

Apesar desta incipiência, pesquisadores têm se preocupado em investigar assuntos relativos ao processo de revisão tarifária e à contabilidade regulatória e societária do setor elétrico brasileiro. A exemplo pode-se citar os trabalhos de Brugni *et al.* (2012), Wanderley, Cullen e Tsamenyi (2011), Suzart *et al.* (2012), Mincato (2011), Scalzer (2011); e de Wanderley e Cullen (2012).

Brugni *et al.* (2012) procuraram investigar como as divergências entre os critérios contábeis da IFRIC 12/ICPC 01 e da contabilidade regulatória da ANEEL podem influenciar a formação de tarifas do setor de energia elétrica no Brasil. Esta pesquisa teve caráter estritamente qualitativo, utilizando-se de revisão bibliográfica e análise de documentos. Os referidos pesquisadores concluíram que a adoção do ICPC 01 “interfere no desempenho das atividades da ANEEL, inviabilizando a persecução de suas metas de manter a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias” (p. 13).

A pesquisa de Wanderley, Cullen e Tsamenyi (2011) teve como objetivo explorar a evolução da contabilidade regulatória no contexto das reformas do setor elétrico brasileiro realizadas após o programa de privatização. Também com enfoque qualitativo, a pesquisa baseou-se em documentos publicados pela ANEEL e em informações provenientes de companhias de distribuição de energia elétrica e de outras agências governamentais. A pesquisa concluiu que no primeiro ciclo de revisão tarifária, a contabilidade regulatória e os procedimentos de revisão tarifária foram negligenciados, ocasionando uma série de problemas na implantação e consolidação do modelo proposto pela reforma, já no segundo ciclo foi observado que a contabilidade regulatória desempenhou um papel fundamental no quadro regulamentar.

Já a pesquisa de Suzart *et al.* (2012) teve um enfoque quantitativo, buscando identificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre a contabilidade regulatória do setor elétrico e a contabilidade societária e qual a intensidade delas nos retornos sobre o patrimônio líquido (ROE) e sobre o ativo (ROA). Para alcançar seu objetivo, a pesquisa analisou nos anos de 2009 e 2010 as concessionárias brasileiras do setor elétrico que publicaram balanços regulatórios relativos aos referidos anos. A pesquisa concluiu que, nos anos estudados: (1) em média, o lucro regulatório foi inferior ao lucro societário; (2) em média, o Patrimônio Líquido e o Ativo Total, regulatório e societário, se apresentaram estatisticamente iguais; e (3) os retornos (ROE e ROA) foram alterados com maior intensidade pelas normas societárias.

Mincato (2011) buscou em sua pesquisa propor um modelo de aplicação da IFRIC 12. Para tanto a pesquisadora aplicou o modelo proposto nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2008 e 2009 de uma concessionária de serviço público de distribuição de energia. A conclusão da pesquisa foi que, apesar da complexa operacionalização e relevância para a apresentação dos demonstrativos financeiros, o modelo não impacta significativamente do ponto de vista econômico, porém reflete de forma legítima a essência dos contratos de concessão.

O estudo de Scalzer (2011) buscou analisar os impactos da adoção do ICPC 01 na concessionária de distribuição de energia elétrica Light S.E.S.A. Para o alcance do objetivo, os demonstrativos referentes a 2008 da companhia estudada foram reconciliados observando o ICPC 01. O resultado apontou que, no caso estudado, a adoção do ICPC 01 ocasionou um aumento nas receitas, porém gerou um aumento nas despesas operacionais superior ao acréscimo nas receitas, impactando numa redução do lucro e do EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

Wanderley e Cullen (2012) buscaram explicar a dinâmica política e social do processo de mudança na contabilidade gerencial através de um estudo de caso interpretativo em uma companhia de distribuição elétrica brasileira privatizada. A pesquisa analisou um período de 8 anos de mudanças ocorridas na contabilidade gerencial da empresa estudada, partindo do ano da privatização, ano 2000, até o ano de 2007. O estudo concluiu que aconteceram profundas mudanças nos sistemas gerenciais da companhia estudado após sua privatização, em especial nos sistemas orçamentário e de medição de desempenho e na forma de uso da informação contábil gerencial pelos administradores.

Também é percebida a pouca quantidade de estudos que buscam investigar a integração entre a contabilidade gerencial e a financeira. Conforme Ittner e Larcker (2001) é perceptível a falta de integração entre a pesquisa contábil gerencial e financeira, pois os pesquisadores contábeis têm tratado estes dois temas como independentes, muito embora seja provável que a contabilidade gerencial e financeira não seja independentes. Nesse sentido Gilio e Afonso (2012), defendem que apesar de serem tratadas como distintas, as contabilidades financeira e gerencial possuem conceitos e critérios similares, podendo desta forma na prática elas partirem de uma base de dados comum às duas ou serem mantidas de formas distintas.

Diante dos estudos apontados percebe-se que nenhum deles buscou investigar a possível influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre sistema de contabilidade gerencial das companhias de energia elétrica brasileiras.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada junto às empresas do setor elétrico que atuam nas atividades de transmissão e/ou distribuição que possuem contadores associados à Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE).

1.5 HIPÓTESES DE PESQUISA

Espejo (2008) argumenta que as organizações possuem dinâmicas particulares, afetadas por variáveis que conduzem a comportamentos gerenciais distintos. Neste sentido o desenho e o uso dos sistemas de contabilidade gerencial das organizações são influenciados por tais variáveis, e cada organização responde de forma particular a essas influências (MARQUES, 2012).

Devido à ampla gama de variáveis capazes de influenciar os comportamentos gerenciais das organizações, a teoria da contingência vem sendo largamente utilizada para analisar o contexto dos efeitos destas variáveis sob o desenho dos sistemas gerenciais das organizações (BERRY *et al.*, 2009).

A teoria da contingência sugere que nada é absoluto nas organizações, que tudo é relativo, e explica que há uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance dos objetivos de uma organização (CHIAVENATO, 2004).

Nesse contexto, com o objetivo de verificar a influência das variáveis contingenciais área de atuação (Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização), estrutura organizacional (Controle acionário público ou privado, Subordinação a grupo controlador e Estilo Gerencial), tamanho (Faturamento e Quantidade de colaboradores no setor contábil) e tecnologia (níveis de parametrização dos sistemas de informação contábeis com as normas contábeis regulatórias e societárias convergidas aos padrões internacionais) sobre os sistemas de contabilidade gerencial das companhias distribuidoras e /ou transmissoras de energia elétrica, foram elaboradas 6 hipóteses.

Tais variáveis foram consideradas como variáveis independentes nas hipóteses 1, 2, 3, 4, 6 e 7 do estudo a seguir apresentadas, as quais buscaram identificar a existência ou não de relação estatística entre as referidas variáveis e as seguintes variáveis dependentes:

- (1) nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão;
- (2) nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão;
- (3) nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho;
- (4) nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho;
- (5) escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho;
- (6) a escolha da base de dados contábil utilizada pelas companhias estudadas para fins de elaboração de relatórios gerenciais.

Ainda foram elaboradas mais duas hipóteses para verificar a existência ou não de diferença entre o nível de utilização e de importância das informações e dos indicadores da contabilidade societária e os da contabilidade regulatória, e se o impacto da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria foram diferentes, representando as hipóteses 5 e 8 do presente estudo. Neste sentido, as hipóteses levantadas e testadas nesta pesquisa foram as seguintes:

H₁: As variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional, tamanho e tecnologia possuem relação com o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão.

H₂: As variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional, tamanho e tecnologia possuem relação com o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão.

H₃: As variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional, tamanho e tecnologia possuem relação com o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou estudadas.

H₄: As variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional, tamanho e tecnologia possuem relação com o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou estudadas.

H₅: Existe diferença estatisticamente significativa entre o nível de utilização e de importância das informações e dos indicadores e resultados da contabilidade societária e os da contabilidade regulatória.

H₆: As variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional, tamanho e tecnologia possuem relação com a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho.

H₇: As variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional, tamanho e tecnologia possuem relação com a escolha da base de dados contábil utilizada pelas companhias estudadas para fins de elaboração de relatórios gerenciais.

H₈: O impacto da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria foram estatisticamente diferentes.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação apresenta-se dividida em cinco capítulos, além das referências e apêndices. No capítulo 1 é apresentada a introdução, contemplando ainda, a caracterização do problema, os objetivos da pesquisa, sua justificativa, delimitação, as hipóteses de pesquisa e este tópico de apresentação de estrutura. O capítulo 2 aborda o referencial teórico, o qual apresenta-se dividido em 5 subcapítulos que abordam a teoria da contingência; a regulação, estrutura e o processo de revisão tarifária do setor elétrico brasileiro; o processo de convergência contábil; a contabilidade aplicada ao setor elétrico brasileiro; e, por fim, a relação existente entre a contabilidade financeira e a gerencial. No capítulo 3 é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. No capítulo 4 são apresentados os resultados, divididos na análise descritiva e inferencial. E por fim, no capítulo 5, é apresentada a conclusão e limitações do estudo, além de sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta dissertação está dividido em cinco tópicos. O primeiro deles aborda a teoria da contingência. O segundo trata do setor elétrico brasileiro, apresentando como o mesmo é regulado, sua estrutura e o processo de revisão de tarifas de energia elétrica adotado no Brasil. O terceiro tópico apresenta o processo de convergência contábil. O quarto apresenta as particularidades da contabilidade societária do setor elétrico e a contabilidade regulatória instituída para este setor pela ANEEL. E por fim, o último tópico tratado na revisão da literatura deste projeto apresenta a relação encontrada na literatura entre a contabilidade financeira (para usuários externos) e a contabilidade gerencial.

2.1 TEORIA DA CONTINGÊNCIA

Uma teoria é um conjunto de conceitos inter-relacionados, definições e proposições que representam uma visão sistemática e especificam relações entre variáveis de modo a permitir a explicação e predição de fenômenos (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2006), e, no sentido empresarial, a palavra ‘contingência’ significa aquilo que a organização não pode influenciar, porém uma contingência influencia a organização (MACOHON, 2008), conforme Chiavenato (2004, p. 498) tal termo “refere-se a uma proposição cuja verdade ou falsidade somente pode ser conhecida pela experiência e pela evidência, e não pela razão”.

Neste sentido, a teoria da contingência defende que nada é absoluto nas organizações, que tudo é relativo, e explica que há uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance dos objetivos de uma organização. Nesta teoria, as variáveis ambientais são as variáveis independentes, enquanto que as variáveis dependentes são as técnicas administrativas. Entretanto, não existe uma causalidade direta entre essas variáveis, pois o ambiente não causa a ocorrência de técnicas administrativas, uma vez que há um aspecto proativo e não meramente reativo na abordagem contingencial, sendo esta abordagem do tipo “se-então”. (CHIAVENATO, 2004).

A escola clássica defendia uma estrutura organizacional única aplicável a todos os diferentes tipos de organização, até que a partir dos anos 50, e mais intensamente nos anos 60, estudos que buscavam confirmar se as organizações mais eficazes seguiam os pressupostos desta escola clássica demonstraram a influência de fatores externos nas estruturas organizacionais, levando à conclusão de que não é possível se estabelecer um modelo padrão

de estrutura organizacional a todas as organizações (AZEVEDO *et al.*, 2003; CHIAVENATO, 2004). Como consequência, a teoria da contingência defende que não é possível alcançar a eficácia organizacional seguindo um padrão organizacional genérico, não existindo desta forma uma única e melhor maneira para as organizações atingirem seus variados objetivos dentro de um ambiente também variado (CHIAVENATO, 2004). Uma evolução das teorias organizacionais até o desenvolvimento da teoria da contingência é demonstrada no Quadro 1:

Quadro 1 – Evolução das teorias administrativas até o desenvolvimento da teoria da contingência

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Teoria Clássica	Com a preocupação de encontrar a melhor maneira de organizar, válida para todo e qualquer tipo de organização, caracterizando-se assim como uma teoria normativa e prescritiva, esta teoria concebe a organização como um sistema fechado, rígido e mecânico.
Teoria das Relações Humanas	Apesar das severas críticas à abordagem clássica da teoria das organizações, não se livrou da concepção da organização como um sistema fechado. Nessa teoria a maior preocupação é o comportamento humano e o relacionamento informal e social dos participantes em grupos sociais que influenciam o comportamento individual.
Teoria da Burocracia	Preocupada apenas com os aspectos internos e formais de um sistema fechado, hermético e monolítico, esta teoria defende uma estrutura organizacional focada na padronização do desempenho humano e na rotinização de tarefas com o objetivo de se evitar a variedade das decisões individuais.
Teoria Estruturalista	Com o enfoque na estrutura e no ambiente, esta teoria marca o início dos estudos sobre a interação da organização com o ambiente e concebe a organização como um sistema aberto, utilizando-se de uma abordagem explicativa e descritiva.
Teoria Neoclássica	Esta teoria atualiza os postulados clássicos os realinhado em uma perspectiva de inovação e adaptação à mudança, porém a abordagem torna a ser normativa e prescritiva, embora tenha a preocupação de em certos aspectos explicar e descrever.
Teoria Comportamental	Ampliou os conceitos de comportamento social herdados da teoria das relações humanas para o comportamento organizacional. Tal teoria enfatiza a necessidade de flexibilização das organizações e sua capacidade de se adaptar às mudanças ambientais como imperativo de sobrevivência e de crescimento, sendo necessário para que uma organização mude e se adapte dinamicamente mudar não somente sua estrutura formal mas, principalmente, o comportamento dos participantes e suas relações interpessoais.
Teoria dos Sistemas	Surge nesta teoria a preocupação com a construção de modelos abertos que interagem dinamicamente com o ambiente e cujos subsistemas revelam uma complexa interação interna e externa. A ênfase é colocada nas características organizacionais e nas suas adaptações contínuas às demandas ambientais.
Teoria da Contingência	Na teoria da contingência a ênfase é colocada no ambiente e nas demandas ambientais sobre a dinâmica organizacional, considerando-se que são as características ambientais que condicionam as características organizacionais. Para esta teoria é no ambiente que se encontra as explicações das causas das características das organizações, não havendo em sua aceção uma única e melhor maneira de se organizar, tudo depende das características ambientais relevantes para a organização.

Fonte: adaptado de Chiavenato (2004)

Considerando as influências ambientais sobre as características organizacionais, conforme Chapman (1997), Burns e Stalker, na obra *The Management of Innovation* (1961),

dividiram as organizações em dois tipos ideais que os estudos apontam como eficazes às condições ambientais de alta ou baixa incerteza onde estão inseridas.

Conforme Burns e Stalker (1961, *apud* CHAPMAN, 1997) as organizações mecanicistas representam a resposta ideal para ambientes estáveis. Elas se caracterizam pela divisão dos trabalhos em partes especializadas integradas através de uma hierarquia vertical, autoridade centralizada, padronização de tarefas e controle burocrático. Já em um ambiente instável, tal tipo de organização demonstra ser bastante inadequada, sendo o tipo ideal de organização a orgânica, cujas características são a visão sistêmica da empresa, com as atividades da empresa integradas através de uma hierarquia lateral, devendo os diversos subsetores da organização ajustarem mutuamente suas operações afim de alcançar o objetivo geral da organização, a descentralização, a autonomia e os poucos controles burocráticos.

O Quadro 2 resume as características das organizações mecanicistas e orgânicas:

Quadro 2 – Resumo das características das organizações mecanicistas e das organizações orgânicas

ORGANIZAÇÕES MECANICISTAS	ORGANIZAÇÕES ORGÂNICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura burocrática baseada em uma minuciosa divisão do trabalho; • Cargos ocupados por especialistas com atribuições claramente definidas; • Decisões centralizadas e concentradas na cúpula da empresa; • Hierarquia rígida e autoridade baseada no comando único; • Sistema rígido de controle: a informação sobe por meio de filtros e as decisões descem por meio de uma sucessão de amplificadores; • Predomínio da interação vertical entre superior e subordinado; • Amplitude de controle administrativo mais estreita; • Ênfase nas regras e procedimentos formais; • Ênfase nos princípios universais da Teoria Clássica; • Compatibilidade para atuação em ambientes estáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas organizacionais flexíveis com pouca divisão de trabalho; • Cargos continuamente modificados e redefinidos por meio da interação com outras pessoas que participam da tarefa; • Mecanismos de integração complexos; • Decisões descentralizadas e delegadas aos níveis inferiores; • Tarefas executadas por meio do conhecimento que as pessoas têm da empresa como um todo; • Hierarquia flexível, com predomínio da interação lateral sobre a vertical; • Amplitude de controle administrativo mais ampla; • Maior confiabilidade nas comunicações informais; • Ênfase nos princípios de relacionamento humano da Teoria das Relações Humanas; • Compatibilidade para atuação em ambientes dinâmicos.

Fonte: adaptado de Chiavenato (2004) e de Junqueira (2010).

Embora o primeiro trabalho a ter uma abordagem contingencial tenha sido elaborado em 1958, por Joan Woodward, quando se verificou através da análise de 100 indústrias inglesas que as variáveis estruturais estavam diretamente relacionadas à natureza da tecnologia utilizada pelas empresas pesquisadas, foi da pesquisa de Lawrence e Lorsch em 1967, intitulada *Organization and Environment: Managing Differentiation and Integration*, que se derivou o nome Teoria da Contingência (CHIAVENATO, 2004; JUNQUEIRA, 2010).

Com o objetivo de identificar as características necessárias para as empresas enfrentarem de forma eficiente as diferentes condições externas, tecnológicas e de mercado, Lawrence e Lorsch analisaram dez empresas de três diferentes setores industriais, plásticos, alimentos empacotados e embalagens, e concluíram que os problemas básicos das organizações são a diferenciação e a integração (CHIAVENATO, 2004; JUNQUEIRA, 2010).

Nesse mesmo ano Lawrence e Lorsch também publicaram a pesquisa “Differentiation and Integration in Complex Organizations” (1967), na qual também abordam os conceitos de diferenciação e integração.

Conforme Lawrence e Lorsch (1967), a diferenciação pode ser definida como o estado de segmentação da organização em subsistemas, com cada um deles desenvolvendo atributos particulares em relação aos requisitos relevantes impostos pelo seu ambiente externo. Essa definição se distingue da definição clássica de divisão formal do trabalho por incluir os atributos comportamentais dos membros dos subsistemas organizacionais. Já a integração, é definida por ambos como o processo de alcançar a unidade de esforços entre os diversos subsistemas da organização para se atingir os objetivos organizacionais.

De acordo com Chenhall (2007), pesquisas com abordagem contingencial possuem uma longa tradição nos estudos acerca de sistemas de controle gerencial. Conforme o referido autor, pesquisadores têm tentado explicar o impacto de variáveis como ambiente, tecnologia, tamanho, estrutura organizacional, estratégia e cultura nacional impactam no desenho dos sistemas de controle gerencial. O Quadro 3 apresenta as principais hipóteses levantadas pelos estudos acerca de Sistemas de Controle Gerencial com abordagem contingencial:

Quadro 3 – Principais hipóteses levantadas pelos estudos acerca de Sistemas de Controle Gerencial com abordagem contingencial

VARIÁVEL CONTINGENCIAL	HIPÓTESES
Ambiente Externo	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto mais incerto o ambiente externo, mais aberto e focado externamente o Sistema de Controle Gerencial é. • Quanto mais hostil e turbulento o ambiente externo, maior a confiança e ênfase sobre os orçamentos tradicionais. • Quando os Sistemas de Controle de Gestão utilizados forem focados em Controles Financeiros rígidos, em ambientes externos de incerteza, eles serão usados em conjunto com uma ênfase na flexibilidade e na interação interpessoal.
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto mais as tecnologias são caracterizadas por processos padronizados e automatizados, mais formais são os controles, incluindo uma dependência de controle de processos e de orçamentos tradicionais com menos folga orçamental. • Quanto mais as tecnologias são caracterizadas por níveis elevados de interdependência, mais informais são os controles, incluindo uma menor dependência de procedimentos operacionais padronizados, programas e planos, medidas contábeis de desempenho, controles de comportamento; maior participação na elaboração de orçamentos, mais controles pessoais, controles de clã e uso amplo do escopo do Sistema de Controle Gerencial.

	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto mais as tecnologias são caracterizadas por níveis elevados de interdependência, mais informais são os controles, incluindo menos procedimentos operacionais estatísticos; mais relatórios estatísticos e de planejamento e coordenação informal; menos ênfase em orçamentos e maior frequência de interação entre subordinados e superiores; maior uso agregado e integrado do Sistema de Controle Gerencial, maior uso do Sistema de Controle Gerencial e maior importância a relatórios agregados de desempenho das divisões. • Gestão da Qualidade Total está associado com uma ampla base do Sistema de Controle Gerencial, incluindo informação oportuna, flexível e focada externamente; interações estreitas entre tecnologias e estratégias avançadas; e medição de desempenho não financeira. • A medida em que combinações de tecnologias avançadas e medidas de desempenho não financeiras estão associadas com um melhor desempenho depende do grau em que as medidas são usadas como parte do sistema de recompensa e compensação. • As tecnologias avançadas de Just in Time e de Sistemas de Produção Flexíveis estão associados com uma ampla base do Sistema de Controle Gerencial, tais como controles informais e um maior uso de medidas de desempenho não financeiras. • Produção Flexível está associada com o uso de mecanismos informais integrativos. • Práticas de parcerias com fornecedores estão associadas com medidas não financeiras, reuniões informais e interações de toda cadeia de valor.
<p style="text-align: center;">Estrutura Organizacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Grandes organizações com tecnologias sofisticadas e de alta diversidade que têm estruturas mais descentralizadas estão associadas com Sistemas de Controle Gerencial formais mais tradicionais (por exemplo: orçamentos e comunicação formal). • Departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em comparação com departamentos de marketing, que enfrentam altos níveis de incerteza de tarefas, estão associados com a utilização de orçamento participativo; e departamentos de marketing, em comparação com departamentos de produção, que enfrentam altos níveis de incerteza em relação ao ambiente externo, estão associados com Sistemas de Controle Gerencial mais abertos, informais. • As características estruturais da diferenciação funcional baseadas em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) em relação ao marketing, o estilo de liderança caracteriza-se por uma consideração em relação ao estilo inicial, e maiores níveis de descentralização estão associados com o orçamento participativo. • Descentralização está associada com um Sistema de Controle Gerencial com características de agregação e integração. • Estruturas baseadas em equipe estão associadas com medidas de desempenho de participação e abrangentes utilizadas para compensação. • Estruturas organizacionais orgânicas estão associadas com a percepção de Sistemas de Controle Gerencial orientado para o futuro são mais úteis, e com a implementação efetiva da análise da atividade e da análise dos custos da atividade.
<p style="text-align: center;">Tamanho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As grandes organizações estão associadas com maior diversidade de operações, formalização de procedimentos e especialização de funções. • As grandes organizações estão associadas com estruturas organizacionais mais departamentalizadas. • As grandes organizações estão associadas com uma ênfase na participação nos orçamentos e em controles sofisticados.
<p style="text-align: center;">Estratégia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias caracterizadas pelo conservadorismo, orientações defensivas e liderança de custos são mais associadas com Sistemas de Controle Gerencial formais focados no controle de custos, metas operacionais específicas e controles orçamentários rígidos. • No que diz respeito à diferenciação de produtos, estratégias focadas na concorrência estão associadas com Sistemas de Controle Gerencial com amplo escopo para fins de planejamento, e estratégias de personalização estão associadas com um Sistema de Controle Gerencial agregado, integrado e oportuno para decisões operacionais. • Estratégias empreendedoras estão associadas com Sistemas de Controle Gerencial formais tradicionais e tomadas de decisões comunicações orgânicas.

	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias caracterizadas por serem defensivas, seguirem orientações de colheita (<i>harvest strategy</i>) e de liderança de custos (<i>cost leadership</i>) estão associadas com sistemas de mensuração de desempenho formais que incluem metas de desempenho orçamentário mais objetivas, em relação a uma estratégia mais prospectiva, que exigem um Sistema de Controle Gerencial aberto informal, aberto, caracterizado por controles de longo prazo mais subjetivos e uso interativo orçamentos com foco na comunicação informal.
Cultura Nacional	<ul style="list-style-type: none"> A Cultura nacional está associada com o desenho do Sistema de Controle Gerencial.

Fonte: Adaptado de Chenhall, 2007.

Como exemplos de pesquisas envolvendo a teoria da contingência e a contabilidade gerencial, destaca-se neste trabalho as pesquisas de Chenhall e Morris (1986), Haldma e Lääts (2002), Gerdin (2005), Cadez e Guilding (2008) e Agbejule (2011).

Chnehall e Morris (1986) investigaram o efeito da estrutura descentralizada, da incerteza ambiental percebida e da interdependência organizacional sobre os sistemas de contabilidade gerencial. A pesquisa coletou dados de 68 gestores de organizações industriais e indicou que a descentralização se mostrou associada a uma preferência por informação agregada e integrada, a incerteza ambiental percebida foi associada com informações de ampla abrangência e oportunas, e a interdependência organizacional foi associada com informações com amplo escopo, agregadas e integradas.

Haldma e Lääts (2002) examinaram o desenvolvimento das práticas de contabilidade gerencial das companhias de manufatura estonianas por meio de uma abordagem contingencial. A amostra compreendeu 62 companhias estonianas que responderam ao questionário desenvolvido para a referida pesquisa. Haldma e Lääts (2002) concluíram que variáveis como concorrência acirrada, tamanho da organização, ambiente legal e quantidade de contabilistas qualificados disponíveis no mercado. Ainda destaca-se dentre os achados da referida pesquisa que a maioria das empresas pesquisadas apontou utilizar a contabilidade financeira como fonte para comunicação interna e que a maioria delas não conseguem utilizar sistematicamente informações contábeis para fins claramente definidos e úteis.

A pesquisa de Gerdin (2005) propôs um modelo de contingências múltiplas que examina o efeito combinado da interdependência dos departamentos e das estruturas organizacionais sobre o sistema de contabilidade gerencial. O modelo foi testado por meio de um questionário aplicado a 132 gestores de produção. Os resultados forneceram suporte para a noção de que as organizações adaptam suas concepções de sistema de contabilidade gerencial às exigências da situação de controle.

Cadez e Guilding (2008) realizaram um estudo com o objetivo de analisar o efeito das variáveis escolhas estratégicas, orientação para o mercado e tamanho da empresa sobre a o

sistema de contabilidade gerencial estratégica, e por sua vez o efeito da contabilidade gerencial no desempenho da organização. Para atender ao objetivo da pesquisa, foram coletados dados de 193 grandes empresas eslovenas, além de realizadas dez entrevistas exploratórias. As conclusões do estudo apoiaram que não existe nenhum sistema de contabilidade gerencial estratégica universalmente apropriado, pois fatores como tamanho e estratégia possuem influência estatisticamente significativa sobre o sucesso de um sistema de contabilidade gerencial.

Agbejule (2011) teve como objetivo investigar, através de uma abordagem contingencial, o efeito do uso simultâneo dos sistemas de contabilidade gerencial interativo e de diagnóstico e da cultura organizacional sobre o desempenho das organizações. Para tanto, foram aplicados a 147 gerentes seniores. Os resultados evidenciaram que o uso simultâneo dos sistemas de contabilidade gerencial interativo e de diagnóstico é benéfico para as organizações, porém as organizações mais flexíveis apresentam um melhor desempenho quando é empregado um sistema de contabilidade gerencial mais interativo e menos de diagnóstico, enquanto que empresas com controles rígidos apresentam melhores desempenhos quando o sistema de contabilidade gerencial é muito interativo e também muito de diagnóstico.

2.2 SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

2.2.1 Estrutura

A estrutura institucional do setor elétrico brasileiro pode ser melhor entendida dividindo-a em quatro ambientes: de Políticas, de Regulação e Fiscalização, de Mercado e de Agentes Institucionais.

A formulação das políticas do setor elétrico é definida pela Presidência da República por meio do Ministério de Minas e Energia (MME) e com assessoramento do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e do Congresso Nacional (ANEEL, 2008).

O ambiente de regulação e fiscalização é composto pela ANEEL, pelas Agências estaduais, pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), pelos conselhos de consumidores, pelas entidades de defesa do consumidor, pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) vinculado ao Ministério da Justiça (MJ), pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) vinculada ao Ministério da Fazenda, pela Secretaria Nacional de Recursos Hídricos

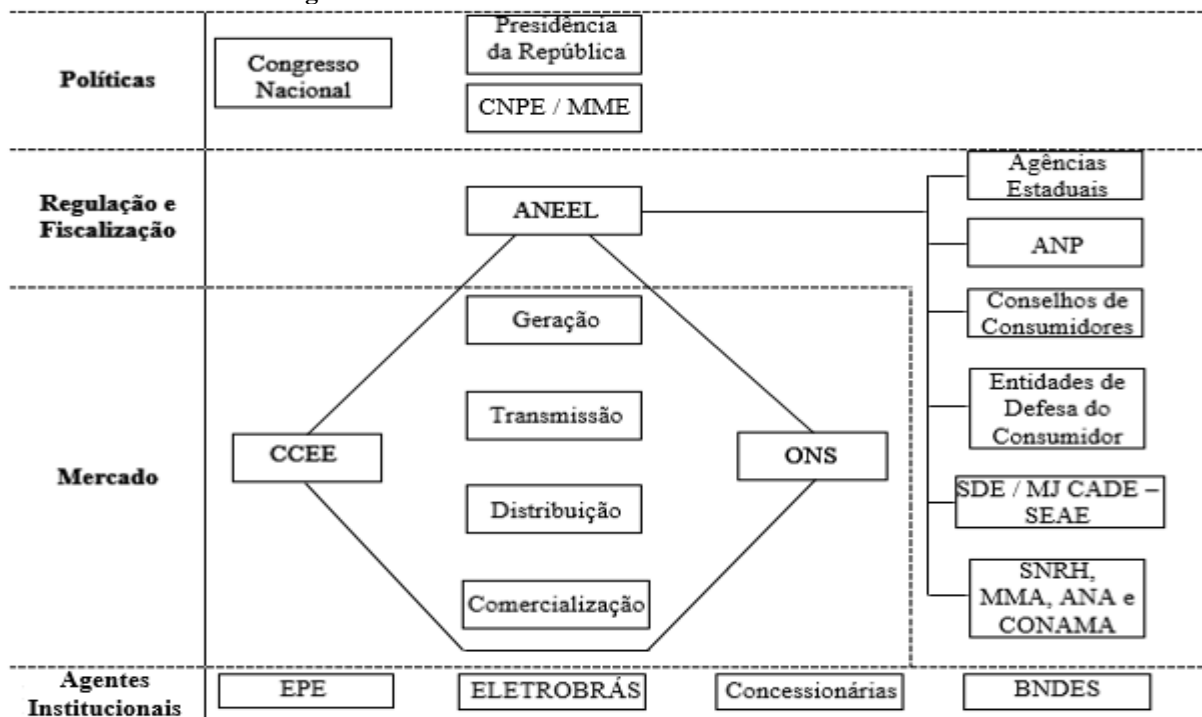
(SNRH), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (ANEEL, 2008).

O Mercado do setor elétrico é caracterizado pelas atividades de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, e é composto pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) (ANEEL, 2008).

A atividade de geração é responsável pela produção de energia elétrica, as transmissoras a transportam da geradora até os centros consumidores, de onde as distribuidoras distribuem até à casa dos cidadãos, os quais representam os consumidores cativos de energia elétrica. As comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia elétrica, exercem o papel de fornecimento aos consumidores livres, os quais demandam maior quantidade de energia elétrica (ANEEL, 2011a).

E por fim, o ambiente dos agentes institucionais do setor elétrico brasileiro é composto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), pela ELETROBRÁS, pelas concessionárias de serviços de energia elétrica e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (ANEEL, 2008). Essa estrutura é apresentada de forma sumarizada na Figura 1:

Figura 1 – Estrutura institucional do setor elétrico brasileiro.



Fonte: adaptado de ANEEL (2008).

2.2.2 Regulação

Conforme Ganim (2009) o setor elétrico brasileiro tem seu marco regulatório datado do início do século XX, através do Projeto do Código das Águas, iniciado em 1906 e concluído em 1907. Tal projeto tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal até 1923, quando se estagnou. Em 1933 o projeto foi refeito e convertido em 1934 no Decreto 26.234/34, promulgando desta forma o Código de Águas.

O Código das Águas previa a duração de 30 anos para as concessões para a produção, transmissão e distribuição de energia hidroelétrica, podendo ser prorrogada por mais 20 anos em função de investimentos significativos que não comportassem amortização do capital dentro do prazo de 30 anos (BRASIL, 1934).

Além disso tal código estabeleceu que seria de competência do Governo Federal a autorização ou a concessão para a utilização da energia hidráulica e para a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia hidroelétrica (BRASIL, 1934).

Em 1938, através do Decreto-Lei Nº 852 ficou estabelecido que seria de competência do Governo Federal a autorização ou a concessão para o estabelecimento de linhas de transmissão ou redes de distribuição de energia (BRASIL, 1938).

Em 1939 foi criado, através do Decreto-Lei nº 1.285/39, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), o qual tinha como atribuições examinar questões relativas ao uso racional da energia hidráulica e dos recursos hidráulicos brasileiros, examinar questões pertinentes à exploração e utilização da energia elétrica no país, organizar planos de interligação entre as usinas elétricas, propor aos Governos Federal e Estaduais as medidas necessárias à intensificação do uso da energia elétrica, resolver as questões entre os consumidores e os prestadores de serviços elétricos, regulamentar o Código das Águas, organizar e manter estatísticas relativas ao setor de energia elétrica do país, e examinar as questões tributárias incidentes sobre os serviços de energia elétrica (BRASIL, 1939).

A promulgação do Decreto-Lei Nº 3.763 em 1941 assegurou o direito de o Governo Federal fiscalizar a produção, transmissão, transformação e a distribuição de energia hidroelétrica com o objetivo de assegurar a prestação adequada dos serviços, fixar tarifas razoáveis e garantir a estabilidade financeira das empresas (BRASIL, 1941).

No ano de 1957 o Código de Águas foi regulamentado pelo CNAEE, através do decreto nº 41.019/57 (BRASIL, 1957). Tanto o Código de Águas quanto sua regulamentação definiram que a tarifa seria estabelecida pelo custo e com uma remuneração mínima garantida (GANIM, 2009).

A Lei 3.782/60 criou o Ministério das Minas e Energia (MME), o qual ficou responsável pelo estudo e despacho de todos os assuntos relativos à produção mineral e energia e incorporou, dentre outros órgãos e repartições da Administração Federal, o CNAEE (BRASIL, 1960).

Em 1961 através da Lei 3.890-A/61 foi criada as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRÁS), que por sua vez assumiu algumas das competências do CNAEE. Conforme o Art. 2º da referida Lei seriam atribuições da ELETROBRÁS a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica bem como a celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Por meio da Lei 4.904/65 foi criada a Divisão Nacional de Águas e Energia (DNAE), a qual teve como objetivo promover e desenvolver a produção de energia elétrica, além de assegurar o cumprimento do Código de Águas e leis subsequentes relacionadas. A DNAE era compreendida por quatro divisões, sendo elas a Divisão de Águas, a Divisão de Energia Elétrica e Concessões, a Divisão de Tarifas e o Serviço de Estatística (BRASIL, 1965).

Tal Lei não expressou a extinção do CNAEE, fazendo com que dois órgãos com funções análogas fossem mantidos concomitantemente, o que ocasionou por alguns anos dificuldades que se refletiram na política energética nacional (ANEEL, s.d.a).

Através do Decreto nº 63.951/68 a DNAE foi transformada no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Este mesmo decreto determinou que as atribuições do CNAEE fossem assumidas pelo DNAEE, abrindo caminho para que em 1969 o CNAEE fosse extinto, o que aconteceu através do Decreto-Lei 689/69 (BRASIL, 1968; BRASIL, 1969).

Após essas diversas alterações na regulação do setor elétrico brasileiro várias leis, decretos e atos foram instituídos, dentre elas destacam-se, conforme Ganim (2009):

- Lei 8.987/95: Dispôs sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos.
- Lei 9.074/95: Estabeleceu normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e criou a figura do produtor independente de energia elétrica.
- Decreto nº 1.717/95: Tratou dos procedimentos para prorrogações das concessões dos serviços públicos de energia elétrica.
- Decreto nº 2.003/96: Regulamentou a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor.

- Lei 9.427/96: Instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estabelecendo a extinção do DNAEE, e disciplinou o regime das concessões de serviço público de energia elétrica
- Lei 9.433/97: Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.
- Lei 9.478/97: Dentre outras disposições, dispôs sobre a política energética nacional, criando o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A ANEEL iniciou as suas atividades com a publicação do Decreto nº 2.335/97 (BRASIL, 1997). A referida agência possui como atribuições a regulação da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; a fiscalização, direta ou mediante convênios com órgãos estaduais, das concessões, das permissões e dos serviços de energia elétrica; a implementação das políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração de energia elétrica e ao aproveitamento de potenciais hidráulicos; o estabelecimento de tarifas; a mediação, na esfera administrativa, de conflitos entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores; e a de por meio de delegação do governo federal promover as atividades relativas à outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica (ANEEL, s.d. b).

Visando garantir o fornecimento necessário de energia, liberdade de competição na geração e na comercialização, e uma maior qualidade nos serviços de energia elétrica prestados, a ANEEL priorizou inicialmente a regularização das concessões mediante assinaturas dos contratos de concessão, pois antes de sua criação os concessionários não possuíam contratos assinados, fazendo com que as concessões tivessem prazos indeterminados, uma vez que tal prazo só começa a ser contado a partir da data de assinatura do contrato de concessão (GANIM, 2009).

Após a Lei que criou a ANEEL Ganim (2009) destaca ainda a Lei 9.648/98, que além de promover a reestruturação da ELETROBRÁS de suas subsidiárias e criar o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), estabeleceu o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a qual foi criada através da Lei 10.848/04 (BRASIL, 2004); e a Lei 10.847/04, que criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual tem como objetivo realizar estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, ficando responsável pelos planejamentos de curto, médio e longo prazos do setor elétrico brasileiro.

Diante dessa evolução histórica do setor elétrico brasileiro a ANEEL (2008) considera duas mudanças como primordiais desde a década de 90, a primeira delas envolve o processo de privatização das companhias operadoras que teve início com a criação da ANEEL, e a segunda ocorreu em 2004 com a introdução do Novo Modelo do Setor Elétrico, o qual teve como objetivos principais a garantia de segurança no suprimento, a promoção da modicidade tarifária e a promoção da inserção social.

2.2.3 Revisão tarifária

A revisão tarifária do setor elétrico é o processo pelo qual os valores das tarifas cobradas pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica aos seus consumidores são revisadas, podendo esses valores serem alterados pela ANEEL para mais ou para menos. Esse processo tem como principal objetivo garantir a cobrança de uma tarifa que seja justa tanto para o consumidor quanto para os investidores, de modo a estimular o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias. (ANEEL, 2007).

Os mecanismos de revisão das tarifas de fornecimento de energia elétrica instituídos no Brasil são o Reajuste Tarifário Anual, a Revisão Tarifária Periódica, e a Revisão Tarifária Extraordinária (ANEEL, 2005).

O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo corrigir monetariamente os custos gerenciáveis e repassar os custos não-gerenciáveis, restabelecendo desta forma, nos anos situados entre as Revisões Tarifárias Periódicas, o poder de compra da receita obtida pela concessionária.

A Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após passado um período de geralmente 4 ou 5 anos, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. E, por fim, a Revisão Tarifária Extraordinária é o processo que permite a qualquer tempo, por solicitação da concessionária e quando devidamente comprovada a necessidade, proceder a revisão de tarifas, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (ANEEL, 2005; ANEEL, 2007)

Antigamente as tarifas de energia elétrica eram fixadas por Lei, e um complexo sistema de subsídios e compensações entre as distribuidoras de energia elétrica permitia que a tarifa de energia elétrica fosse única em todo o Brasil (ANEEL, 2011a; ALVAREZ, 2007). Conforme Wanderley, Cullen e Tsamenyi (2011) o objetivo desta medida foi o de incentivar o investimento industrial em estados e regiões menos desenvolvidos do país.

Este sistema de compensação fazia com que empresas com custos baixos transferissem rendimentos para empresas que operavam com custos altos, gerando desta forma problemas que resultaram em dificuldades financeiras para as distribuidoras em 1980 (ANEEL, 2011a; WANDERLEY, CULLEN e TSAMENYI, 2011).

Em 1993, a promulgação da Lei 8.631/93 extinguiu o regime de equalização de tarifas de energia elétrica entre os estados brasileiros, permitindo que as concessionárias definissem suas próprias tarifas, as quais seriam sujeitas à aprovação do DNAEE 1980 (ANEEL, 2011a; WANDERLEY, CULLEN e TSAMENYI, 2011).

Em 1995, a aprovação da Lei 8.987/95 estabeleceu que as tarifas fossem determinadas por concessionária, sendo tais tarifas estabelecidas por preço máximo e não mais por custo, introduzindo ainda o conceito de equilíbrio econômico-financeiro e a regulação por incentivo (*price cap regulation*), incentivando desta forma as distribuidoras a se tornarem mais eficientes (ANEEL, 2011a).

Segundo Bernstein e Sappington (1999) um dos principais objetivos do *price cap regulation* é proporcionar à empresa regulada maiores incentivos para reduzir custos de produção e melhorar a sua eficiência operacional do que a regulação pela taxa de retorno proporcionaria. Isto é observado em pronunciamentos da própria ANEEL (2007), que afirma que o processo de revisão tarifária adotado no Brasil prevê mecanismos que incentivam as concessionárias a reduzirem seus custos e a serem mais eficientes na prestação de seus serviços. Os ganhos de produtividade gerados por esse incentivo durante o período tarifário também beneficiam os consumidores, pois tais são repassados aos consumidores na revisão tarifária subsequente (ANEEL, 2007).

O *price cap regulation* é comumente referido como *RPI-X regulation*, onde RPI é um índice de preços no varejo e X é um fator que reflete os ganhos de produtividade previstos e especifica a taxa em que os preços da companhia regulada deve cair em termos reais anualmente (BERNSTEIN e SAPPINGTON, 1999; KANG, WEISMAN e ZHANG, 2000).

Como uma forma de incentivar investimentos no setor elétrico brasileiro os contratos de concessão geralmente especificam as tarifas iniciais, a fórmula e as condições para ajustes inflacionários, visando garantir a viabilidade do investimento (MOTA, 2003; WANDERLEY, CULLEN e TSAMENYI, 2011).

De acordo com Mota (2003) os contratos de concessão utilizam a mesma fórmula básica em que os custos não-controláveis são ajustados a um índice inflacionário e os custos controláveis são ajustados a um mesmo índice menos um fator de produtividade, o qual representa o fator X.

Conforme Wanderley e Cullen (2012) o processo de revisão tarifária é crítico para uma companhia de energia elétrica, pois ele determina a receita futura que remunera o capital investido na empresa. Ainda de acordo com estes autores, a exigência regulatória que mais interferiu no sistema de contabilidade gerencial foi a que se refere ao processo de revisão tarifária, a qual favoreceu uma interação entre os departamentos operacionais e de contabilidade gerencial.

2.3 CONVERGÊNCIA CONTÁBIL

A importância da institucionalização de práticas contábeis organizadas para a ascensão do capitalismo e da hegemonia atual do capital global foi uma das grandes propulsoras para a busca de harmonização contábil internacional (BAKER e BARBU, 2007). Conforme os referidos autores, só a partir de 1962 pesquisas sobre harmonização contábil internacional começaram a ser publicadas.

Entretanto um aumento no interesse de pesquisas envolvendo o assunto foi notório apenas a partir de 1973, ano de criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), mesmo assim o progresso da pesquisa no sentido de alcançar uma harmonização contábil de fato era lento, até que em 1989 o IASC elaborou um quadro conceitual para preparação e apresentação de relatórios financeiros (*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*), que acelerou o processo de harmonização contábil internacional e aumentou o interesse de pesquisas neste sentido (BAKER e BARBU, 2007).

Em 1997, o IASC criou dentro de sua estrutura o *Standing Interpretations Committee* (SIC), um comitê responsável pelas interpretações técnicas de contabilidade internacional, as quais foram nomeadas de SIC. Quatro anos mais tarde, o IASC alterou o nome do SIC para *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), passando as interpretações a serem chamadas de IFRIC. Ainda no ano de 2001, antes mesmo da alteração do nome do SIC, o IASC também criou o *International Accounting Standards Board* (IASB), que assumiu as atribuições de elaborar e divulgar pronunciamentos contábeis internacionais, nomeados a partir de então de *International Financial Reporting Standard* (IFRS). (ZEFF, 2012)

O IASB possui sede em Londres, no Reino Unido, e é constituído por mais de 140 entidades de classe de todo o mundo, sendo os representantes brasileiros o Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Essas alterações realizadas pelo IASC impulsionaram ainda mais o processo de convergência, principalmente na Europa, onde em 2002 foi decidida através do Regulamento CE No. 1.606/2002 a obrigatoriedade de adoção das Normas Internacionais de Contabilidades emitidas pelo IASB (IFRS) pelas empresas de capital aberto europeias a partir de 2005. Mas antes dessa definição, conforme Weibenberger, Stahl e Vostius (2004), algumas companhias germânicas vinham publicando desde 1993 seus demonstrativos consolidados em dois padrões, além do nacional um em padrão US GAAP ou IFRS, até que a partir de 1998 a legislação alemã passou a permitir que o padrão nacional fosse opcionalmente substituído pelos US GAAP ou pelas IFRS na publicação das demonstrações consolidadas das companhias abertas alemãs.

Diante da crescente adoção voluntária por dois padrões aceitos internacionalmente pelas companhias germânicas, Weibenberger, Stahl, Vorstius (2004) buscaram examinar quais objetivos essas empresas esperariam atingir através dessa adoção voluntária e se tais objetivos foram alcançados. O estudo identificou que os objetivos buscados pelas empresas que fizeram essa adoção voluntária podem ser divididos em dois grupos: o de objetivos financeiros, sendo este o principal, e o de objetivos operacionais, que foi secundário.

Os objetivos financeiros envolviam aspectos como melhoria de comparabilidade, aumento da diversidade e internacionalização da comunidade de investidores, redução do custo de capital, cumprimento de expectativas do mercado de capitais e valorização do *rating* de crédito, enquanto que os objetivos operacionais envolviam aspectos como ampliação do reconhecimento da marca e de produtos, reforço de parcerias estrangeiras, aquisição de empresas estrangeiras, melhoria no recrutamento de funcionários internacionais, integração dos sistemas de informação internos e externos e implementação de sistemas de gestão baseada em valor.

A amostra do referido estudo contemplou 81 dessas companhias alemãs que adotaram voluntariamente IFRS ou US GAAP e encontrou como resultados que a maioria das empresas afirmaram que em geral os objetivos delas com a divulgação em padrão US GAAP ou IFRS foram alcançados, porém uma análise detalhada mostrou que a metade dos objetivos específicos não foi atingido ou seus níveis de realização foram significativamente baixos em relação ao que se esperava.

O estudo de Weibenberger, Stahl, Vorstius (2004) ainda apontou que as empresas que escolheram os padrões IFRS foram motivadas devido à maior semelhança com os padrões até então adotados na Alemanha, ser mais aceito e comum na Europa e ao fato desse padrão oferecer maiores oportunidades de influenciar o processo de normatização internacional. Em contrapartida, o que motivou as empresas a adotarem o US GAAP foi a percepção do mercado

norte americano como mais vantajoso e de maior importância mundial.

No Brasil, conforme Braga e Almeida (2008), o interesse nos órgãos reguladores pela harmonização contábil brasileira aos padrões internacionais teve início em 1990, com a criação pela Comissão de Valores Mobiliários de três comissões de especialistas para revisar e propor alterações nas Leis n 6.385/1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e criou a CVM, e n 6.404/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

No decorrer do ano de 1991 o trabalho das comissões foi concluído e submetido à CVM, que elaborou um anteprojeto e o encaminhou ao Poder Executivo, no entanto apenas em 1997 é que ele foi ser contemplado em um Projeto de Lei (PL), o PL n 3.115/1997 (BRAGA e ALMEIDA, 2008).

Em 2000, de acordo com os referidos autores, a matéria contábil antes contida no PL n 3.115/1997 passou a integrar PL específico (PL 3.741/2000). Em meio à morosidade para a aprovação do PL, a Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM (CCNC) passou a se reunir para tratar assuntos contábeis específicos visando a futura harmonização contábil brasileira aos padrões internacionais editados pelo IASB.

Segundo Braga e Almeida (2008), a CCNC chegou ainda a propor a criação de uma entidade independente responsável pelo estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, esforço que resultou na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005, através da Resolução CFC n 1.055/2005.

O CPC foi criado em função do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, e, com o objetivo de centralizar a emissão de normas contábeis no Brasil, reuniu em sua composição órgãos normatizadores contábeis e interessados em sua regulamentação, sendo eles a ABRASCA (Associação Brasileira de Companhias Abertas), APIMEC NACIONAL (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo), CFC (Conselho Federal de Contabilidade), FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), contando ainda com participação do BACEN (Banco Central do Brasil), CVM (Comissão de Valores Mobiliários), SRF (Secretaria da Receita Federal) e SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) (CFC, 2005)

A resolução 1.055/2005 define o objetivo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nos seguintes termos:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (CFC, 2005)

Em 2007 a CVM aprovou a Instrução nº 457, obrigando a todas as Companhias de capital aberto a publicarem suas demonstrações contábeis consolidadas a partir de 2010 observando os pronunciamentos emitidos pelo IASB, deixando facultativa sua adoção até o exercício social de 2009. Anos mais tarde foi aprovada uma nova instrução CVM, a nº 485/10 que teve como objetivo estabelecer que as demonstrações contábeis consolidadas apresentadas pelas sociedades de capital aberto a partir de 2010 sejam elaboradas com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e não mais os emitidos pelo IASB.

Também no ano de 2007, como resultado dos referidos esforços, foi promulgada a Lei 11.638/2007 que, entre outros assuntos, trata da elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, alterando e revogando dispositivos da Lei 6.404/1976, prevendo que a CVM deve normatizar observando os padrões contábeis internacionais e entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 (BRASIL, 2007).

Em 2008 foi criada a Medida Provisória 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009, que contempla alterações e revogações de dispositivos da Lei 6.404/1976 não contemplados na Lei 11.638/2007, instituindo ainda o Regime Transitório de Tributação (RTT), com o intuito de criar condição não onerosa, do ponto de vista tributário, para as empresas adotarem os novos padrões contábeis (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009).

Toda essa mudança na legislação que trata de matéria contábil no Brasil abriu caminho para que o CPC acelerasse o processo de harmonização aos padrões contábeis internacionais, passando a ter papel fundamental neste processo, muito embora apesar de centralizar a emissão de normas contábeis seus pronunciamentos não possuam caráter compulsório, devendo primeiro serem aprovados pelas instituições normatizadoras através de Deliberações, Resoluções, Circulares e Ofícios. Atualmente o CPC possui 45 Pronunciamentos, 15 Interpretações e 6 Orientações emitidas aprovadas pela CVM e pelo CFC, conforme pode-se observar no Quadro 4.

Quadro 4 – Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC e pela CVM

n	CPC nº	Pronunciamentos Técnicos	Deliberação CVM	Resolução CFC
1	CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	675/11	1.374/11

2	CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	639/10	1.292/10
3	CPC 02 (R2)	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	640/10	1.295/10
4	CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	641/10	1.296/10
5	CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	644/10	1.303/10
6	CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	642/10	1.297/10
7	CPC 06 (R1)	Operações de Arrendamento Mercantil	645/10	1.304/10
8	CPC 07 (R1)	Subvenção e Assistência Governamentais	646/10	1.305/10
9	CPC 08 (R1)	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	649/10	1.313/10
10	CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado	557/08	1.138/08
11	CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	650/10	1.314/10
12	CPC 11	Contratos de Seguro	563/08	1.150/09
13	CPC 12	Ajuste a Valor Presente	564/08	1.151/09
14	CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08	565/08	1.152/09
15	CPC 15 (R1)	Combinação de Negócios	665/11	1.350/11
16	CPC 16 (R1)	Estoques	575/09 e 624/10	1.170/09 e 1.273/10
17	CPC 17 (R1)	Contratos de Construção	691/12	1.411/12
18	CPC 18 (R2)	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	696/12	1.424/13
19	CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto	694/12	1.415/12
20	CPC 20 (R1)	Custos de Empréstimos	672/11	1.172/09
21	CPC 21 (R1)	Demonstração Intermediária	673/11	1.174/09
22	CPC 22	Informações por Segmento	582/09	1.176/09
23	CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	592/09	1.179/09
24	CPC 24	Evento Subsequente	593/09	1.184/09
25	CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	594/09	1.180/09
26	CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	676/11	1.185/09 e 1.376/11
27	CPC 27	Ativo Imobilizado	583/09	1.177/09
28	CPC 28	Propriedade para Investimento	584/09	1.178/09
29	CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	596/09	1.186/09
30	CPC 30 (R1)	Receitas	692/12	1.412/12
31	CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	598/09	1.188/09
32	CPC 32	Tributos sobre o Lucro	599/09	1.189/09
33	CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	695/12	1.425/13
34	CPC 35 (R2)	Demonstrações Separadas	693/12	1.413/12
35	CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas	698/12	1.426/13
36	CPC 37 (R1)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	647/10	1.306/10
37	CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	604/09	1.196/09
38	CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	604/09	1.197/09
39	CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	684/12	1.399/12
40	CPC 41	Resultado por Ação	636/10	1.287/10
41	CPC 43 (R1)	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	651/10	1.315/10
42	CPC 44	Demonstrações Combinadas	708/13	NBC TG 44
43	CPC 45	Divulgação de Participações em outras Entidades	697/12	1.427/13
44	CPC 46	Mensuração do Valor Justo	699/12	1.428/13
45	CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos	-	1.255/09; 1.285/10 e 1.319/10

n	ICPC nº	Interpretação Técnica	Deliberação CVM	Resolução CFC
1	ICPC 01 (R1)	Contratos de Concessão	677/11	1.261/09 e 1.376/11
2	ICPC 02	Contrato de Construção do Setor Imobiliário	612/09	1.266/09
3	ICPC 03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	613/09	1.256/09
4	ICPC 06	Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior	616/09	1.259/09
5	ICPC 07	Distribuição de Lucros <i>in Natura</i>	617/09	1.260/09
6	ICPC 08 (R1)	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	683/12	1.398/12
7	ICPC 09 (R1)	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	687/12	1.262/09
8	ICPC 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC2 27, 28, 37 e 43	619/09	1.263/09
9	ICPC 11	Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes	620/09	1.264/09
10	ICPC 12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	621/09	1.265/09
11	ICPC 13	Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	637/10	1.288/10
12	ICPC 15	Passivos Decorrentes de Participação em um Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	638/10	1.289/10
13	ICPC 16	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	625/10	1.316/10
14	ICPC 17	Contratos de Concessão: Evidenciação	677/11	1.375/11
15	ICPC 18	Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção	714/13	ITG 18
n	OCPC nº	Orientações Técnicas	Deliberação CVM	Resolução CFC
1	OCPC 01 (R1)	Entidades de Incorporação Imobiliária	561/08 e 624/10	1.154/09 e 1.273/10
2	OCPC 02	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008	Ofício-circular CVM/SNC/S EP n. 01/2009	1.157/09
3	OCPC 03	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (CPC 14)	Ofício-circular CVM/SNC/S EP n. 03/2009	1.199/09
4	OCPC 04	Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras	653/10	1.317/10
5	OCPC 05	Contratos de Concessão	654/10	1.318/10
6	OCPC 06	Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma	709/13	CTG 06

Fonte: adaptado do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2014)

Conforme o próprio Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008), esse processo de harmonização possibilita redução da complexidade para a análise das informações financeiras, maior transparência, comparabilidade e eficiência, o que resulta em facilidade no comércio entre as nações e redução do custo de capital, estimulando a criação de novas empresas e ampliação das já existentes. Esses benefícios justificam o apoio de entidades de nível mundial

como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o G-20, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Comitê de Basileia, a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), a *International Federation of Accountants* (IFAC), a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial.

Pelo fato de a Lei 11.638/07 ter previsto no parágrafo único de seu artigo 3º que aplicam-se às sociedades de grande porte (que possuem ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00), ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da lei 6.404/76, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e obrigatoriedade de auditoria independente, e das já referidas instruções da CVM nº 457/07 e nº 485/10 se aplicarem às sociedades por ações, tais sociedades são obrigadas a apresentarem seus demonstrativos financeiros desde 2010 observando os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

Porém, a obrigatoriedade de adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil não se restringe apenas às Sociedades Anônimas e às Sociedades de Grande Porte, sendo também obrigadas as Pequenas e Médias Empresas (PME), as quais devem observar um pronunciamento específico denominado CPC PME, emitido pelo CPC com base na *IFRS for SMEs* e aprovado pelo CFC através da Resolução nº 1.255/09, a qual entrou em vigor no ano de 2010, e das Resoluções nº 1.285/10 e nº 1.319/10, as quais entraram em vigor nas datas de suas publicações.

2.4 CONTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

2.4.1 As interpretações IFRIC 12 e ICPC 01

De acordo com Cruz, Silva e Rodrigues (2009), a falta de orientação para a contabilização das transações no âmbito dos contratos de concessão impulsionou a edição da IFRIC 12, publicada em novembro de 2006 e adotada no Brasil através da ICPC 01.

Apesar de emitida em 2006, a interpretação IFRIC 12 entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2008, podendo a empresa opcionalmente adotá-la antes desta data, porém, a Comunidade Europeia (CE) a tornou obrigatória através de normativo apenas em março de 2009, por meio do Regulamento (CE) Nº 254/2009.

A IFRIC 12/ICPC 01 estabelece princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e direitos das concessionárias provenientes dos contratos de

concessão, não tratando desta forma da contabilização pelas entidades concedentes, a qual é tratada pela IPSAS 32 - *Service Concession Arrangements: Grantor*, emitida pela *International Public Sector Accounting Standard (IPSAS)*.

A interpretação IFRIC 12/ICPC 01 se aplica aos acordos de concessões de serviço pelo setor público ao privado nos casos em que:

- a) O concedente controle ou regulamente os serviços que o concessionário prestará com a infraestrutura concedida, a quem tais serviços serão prestados e o seu preço; e
- b) o concedente controle qualquer interesse residual significativo na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

Conforme Torrão (2010, p. 21), a IFRIC 12 tem como principal objetivo dirimir questões como:

1. Deve o concessionário registrar as infraestruturas concessionadas existentes como seu ativo imobilizado?
2. Como deve o concessionário relevar contabilisticamente infraestruturas de serviço público que adquiriu ou construiu?
3. Como deve o concessionário tratar contabilisticamente o valor total recebido, nos termos do contrato estabelecido com o concedente?

Aplicando a IFRIC 12/ICPC 01, as concessionárias deverão reconhecer o direito de exploração dos contratos de concessão, anteriormente tratado como ativo imobilizado, na forma de (1) um ativo intangível, correspondente ao direito adquirido de cobrar pelos serviços prestados aos usuários; e (2) um ativo financeiro, referente ao direito contratual incondicional de recebida pelos serviços de construção uma indenização mediante caixa ou outro ativo financeiro no término do contrato de concessão (ICPC 01; MINCATO, 2011).

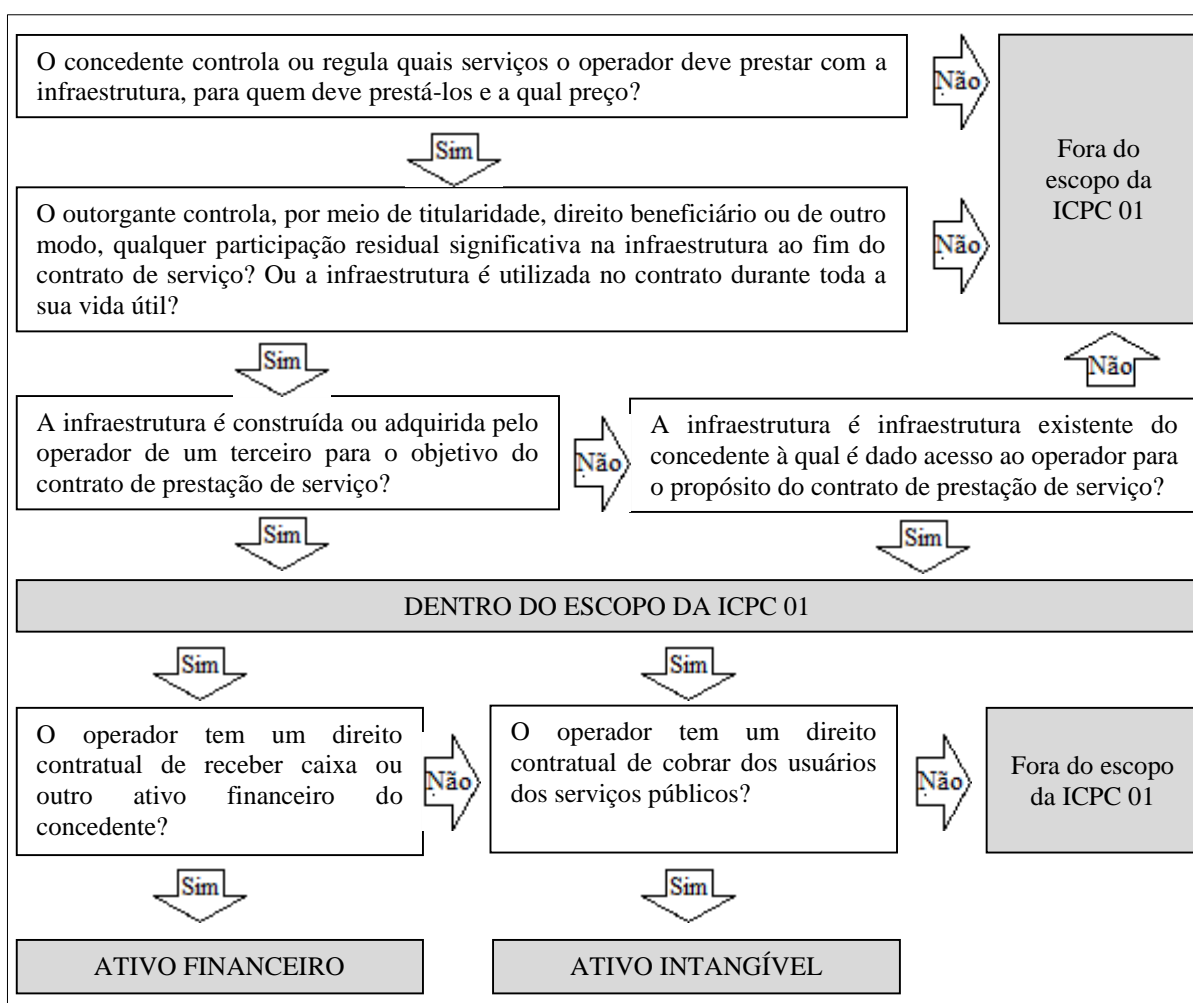
Além desta inovação, considerando que geralmente contratos de concessão preveem a obrigatoriedade por parte da concessionária de construção ou melhoria de determinada infraestrutura de serviço público, a IFRIC 12/ICPC 01 incluiu orientações técnicas para definir o tratamento contábil nesta fase, considerando receitas e despesas de construção, o que possibilita a geração de lucros contábeis em fases pré-operacionais e conseqüentemente sua distribuição como dividendos (TORRÃO, 2010; SCALZER, 2010).

A orientação OCPC 05, criada para esclarecer assuntos que geraram dúvidas em relação à adoção da ICPC 01, expõe o entendimento do CPC sobre o reconhecimento de margem de lucro na atividade de construção de infraestrutura exercida pelas concessionárias distribuidoras de energia. Conforme a referida orientação, seja através de terceirização ou de estrutura interna, a distribuidora de energia elétrica atua como responsável primária pelos serviços de construção e instalação, estando exposta a riscos e benefícios decorrentes desta atividade, devendo portanto

reconhecer e apresentar margem de lucro na demonstração de seu resultado. A OCPC 05 ainda ressalta que em essência deve sempre existir margem positiva, mesmo nos casos em que a distribuidora optar pela terceirização, quando deve-se ao menos se considerar um valor mínimo.

Um resumo da contabilização de contratos de concessão é apresentado em diagrama no ICPC 01:

Figura 2 – Diagrama resumo da contabilização de contratos de concessão



Fonte: ICPC 01 (2012)

Diversos estudos sobre os efeitos da adoção da IFRIC 12/ICPC 01 têm sido realizados, dentre eles pode-se citar *European Commission* (2008), *Andrade e Martins* (2009), *Cruz, Silva e Rodrigues* (2010), *Dantas, Granha e Lagioia* (2012) e *Paris et al.* (2012).

O estudo realizado pela *European Commission* (2008) teve como objetivo analisar os efeitos potenciais da adoção da IFRIC 12 na União Europeia utilizando as respostas do questionário para consulta pública; os resultados de consultas referentes a IFRIC 12 realizadas pela *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) e pelo *IASB/IFRIC* (*International Financial Reporting Interpretations Committee*); as argumentações e

documentações acerca da IFRIC 12 recebidas no contexto de discussões adicionais entre o IASB e partes interessadas europeias; e entrevistas e reuniões com o pessoal da EFRAG. O estudo concluiu que a IFRIC 12 fornece respostas adequadas ao esclarecimento do tratamento contábil de contratos de concessão e que sua aplicação tem uma relação custo-benefício positiva.

Andrade e Martins (2009) realizaram uma revisão conceitual sobre os riscos dos contratos de concessão e uma análise da IFRIC 12. Os autores concluíram que, apesar de a norma ter o objetivo de dirimir os conflitos advindos dos eventos econômicos dos contratos de concessão e de ter facilitado e clareado a aplicação da essência econômica dos contratos de concessão, ela foi omissa quanto à mensuração dos riscos.

A pesquisa de Dantas, Granha e Lagioia (2012) objetivou verificar se as concessionárias do setor abastecimento de água e esgotamento sanitário estão aderentes aos preceitos do ICPC 01. Para tanto foram aplicados questionários estruturados a 16 das 25 companhias associadas à Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (AESBE). O estudo concluiu que a maioria das concessionárias de abastecimento de água e esgotamento sanitário está aderindo às normas do ICPC 01, e as que ainda não aderiram ainda estão sinalizando projeto para a contratação de empresa especializada para iniciar a convergência.

Paris *et al.* (2012) buscaram fazer uma comparação entre os efeitos esperados da adoção da IFRIC 12 no Brasil e na União Europeia. Para atender ao objetivo foram aplicados questionários a interessados como as concessionárias de serviço público, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Conselho Federal de Contabilidade, a Comissão de Valores Mobiliários, auditores, analistas de investimentos e estudiosos do processo de convergência contábil internacional, para deste modo comparar com os resultados da *European Commission* (2008).

Os resultados da pesquisa apontaram que os resultados foram parcialmente condizentes, a maioria dos respondentes brasileiros consideram que a IFRIC 12 será responsável por gerar informações mais relevantes, porém parcialmente confiáveis, comparáveis e compreensíveis, enquanto que os respondentes europeus consideraram majoritariamente que ela gerará informações relevantes, confiáveis, comparáveis e compreensíveis (PARIS *et al.* 2012).

2.4.2 Contabilidade regulatória do setor elétrico

Para possibilitar o exercício de regulação e fiscalização das companhias concessionárias de energia elétrica, a ANEEL instituiu através da Resolução Normativa nº 444/2001 o Manual

de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSPEE), o qual, até antes da adoção da IFRIC 12/ICPC 01 não divergia das exigências societárias, estruturando apenas um padrão de tratamento contábil para todos os agentes participantes do setor elétrico brasileiro.

Em meio às mudanças com a adoção de novos procedimentos contábeis no Brasil, em conformidade com as normas internacionais, o MCSPEE foi reformulado através da Resolução Normativa ANEEL Nº 370/2009, passando a denomina-lo de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Porém, após a adoção da IFRIC 12/ICPC 01 pelas normas societárias brasileiras a partir do exercício de 2010, as companhias distribuidoras e transmissoras de energia elétrica brasileiras passaram a elaborar informações contábeis societárias que não atendem as necessidades de regulação e fiscalização da ANEEL, a impulsionando a realizar novas alterações no MCSE.

Neste sentido, devido às necessidades informacionais contábeis divergentes das elaboradas pela contabilidade societária a partir de 2010, a ANEEL instituiu a contabilidade regulatória para as companhias distribuidoras e transmissoras de energia elétrica através da Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, alterando deste modo o MCSE.

A justificativa da ANEEL para tal decisão é expressa na referida Resolução Normativa, a qual instituiu a contabilidade regulatória defendendo que ela deva atender a necessidade de divulgar à sociedade um conjunto de informações que representem adequadamente a situação econômico-financeira das transmissoras e distribuidoras de energia elétrica em consonância com a regulação tarifária, e a necessidade de manter informações contábeis referentes aos ativos vinculados à concessão, permissão e autorização de energia elétrica sujeitos à reversão, com a finalidade de atender às atividades fiscalização e prestação de informações sobre investimentos no setor elétrico.

Neste sentido, embora tanto a contabilidade societária quanto a contabilidade regulatória venham adotando padrões internacionais de contabilidade, conforme o estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, apenas as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pela ANEEL são aplicadas à contabilidade regulatória.

Devido a isso, duas das principais divergências entre estas duas contabilidades decorrem da não aprovação pela ANEEL da ICPC 01 e do registro da infraestrutura pública sob custódia da concessionária pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na contabilidade regulatória como ativo imobilizado, se amparando no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), regulamentado pela ANEEL através da Resolução Normativa n. 367/2009 para fins de atendimento às suas necessidades de regulação e fiscalização.

Brugni *et al.* (2012) destacam então as seguintes divergências entre a contabilidade regulatória, determinada pelo MCSE, e a contabilidade societária, determinada pela legislação contábil societária brasileira, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Diferenças de contabilização entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária

Características	Contabilidade Regulatória	Contabilidade Societária
Conta de ativo imobilizado em curso (utilizada para registrar gastos em curso com construção, ampliação e/ou melhoria)	Mantido pelo MCSE para fins de regulação.	Para fins societários foi criada uma conta retificadora para transferência destes saldos para a conta “custos de construção” conforme IFRIC 12 e para conta de ativo financeiro e intangível).
Conta de ativo imobilizado em serviço (utilizada para registrar gastos findos com construção, ampliação e/ou melhoria)	Mantido pelo MCSE para fins de Regulação	Para fins societários esta conta foi extinta com a transferência de seus saldos para as contas de ativo financeiro e intangível).
Conta de Receita de construção	Não existe no Manual do setor Elétrico nem irá figurar nos demonstrativos elaborados com base nele.	Criada apenas para fins societários, registrando os valores justos das construções.
Conta de Receita financeira	Não existe no Manual do setor Elétrico nem irá figurar nos demonstrativos elaborados com base neste.	Criada na contabilidade societária para a atualização do ativo financeiro indenizável, ou seja, o valor residual do ativo financeiro que representa o valor da indenização a receber do concedente.
Conta de Outros créditos	Não existe no Manual do setor Elétrico nem figura nos balanços societários.	Conta do ativo circulante como contrapartida do fluxo de caixa recebido pela indenização do saldo residual do ativo financeiro

Fonte: Brugni *et al.* (p. 114, 2012).

Além do MCSE, para dar suporte à auditoria das informações contábeis regulatórias a ANEEL elaborou o Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias (ANEEL, 2011b), que apresenta os seguintes pontos e premissas específicas à contabilidade regulatória sumarizados no Quadro 6:

Quadro 6 – Pontos e premissas específicas à contabilidade regulatória destacados pelo Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias

Ativos e Passivos Regulatórios	Considerando que na convergência às normas internacionais (IFRS) não houve correspondência nas referidas normas o tratamento dos ativos e passivos regulatórios, estes permaneceram registrados apenas nas demonstrações contábeis regulatórias.
Obrigações Vinculadas ao Serviço Público (Obrigações Especiais)	A partir do 2º ciclo de revisão tarifária as quotas de reintegração acumulada das obrigações vinculadas devem ter como contrapartida a despesa de depreciação para que o efeito no resultado seja anulado, uma vez que esse valor não é mais considerado na tarifa.
Ativo Imobilizado	Com a adoção da ICPC 01 – Contratos de Concessão na contabilidade societária, o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro. Para fim regulatório deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado.

Gastos Operacionais Regulatórios	Para definição dos custos operacionais regulatórios, na metodologia de revisão tarifária do 3º ciclo foram considerados nas simulações os dados contábeis obtidos do Balancete Mensal Padronizado e Relatório de Informações Trimestrais. Dentre os dados estão os gastos com pessoal, administradores, material, serviços de terceiros, arrendamentos e aluguéis, seguros, tributos e outros. Ressalta-se a importância na qualidade da informação contábil visto que é insumo para as análises da Superintendência de Regulação Econômica da ANEEL na formação tarifária. As rubricas acima deverão ser objeto de análise do auditor, que avaliará se o comportamento dos gastos está em conformidade com as práticas contábeis aceitas. Caso esse ponto já esteja previsto no escopo da auditoria societária, deverá ser excluído para não haver retrabalho.
---	---

Fonte: Adaptado de ANEEL, 2011b.

Percebe-se então, através do Quadro 6, que os ativos e passivos regulatórios, antes reconhecidos pela contabilidade societária, após a adoção das normas internacionais passou a ser reconhecido apenas para fins regulatórios, pois seus conceitos não se enquadram na definição de ativos e passivos apresentada na estrutura conceitual do IASB.

Os passivos e ativos regulatórios são, conforme Brugni *et al.* (2012), direitos ou obrigações decorrentes de aumentos ou diminuição nos custos não gerenciáveis das concessionárias de energia elétrica e devem ser ajustados pelas tarifas possibilitando o equilíbrio econômico-financeiro destas. Logo, conforme os autores referidos, após realizados os ajustes tarifários, as contas de ativos e passivos regulatórios são baixadas, reconhecendo-se no resultado e confrontando-as com a receita ajustada pela tarifa, possibilitando a anulação de variações nos resultados gerados pelos custos não gerenciados pelas concessionárias.

Percebe-se ainda no Quadro 6 que o tratamento ativo imobilizado representa uma das principais diferenças entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, pois a contabilidade regulatória procura anular todos os efeitos da IFRIC 12/ICPC 01.

Brugni *et al.* (2012) buscaram identificar as influências da adoção da IFRIC 12 e da Contabilidade Regulatória na formação de tarifas do setor de energia elétrica brasileiro através de um estudo comparando as normas definidas pela IFRIC 12/ICPC 01 com as normas contábeis regulatórias definidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). O estudo concluiu que o modelo de tarifação da ANEEL sofre alterações em função da IFRIC 12/ICPC 01, tornando a tarefa de aplicação de tal interpretação difícil e complexa no ambiente regulado pela ANEEL. A pesquisa ainda revelou que a criação da Contabilidade Regulatória pela ANEEL se deve ao não reconhecimento pelas normas internacionais dos ativos e passivos regulatórios.

Suzart *et al.* (2012) buscaram verificar a existência de diferenças estatísticas significativas entre as contabilidades regulatória do setor elétrico e societária nos anos de 2009

e 2010, e qual a intensidade delas nos retornos sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido das concessionárias brasileiras do setor elétrico. O estudo concluiu que em média, o lucro regulatório foi inferior ao societário, que os patrimônios líquidos e ativos da contabilidade regulatória e societária foram em média estatisticamente iguais e que as normas societárias alteraram os retornos sobre ativo e sobre patrimônio líquido com maior intensidade.

Carvalho *et al.* (2012) realizaram um estudo visando identificar quão divergentes são as contabilidades regulatória do setor elétrico e societária calculando a variação percentual entre uma e outra considerando o ativo, patrimônio líquido, receita líquida, lucro operacional e lucro líquido focando-se na descrição dos *outliers* encontrados. O estudo concluiu que existem divergências entre os dois sistemas contábeis estudados e que tais divergências podem afetar a interpretação dos usuários da contabilidade ao analisarem as contabilidades do setor elétrico.

Pesquisa semelhante à de Carvalho *et al.* (2012) e Suzart *et al.* (2012) foi realizada por Monteiro *et al.* (2013), buscando identificar, através da análise descritiva de índices de comparabilidade calculados conforme metodologia proposta por Gray (1980). Amostra da referida pesquisa contemplou 22 distribuidoras associadas à Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) que publicaram demonstrativos regulatórios e societários referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011.

O referido estudo concluiu que das 22 companhias analisadas, 16 apresentaram ativos, passivos, patrimônios líquidos ou lucros líquidos regulatórios e societários materialmente comparáveis em ao menos um dos anos estudados, mas que na média apenas duas indicaram esse nível de comparabilidade, um em relação ao patrimônio líquido e outro ao lucro líquido. O estudo ainda apontou que a maioria dos casos apresentou ativos, passivos e patrimônios líquidos regulatórios em média até 5% superiores aos societários, e lucros líquidos regulatórios em média mais de 15% inferiores aos societários, e que as divergências entre tais informações contábeis aumentaram consideravelmente em 2011, indicando tendência a um maior distanciamento com o passar do tempo entre os valores contábeis regulatórios e societários.

2.5 RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE FINANCEIRA E A CONTABILIDADE GERENCIAL

A literatura contábil aponta algumas diferenças entre a contabilidade gerencial e financeira, o Quadro 7 apresenta uma comparação entre elas conforme Atkinson *et al.* (2000) e Garrison, Noreen e Brewer (2007):

Quadro 7 – Comparação entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial

	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Clientela	Externa: Acionistas, credores, autoridades tributárias e reguladores.	Interna: Funcionários, administradores, executivos; para fins de planejamento, direção e motivação, controle e avaliação de desempenho.
Propósito	Reporte obrigatório do desempenho passado às partes externas; contratos com proprietários e credores.	Informar decisões internas tomadas pelos funcionários e gerentes, feedback e controle sobre desempenho operacional; contratos com proprietários e credores, de forma não obrigatória.
Data	Histórica, com ênfase em síntese das consequências financeiras de atividades passadas.	Atual, orientada para o futuro.
Restrições	Regulamentada: dirigida por regras e princípios fundamentais da contabilidade e por autoridades governamentais.	Desregulamentada: sistemas e informações determinadas pela administração para satisfazer necessidades estratégicas e operacionais.
Tipo de informação	Somente para mensuração financeira.	Mensuração física e operacional dos processos, tecnologia, fornecedores e competidores.
Natureza da informação	Objetiva, auditável, confiável, consistente, precisa.	Mais subjetiva e sujeita a Juízo de valor, válida, relevante, acurada, oportuna.
Escopo	Muito agregada; são preparados somente dados sintéticos para a organização como um todo	Desagregada; são preparados relatórios detalhados por segmento, para departamentos, produtos, clientes e funcionários.

Fonte: Atkinson *et al.* (2000); Garrison, Noreen e Brewer (2007).

Apesar dessas divergências apresentadas no Quadro 7, a contabilidade gerencial sofreu severas críticas durante as décadas de 80 e 90, influenciadas pela obra de Johnson e Kaplan (1987), sob o argumento de subserviência da contabilidade gerencial à contabilidade financeira nas empresas norte americanas. Conforme Atkinson *et al.* (2000), essa supremacia da contabilidade financeira foi derivada do crescimento das demandas da clientela externa por informações contábeis que ocasionou um aumento de regulamentações e quantidade de relatórios financeiros padronizados, o que levou muitas empresas a darem mais ênfase na elaboração de informações contábeis para usuários externos do que para tomada de decisão e controle gerencial.

De acordo com Johnson e Kaplan (1987), nas empresas norte americanas, as práticas contábeis geralmente aceitas desenvolvidas para a elaboração de relatórios contábeis para comunicação externa passaram a dominar as práticas de contabilidade gerencial, gerando uma redução de inovação efetiva na contabilidade gerencial.

Diversos estudiosos têm defendido a separação da contabilidade financeira e gerencial, sendo esta uma discussão muito mais antiga do que a obra de Johnson e Kaplan “*Relevance*

Lost: the Rise and Fall of Management Accounting” de 1987. Data de 1923 quando Clark defendeu em sua obra “*Studies in the Economics of Overhead Costs*” a importância de “diferentes custos para diferentes propósitos” (CLARK, 1923, p. 175.), e que para atendê-los o sistema de custos não pode ser limitado pelas regras próprias da contabilidade financeira.

Para testar a crítica de Johnson e Kaplan (1987) de supremacia da contabilidade financeira sobre a contabilidade gerencial, Hoper *et al.* (1992) desenvolveram um estudo piloto através de entrevistas semi-estruturadas a contadores gerenciais, contadores financeiros e gerentes de seis empresas públicas inglesas. O estudo teve como foco as ligações entre os relatórios financeiros e os sistemas de contabilidade gerencial e o uso da informação contábil nas decisões gerenciais.

Os resultados apontaram que apenas uma das empresas estudadas apresentou um sistema integrado para capturar dados contábeis financeiros e gerenciais, enquanto que as demais possuíam sistemas separados. As pessoas entrevistadas não demonstraram perceber influência direta dos relatórios financeiros sobre a contabilidade gerencial. Foram encontrados casos em que os relatórios da contabilidade financeira eram ajustados para atender às preocupações dos gestores, enquanto que não foram encontrados casos de sistemas de contabilidade gerencial sendo ajustados para atender a requisitos da contabilidade financeira (Hoper *et al.*, 1992).

Hoper *et al.* (1992) ressaltam as limitações do estudo desenvolvido por eles, mas diante dos resultados encontrados reforçam que as críticas de Johnson e Kaplan (1987) são amplamente focadas em evidências norte americanas.

Conforme Angelkort, Sandt e Weibenberger (2008) são incorporadas pelos *controllers* de empresas anglo-americanas, além das funções de apoio gerencial, as funções de contabilidade financeira, contabilidade fiscal, auditoria interna, gestão de recursos humanos e de serviços de informática.

Considerando que o ensino da contabilidade no Brasil é fortemente influenciado pela escola norte-americana (PELEIAS *et al.*, 2007), os *controllers* brasileiros também assumem tais funções, sendo comprovado através da pesquisa realizada por Borinelli e Rocha (2007), a qual investigou, por meio de entrevistas, quais as principais práticas de controladoria das cem maiores empresas privadas que operam no Brasil. A referida pesquisa conseguiu abranger 88 das cem maiores empresas do Brasil, e destacou que as funções mais frequentes da controladoria nas empresas pesquisadas são as de Contabilidade (67,05%), Fiscal/Tributário/Impostos (48,86%), Custos (32,95%) e Orçamento (32,95%).

Angelkort, Sandt e Weibenberger (2008) ressaltam que em países de língua alemã a controladoria foi criada após a Segunda Guerra Mundial assumindo a função de apoio gerencial através de tarefas relacionadas com a contabilidade gerencial. Deste modo, as funções típicas de *controllers* de empresas anglo-americanas citadas acima, exceto as funções de apoio gerencial, não fazem parte da descrição de trabalho de um *controller* típico da Áustria e Alemanha. (ANGELKORT, SANDT e WEIBENBERGER, 2008).

Conforme Joseph *et al.* (1996), tanto a literatura de contabilidade gerencial quanto a de contabilidade regulada tem debatido sobre a interação entre relatórios de contabilidade financeira e informações gerenciais. Neste sentido, diversos estudos foram realizados buscando identificar como se relacionam a contabilidade financeira e gerencial nas empresas, dentre estes destacam-se aqui os de Joseph *et al.* (1996), Angelkort, Sandt e Weibenberger (2008), Weibenberger e Angelkort (2011), Gilio (2011), Halbouni e Hassan (2012), Dani (2012).

Com o objetivo de examinar a interação entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira, Joseph *et al.* (1996) dirigiu um questionário para 1.000 membros certificados pelo *Chartered Institute of Management Accountants* (CIMA) empregados por empresas industriais e comerciais do Reino Unido. A taxa de resposta obtida foi de 31%, o que resultou numa amostra de 308 pessoas.

Os resultados da pesquisa de Joseph *et al.* (1996) revelaram que nas empresas pesquisadas e no período no qual os dados foram coletados existiram poucas evidências da dominância da contabilidade financeira sobre a gerencial, pois foi observado que a maioria dos pesquisados concordaram com as afirmações de que as decisões gerenciais são principalmente baseadas em relatórios contábeis internos, porém também observou-se que a maioria dos entrevistados concordou que normas de contabilidade financeira influenciam as decisões gerenciais, o que deixou dúvidas quanto aos pontos de vista dos entrevistados acerca do impacto dos relatórios externos nas decisões gerenciais.

A motivação do estudo realizado por Angelkort, Sandt e Weibenberger (2008) foi a de que tradicionalmente nos países de língua alemã são identificadas duas características da controladoria. A primeira é que os papéis dos *controllers* são dois, o de provedor de informações para tomada de decisão e controle e o de consultor administrativo. E a segunda é que o sistema de informação principal utilizado pelos *controllers* para cumprir seus dois papéis é um sistema que tradicionalmente não deriva do banco de dados da contabilidade financeira. Contudo, a partir da década de 90 essas características mudaram gradualmente.

Conforme Angelkort, Sandt e Weibenberger (2008) atualmente a maioria das empresas listadas na Áustria ou na Alemanha que adotou os padrões IFRS adotaram os sistemas

integrados de contabilidade, passando a utilizar a base de dados da contabilidade financeira para fins de medição de desempenho.

Deste modo Angelkort, Sandt e Weibenberger (2008) realizaram o estudo objetivando explorar o impacto das normas IFRS na controladoria em países de língua alemã. Para alcançarem o objetivo proposto enviaram questionários a 159 empresas austríacas reconhecidas por adotarem IFRS, obtendo 51 respostas.

A pesquisa apontou que a maioria dos usuários de IFRS possui um sistema integrado de contabilidade gerencial e contabilidade financeira, porém de forma parcial. Foi identificado ainda que os controladores passaram a assumir um novo papel de provedor de informações para o departamento de contabilidade financeira. A pesquisa também identificou que o uso ativo de IFRS tem um impacto positivo nas variáveis de satisfação gerencial (Angelkort, Sandt e Weibenberger, 2008).

A pesquisa realizada por Weibenberger e Angelkort (2011), motivada também pelo crescente nível de integração entre os sistemas de contabilidade gerencial e financeira, para fins de controle gerencial em países de língua alemã, objetivou analisar empiricamente se a integração entre os sistemas contábeis financeiro e gerencial tem impacto positivo na eficácia da controladoria. A modelagem de equações estruturais para uma amostra de 159 das 1.500 maiores empresas alemãs em volume de vendas, excluindo-se instituições financeiras, indicou que há um impacto significativo positivo adicionado pela consistência da linguagem financeira resultante de um aumento no nível de integração dos sistemas de contabilidade gerencial e financeira.

Para Weibenberger e Angelkort (2011), esta integração entre os sistemas contábeis, gerencial e financeiro, nos países de língua alemã provavelmente foi facilitado e melhor sucedido em virtude dos padrões de contabilidade financeira em IFRS ou US (*United States*) GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) serem mais adequados à tomada de decisão interna do que os GAAP alemães.

Partindo-se das hipóteses de que por serem as normas IFRS norteadas pela primazia da essência sobre a forma e de que a contabilidade gerencial possui base referencial atrelada à essência econômica na apuração de transações para apoiar as decisões de usuários internos das informações contábeis, Gilio (2011) investigou através de um *survey* se a adoção das normas IFRS pelas companhias brasileiras resultou em uma aproximação significativa dos conceitos usados pela contabilidade gerencial e pela contabilidade financeira. O estudo identificou que ocorreram aproximações entre as contabilidades financeira e gerencial, ainda que não em todos os processos considerados na pesquisa.

Halbouni e Hassan (2012) buscaram examinar se a alegação de Johnson e Kaplan (1987) de que a contabilidade financeira influencia as informações contábeis gerenciais é verdadeira nos Emirados Árabes Unidos. Os referidos pesquisadores se utilizaram de um questionário para atender o objetivo da pesquisa. Tal questionário foi enviado a 126 contabilistas financeiros e gerenciais de empresas cotadas nos Emirados Árabes Unidos, dentre os quais 98 responderam, porém 9 questionários foram descartados para manter a homogeneidade dos dados, restando 89 questionários que foram utilizados na análise. O estudo apontou evidências de que há um domínio de informações contábeis financeiras sobre as informações contábeis gerenciais nos Emirados Árabes Unidos.

Dani (2012) investigou a relação entre o nível de integração dos sistemas de contabilidade gerencial e financeira, em decorrência do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, e a efetividade da controladoria em empresas brasileiras. A população da pesquisa foi as 500 melhores e maiores empresas listadas pela *Revista Exame* em 2011, porém apenas 32 empresas compuseram a amostra do estudo. O instrumento de coleta de dados foi baseado no questionário desenvolvido por Weibenberger e Angelkort (2011). Os resultados apontaram que existia um nível de integração menor entre os sistemas de contabilidade financeira e de contabilidade gerencial antes da convergência, concluindo que o processo de convergência afetou o nível de integração entre as contabilidades financeira e gerencial.

3 METODOLOGIA

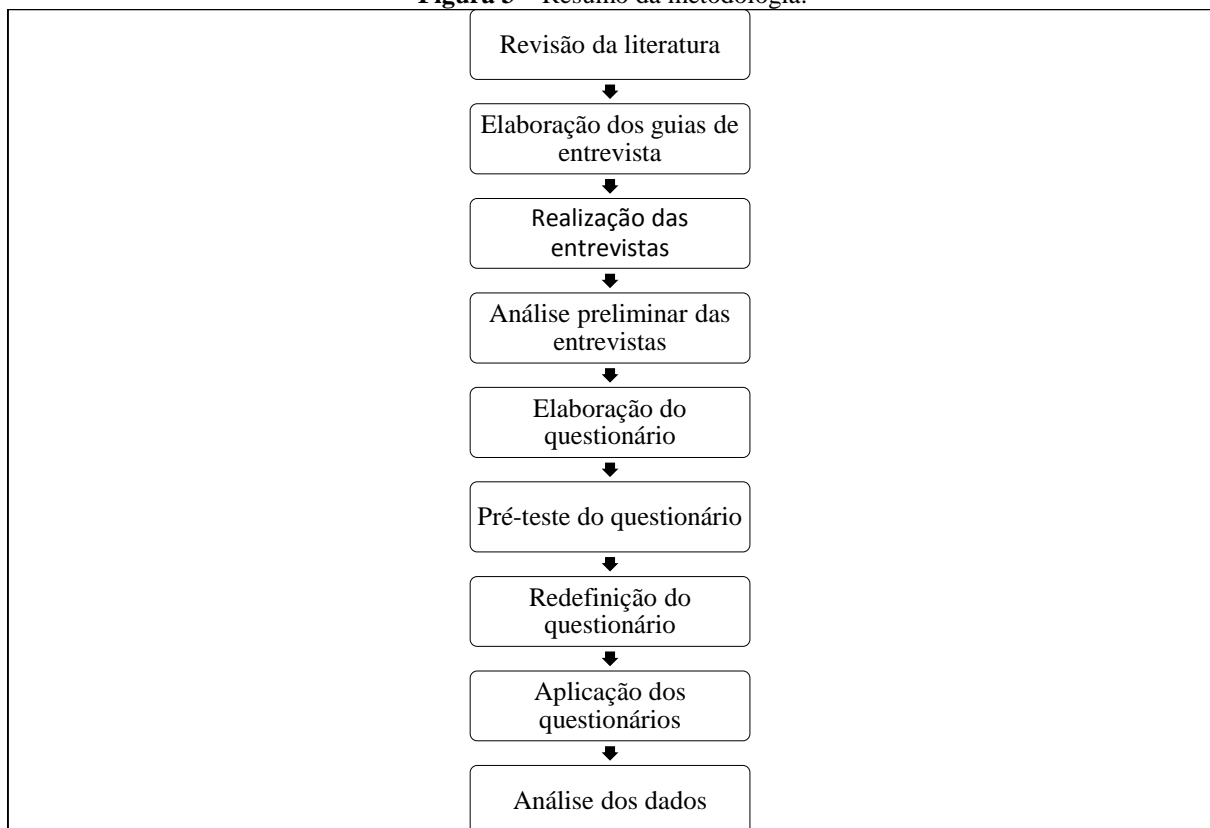
Para o alcance do objetivo da pesquisa foi utilizada uma abordagem de métodos mistos, também conhecida como multimétodos, integração, síntese, métodos quantitativos e qualitativos, e multimetodologia (CRESWELL, 2007). Essa abordagem, conforme Creswell (2007), caracteriza-se pela combinação de métodos quantitativos e qualitativos num mesmo estudo e tem como objetivo o alcance de um maior entendimento sobre o problema de pesquisa.

O reconhecimento das limitações de todos os métodos de pesquisa e a admissão de que eles não são rivais, mas sim complementares, justifica a utilização de métodos mistos (CRESLWELL, 2007; JICK, 1979).

A estratégia de utilização da abordagem de métodos mistos utilizada nesta pesquisa foi a sequencial (CRESWELL, 2007), sendo primeiramente realizadas entrevistas com contadores do setor elétrico e representantes de assuntos contábeis da CVM e da ANEEL, representando a etapa qualitativa da pesquisa, e em seguida aplicados questionários a contadores do setor elétrico, que representará a etapa quantitativa da pesquisa.

A metodologia deste trabalho é apresentada de forma resumida na Figura 3.

Figura 3 – Resumo da metodologia.



3.1 ABORDAGEM QUALITATIVA

O método qualitativo, que caracteriza-se pela coleta, análise, interpretação e apresentação de informações narrativas, trabalha com uma abordagem construtiva e/ou reivindicatória, e por definição se interessa principalmente em dados narrativos e suas análises. Utiliza como estratégias de investigação a etnografia, a teoria embasada, estudos de casos, pesquisa fenomenológica e a pesquisa narrativa. (CRESWELL, 2007; TEDDLIE e TASHAKKORI, 2009)

Neste sentido, a primeira etapa da pesquisa é classificada como qualitativa e teve como objetivo a ampliação do conhecimento sobre as dificuldades, modificações e adaptações das empresas transmissoras e distribuidoras do setor elétrico perante a adoção de normas internacionais de contabilidade e a obrigatoriedade de elaboração de relatórios contábeis regulatórios, de modo que permitiu a construção de hipóteses acerca do tema e a elaboração do instrumento de coleta de dados que utilizado na segunda etapa da pesquisa.

Esta etapa da pesquisa pode então ser caracterizada como exploratória, pois, por se tratar de um assunto ainda incipiente na literatura, ela terá como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema de pesquisa e construir hipóteses (GIL, 2010).

Nela foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme guias de entrevista presentes nos Apêndice A, B e C desta dissertação, com contadores do setor elétrico e representantes da ANEEL e da CVM presentes no XXVIII ENCONSEL – Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica que se dispuseram a ser entrevistados.

Os guias de entrevista foram divididos em quatro blocos, (1) Perfil do Entrevistado; (2) Contabilidade Regulatória e Societária; (3) Impactos na Contabilidade Gerencial; e (4) Sugestões.

No XXVIII ENCONSEL foi obtida uma amostra de 5 participantes, sendo 3 contadores de companhias de energia elétrica, 1 representante da CVM e 1 representante da ANEEL.

Como pré-teste das entrevistas realizadas no XXVIII ENCONSEL foram entrevistados um consultor contábil, com vasta experiência no setor elétrico brasileiro, e um contador de uma companhia elétrica, sendo estas participações somadas à amostra.

Neste sentido, contando com os pré-testes, a pesquisa alcançou a participação de 7 entrevistados, o que resultou em pouco mais de 4 horas de entrevistas, distribuídas conforme o Quadro 8.

Quadro 8 – Entrevistados da pesquisa

Entrevistado	Perfil	Duração da Entrevista
Entrevistado 1 (pré-teste)	Contador de uma companhia distribuidora de energia elétrica subsidiária de um grupo privado que possui forte participação de capital internacional.	00:35:58
Entrevistado 2 (pré-teste)	Consultor contábil do setor elétrico.	00:23:33
Entrevistado 3	Superintendente contábil de uma companhia geradora, transmissora e distribuidora de energia elétrica que possui seu capital acionário composto principalmente por capital público.	00:33:03
Entrevistado 4	Superintendente de controladoria de um grupo privado de empresas de energia que atua nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.	00:33:23
Entrevistado 5	Superintendente de controladoria de um grupo privado de empresas de energia que atua nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica que possui seu capital acionário composto principalmente por capital público.	00:43:13
Entrevistado 6	Representante da ANEEL	00:50:32
Entrevistado 7	Representante da CVM	00:28:57
TOTAL	-	04:07:19

3.2 ABORDAGEM QUANTITATIVA

O método quantitativo, que pode ser definido como sendo um método de coleta, análise, interpretação e apresentação de informações numéricas, trabalha com um paradigma pós-positivista/positivista e, conforme sua própria definição, se interessa principalmente em bases de dados numéricas e suas análises. As estratégias de investigação utilizadas nesse método são os experimentos, os quase-experimentos e os estudos correlacionais. (CRESWELL, 2007; TEDDLIE e TASHAKKORI, 2009)

Respeitando esta definição, a segunda etapa desta pesquisa é classificada como quantitativa, e teve como objetivo a verificação de relação entre variáveis e o teste de hipóteses para generalização de resultados.

Nesta etapa foi utilizada a estratégia *survey*, sendo aplicado um questionário, constante no Apêndice D, o qual foi elaborado conforme os resultados da primeira etapa desta pesquisa, direcionado a contadores de companhias de energia elétrica brasileiras.

3.2.1 Instrumento de coleta de dados

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, baseando-se nas entrevistas e na literatura contábil acerca da integração entre os sistemas contábeis financeiro e gerencial e acerca da teoria da contingência (SILVA, 2008; ANGELKORT, SANDT e WEIBENBERGER, 2008; WEIBENBERGER e ANGELKORT, 2011; ALMEIDA, 2011; GILIO, 2011), foi elaborado um questionário de pesquisa estruturado da seguinte forma:

Parte 1 – Informações Gerais sobre a Empresa: (1) Área de Atuação: distribuição, transmissão, geração, comercialização; (2) Faixa de Faturamento; (3) Quantidade de Pessoas no Setor Contábil da Empresa; (4) Capital Acionário; (5) Composição do Capital Acionário; (6) Estilo Gerencial; (7) Tempo Destinado pelo Setor Contábil às atividades de Contabilidade Societária, Contabilidade Regulatória, Obrigações Tributárias e Fiscais e à Contabilidade Gerencial.

Parte 2 – Informações Gerais sobre o Respondente: (1) Cargo; (2) Nível de Instrução; (3) Tempo de Experiência na Empresa; e (4) Tempo na Área Contábil do Setor Elétrico.

Parte 3 – Implementação das IFRS e das alterações da Contabilidade Regulatória: (1) Estratégias para implementação das IFRS; (2) Parametrização dos Sistemas de Informação; (3) Opiniões Relativas ao Processo de Convergência Contábil e às Normas Contábeis Societárias e Regulatórias; e (4) Impacto da Implementação das IFRS e das Alterações da Contabilidade Regulatória nas Funções e Atividades da Contabilidade Gerencial.

Parte 4 – Utilidade Gerencial das Informações Contábeis Societárias e Regulatórias: (1) Relatório Explicativo sobre as Divergências entre a Contabilidade Regulatória e Societária; (2) Importância das Informações Contábeis Societárias e Regulatórias; (3) Lucro Utilizado para Fins de Avaliação de Desempenho; (4) Base de Dados Utilizada para a Elaboração de Relatórios Contábeis Gerenciais; e (5) Razões para a Escolha da Base de Dados Utilizada.

Após a finalização da primeira versão do questionário, o mesmo foi avaliado por dois professores, resultando numa segunda versão que foi destinada para um pré-teste com um consultor contábil e um contador, ambos do setor elétrico, na intenção de verificar o tempo necessário para responder ao questionário, testar a clareza das questões e de receber críticas para melhorá-lo em sua versão final.

3.2.2 Coleta de dados

No intuito de conseguir o maior número de respostas possível aos questionários, a pesquisa contou com o apoio da Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE). Neste sentido, por conveniência, a população alvo da pesquisa foi a de todos os contadores de companhias de energia elétrica associados à ABRACONEE. Para o envio e coleta das respostas aos questionários foi utilizado o serviço de questionários via *web surveymonkey*.

Os primeiros contatos com os respondentes da pesquisa foram realizados pela própria ABRACONEE, através de um *e-mail* informativo de apoio à pesquisa contendo o *link* para o questionário, porém o retorno não foi satisfatório, sendo enviado posteriormente um *e-mail* por um de seus diretores solicitando a colaboração dos contadores associados.

Após esse momento, a ABRACONEE disponibilizou ao pesquisador uma listagem contendo os nomes de contadores de 84 companhias de energia elétrica. Foram então realizadas ligações telefônicas para todas as empresas componentes da lista, nas quais o pesquisador foi identificado e o objetivo da pesquisa esclarecido. Após o contato telefônico com os contadores informados na listagem disponibilizada pela ABRACONEE, o *link* contendo o questionário foi reenviado por *e-mail*, sendo também enviado nesta etapa o questionário em arquivo editável, para que os respondentes tivessem mais de uma opção de modo de resposta.

Neste processo, a coleta de dados alcançou 48 respostas de 43 companhias elétricas em um período de 3 meses, compreendendo o período de agosto a outubro de 2013, conforme apresentado no Quadro 9:

Quadro 9 – Respondentes dos questionários.

n	EMPRESA	CARGO DO RESPONDENTE
1	AES Eletropaulo	Contador
2	ALUPAR	Contador
3	Amazonas Distribuidora de Energia	Contador
4	Amazonas Distribuidora de Energia	Analista Tributário
5	CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	Contador
6	CEAL - Eletrobras Distribuição de Alagoas	Contador
7	CEB	Contador
8	CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica	Assistente de Contabilidade
9	CEEE D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	Contador
10	CEEE D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	Contador
11	CELESC	Assistente de Contabilidade
12	CELPE	Assistente de Contabilidade
13	CEMIG	Controller
14	Centrais Elétricas de Carazinho	Contador
15	CEPISA	Contador
16	CERON - Eletrobras Distribuição Rondônia	Contador

17	CERSUL – Cooperativa de Distribuição de Energia	Contador
18	CESP - Companhia Energética de São Paulo	Contador
19	COCEL - Companhia Campolarguense de Energia	Contador
20	COOPERA - Cooperativa Pioneira de Eletrificação	Contador
21	COPEL	Contador
22	CTEEP - Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	Assistente de Contabilidade
23	DESA - Dobrevê Energia S/A	Contador
24	DME ENERGÉTICA S/A	Contador
25	DMED - DME Distribuição S/A	Contador
26	DMED - DME Distribuição S/A	Contador
27	Elétrica A	Contador
28	Elétrica B	Gestor Financeiro
29	Eletroacre	Gestor Financeiro
30	Eletrosul	Contador
31	ELFSM - Empresa Luz e Força Santa Maria S/A	Contador
32	Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	Contador
33	ENERGISA SERGIPE Distribuidora de Energia S.A	Contador
34	Grupo Energisa	Controller
35	HIDROPAN - Hidroelétrica Panambi	Contador
36	IEM - Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Contador
37	INTESA - Integração Transmissora de Energia S/A	Gestor Financeiro
38	Itapebi Geração	Contador
39	João Cesa - Empresa Força e Luz João Cesa LTDA	Contador
40	Light S.A	Controller
41	Light S.A	Contador
42	Linhares Geração S/A	Assistente de Contabilidade
43	Nova Palma Energia	Contador
44	PCH Cachoeirão - Hidrelétrica Cachoeirão S/A	Assistente de Contabilidade
45	TDG – Transmissora Delmiro Gouveia	Gestor Financeiro
46	TEP - Termoelétrica Potiguar	Contador
47	TRANSMINEIRA - Companhia Transleste de Transmissão	Contador
48	Uirapuru Transmissora de Energia	Contador
LEGENDA:		
	Empresas com mais de uma resposta	
	Empresas geradoras de energia elétrica.	

Dois respondentes preferiram não identificar a empresa, sendo então essas empresas nomeadas de Elétrica A e Elétrica B.

Considerando que conforme a Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 são obrigadas a realizarem os procedimentos de Contabilidade Regulatória da ANEEL apenas as empresas que trabalham nos segmentos de distribuição e transmissão, e que algumas empresas tiveram mais de um respondente, para a análise descritiva foram consideradas quatro amostras:

Amostra 1 – Todos os 48 respondentes;

Amostra 2 – Todas as 43 companhias elétricas componentes da amostra, selecionando-se os questionários a serem analisados, no caso das empresas que tiveram mais de um respondente, seguindo na ordem os seguintes critérios:

- Menor número de *missing* (perguntas não respondidas);
- Respondente com maior cargo;

- Respondente com maior experiência no setor contábil da empresa.

Amostra 3 – Apenas os 40 respondentes que trabalham em distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica;

Amostra 4 – Apenas as 35 distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, exibidas no Quadro 10, que participaram da pesquisa, selecionando-se os questionários a serem analisados conforme critério explicado no item 2.

Quadro 10 – Distribuidoras e transmissoras de energia elétrica participantes do estudo

n	EMPRESA	CARGO DO RESPONDENTE
1	AES Eletropaulo	Contador
2	ALUPAR	Contador
3	Amazonas Distribuidora de Energia	Analista Tributário
4	CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	Contador
5	CEAL - Eletrobras Distribuição de Alagoas	Contador
6	CEB	Contador
7	CEEE D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	Contador
8	CELESC	Assistente de Contabilidade
9	CELPE	Assistente de Contabilidade
10	CEMIG	<i>Controller</i>
11	Centrais Elétricas de Carazinho	Contador
12	CEPISA	Contador
13	CERON - Eletrobras Distribuição Rondônia	Contador
14	CERSUL – Cooperativa de Distribuição de Energia	Contador
15	COCEL - Companhia Campolarguense de Energia	Contador
16	COOPERA - Cooperativa Pioneira de Eletrificação	Contador
17	COPEL	Contador
18	CTEEP - Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	Assistente de Contabilidade
19	DMED - DME Distribuição S/A	Contador
20	Elétrica A	Contador
21	Eletroacre	Gestor Financeiro
22	Eletrosul	Contador
23	ELFSM - Empresa Luz e Força Santa Maria S/A	Contador
24	Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	Contador
25	ENERGISA SERGIPE Distribuidora de Energia S.A	Contador
26	Grupo Energisa	<i>Controller</i>
27	HIDROPAN - Hidroelétrica Panambi	Contador
28	IEM - Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Contador
29	INTESA - Integração Transmissora de Energia S/A	Gestor Financeiro
30	João Cesa - Empresa Força e Luz João Cesa LTDA	Contador
31	Light S.A	<i>Controller</i>
32	Nova Palma Energia	Contador
33	TDG – Transmissora Delmiro Gouveia	Gestor Financeiro
34	TRANSMINEIRA - Companhia Transleste de Transmissão	Contador
35	Uirapuru Transmissora de Energia	Contador

A Amostra 1 foi considerada nas perguntas que envolveram o perfil do profissional respondente e questões de opinião acerca da contabilidade societária (IFRS) e da contabilidade regulatória (ANEEL).

A Amostra 2 foi considerada nas questões acerca do perfil da empresa e sobre a implementação das normas internacionais de contabilidade, uma vez que todas, sem exceção, são obrigadas a seguirem as normas brasileiras de contabilidade convergidas às normas internacionais.

A Amostra 3 foi considerada nas questões de opinião sobre a contabilidade regulatória ou que envolveram opinião de comparação entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

Por fim, a Amostra 4 foi utilizada para toda a análise inferencial realizada e para as questões que envolveram a utilização e relevância da contabilidade regulatória ou da contabilidade societária quando a intenção foi de comparação com a da contabilidade regulatória.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Por se tratar de um estudo com uma abordagem de métodos mistos, a análise dos dados se deu de forma concomitante, utilizando os dados qualitativos coletados para reforçar a análise quantitativa. A ênfase dada na análise quantitativa se justifica pelo fato de que as entrevistas realizadas na etapa qualitativa tiveram como principal objetivo a exploração do tema para dar suporte à elaboração do questionário de pesquisa.

A análise estatística dos dados quantitativos coletados foi realizada mediante utilização do *software IBM SPSS Statistics v. 20*, sendo utilizada nesta análise tanto estatística descritiva, com o objetivo de sumarizar os dados coletados, quanto inferencial que teve como objetivo o teste das hipóteses do estudo.

Na análise estatística inferencial foram utilizados os testes de hipóteses exato de Fisher para testar as hipóteses 1, 2, 3 e 4, 6 e 7, e o Teste de Wilcoxon, para testar as hipóteses 5 e 8, sendo consideradas apenas as companhias de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica respondentes, pois apenas esses segmentos são obrigados a seguirem a Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010.

O teste exato de Fisher é indicado como opção ao teste Qui-Quadrado (χ^2), o qual é indicado para identificar a existência de associação entre duas variáveis categóricas, baseando-se na hipótese nula de que não há relação entre duas variáveis na população total. Neste sentido, dada distribuição observada é comparada com suas frequências esperadas calculadas considerando a hipótese de independência entre as duas variáveis testadas (BABBIE, 1999;

FIELD, 2009). Conforme Field (2009, p 610), são exigências para a utilização do teste Qui-Quadrado:

- Cada pessoa, item ou entidade deve contribuir para apenas uma célula da tabela de contingência;
- As frequências esperadas em cada célula da tabela de contingência devem ser superiores a 5, embora aceite-se que em grandes tabelas de contingências tenham até 20% de suas células com frequências esperadas abaixo de 5.

Nos casos em que esta última exigência não é atendida, é recomendável a utilização do teste exato de Fisher, e como nenhuma das tabelas de contingência elaboradas neste estudo atenderam a esta exigência, justifica-se a utilização do exato de Fisher em detrimento do Qui-Quadrado (SIEGEL e CASTELLAN JR., 2006; FIELD, 2009). Conforme Pagano e Halvorsen (1981), embora raramente os livros didáticos mencionem essa opção alternativa ao teste Qui-Quadrado, exceto para tabelas 2 x 2, esse teste pode ser utilizado em qualquer tabela L x C (número de linhas por número de colunas). Essa extensão do teste exato de Fisher para tabelas de contingência maiores que 2 x 2 foi proposta pela primeira vez por Freeman e Halton em 1951, ficando por isso essa extensão conhecida também por teste de Freeman e Halton (FREEMAN e HALTON, 1951; MEHTA e PAHTEL, 2011).

Segundo Pagano e Halvorsen (1981), a desculpa habitual para ignorar o teste exato de Fisher para qualquer tabela L x C, é a inviabilidade do cálculo. Neste sentido os referidos autores propuseram um algoritmo capaz de aumentar os limites de viabilidade de aplicação do referido teste.

Esse mesmo entendimento de que o teste exato de Fisher pode ser utilizado em qualquer tabela L x C é corroborado por Mehta e Patel (1983):

Um teste exato de significância da hipótese de que os efeitos de linha e coluna são independentes em uma tabela de contingência L x C podem ser executados, em princípio, ao generalizar o tratamento exato de Fisher, da tabela de contingência 2 x 2. [...] No entanto, o esforço computacional necessário para gerar todas as tabelas de contingência L X C com somas marginais fixas limita severamente o uso do teste exato de Fisher. (Mehta e Patel, 1983, p. 427, tradução livre)¹

¹ *An exact test of significance of the hypothesis that the row and column effects are independent in an r x c contingency table can be executed in principle by generalizing Fisher's exact treatment of the 2 x 2 contingency table. [...] However, the computational effort required to generate all r x c contingency tables with fixed marginal sums severely limits the use of Fisher's exact test.*

Mehta e Patel (1983), em seu artigo *A Network Algorithm for Performing Fisher's Exact Test in $r \times c$ Contingency Tables*, defendendo, da mesma forma que Pagano e Halvorsen (1981) e Verbeek e Kroonenberg (1985), que o teste exato de Fisher aplicado a tabelas de contingências 2×2 , exemplo mais comum devido ao esforço computacional relativamente menor, facilmente se generaliza a tabelas $L \times C$, propuseram um algoritmo alternativo ao proposto por Pagano e Halvorsen (1981) que tornou ainda maiores os limites da viabilidade computacional do teste exato de Fisher.

Ainda antes dos referidos estudos acerca do cálculo do exato de Fisher em tabelas $L \times C$, Mehta e Patel avançaram em 1980 com uma pesquisa que culminou no desenvolvimento de um algoritmo capaz de calcular teste exato de Fisher em tabelas $2 \times C$ (MEHTA E PATEL, 1983).

Segundo Mehta (1990), no passado testes exatos de Fisher foram raramente tentados para tabelas maiores que 2×2 , principalmente devido ao nível de sofisticação de seus cálculos, inviáveis antes de dois principais acontecimentos ocorridos ao longo da década de 80:

1. A disponibilidade quantitativa de computadores em casas e escritórios, que revolucionou nosso pensamento sobre o que é computacionalmente possível; e
2. Muitos novos algoritmos rápidos e eficientes para o cálculo do teste exato de Fisher publicados na referida década.

Na ótica de Mehta (1990), graças a esses dois acontecimentos, problemas que antes tomariam várias horas ou até mesmo dias para serem solucionados passaram a ser resolvidos em apenas alguns minutos. O que restava após esses dois acontecimentos que viabilizaram os cálculos do teste exato de Fisher era incorporar os algoritmos propostos em pacotes estatísticos, dificuldade superada ainda na década de 80 (MEHTA, 1990). Entendimento semelhante tem Agresti (2002), que defende que graças aos avanços no desenvolvimento de algoritmos eficientes para cálculo de métodos exatos em amostras pequenas, softwares especiais estão amplamente disponíveis para cálculos de teste exato em tabelas $L \times C$.

O suporte do *software* estatístico utilizado para os cálculos do exato de Fisher nesta pesquisa garante que estando o módulo de testes exatos instalados os cálculos do exato de Fisher é possível em tabelas maiores que 2×2 (IBM, 2007), justificando a utilização de tal teste para as tabelas construídas para a análise dos resultados desta pesquisa, as quais não atenderam ao requisito de possuírem em no máximo 20% de suas células frequências esperadas inferiores a 5.

Devido ao tamanho da amostra utilizada nos testes inferenciais ser de apenas 35 companhias de distribuição e/ou transmissão, algumas respostas foram agrupadas para aumentar o número de observações em cada célula das tabelas de contingência. Os agrupamentos foram os seguintes:

- No questionário, as opções de resposta acerca do faturamento estavam divididas em 7 níveis, para a análise inferencial reduziu-se a 4;
- Quanto à composição do capital acionário, as empresas foram agrupadas em apenas dois grupos, as que (1) possuem controle acionário público e as que (2) não possuem controle acionário público;
- As respostas em escala Likert de 1 a 5 foram reduzidas a 3 níveis, agrupando-se desta forma as respostas 1 e 2 em uma categoria, e os níveis 4 e 5 em outra, enquanto as de nível 3 continuaram isoladas;
- As respostas quanto ao lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho foram reduzidas a três categorias, agrupando-se as respostas lucro ajustado a partir das informações contábeis societárias com lucro societário, e lucro ajustado a partir das informações contábeis regulatórias com lucro regulatório.

Quanto ao teste de Wilcoxon, utilizado para testar as Hipótese 5 e 8, trata-se de um teste não paramétrico alternativo ao teste *t* de *Student*, utilizado sempre que a variável a ser testada não apresente distribuição normal e não seja contínua. Os referidos testes têm como propósito comparar duas médias populacionais a partir de amostras emparelhadas. (FÁVERO *et al.*, 2009)

O nível de significância admitido nos testes de hipóteses foi de até 5%, o que significa que há uma probabilidade de no máximo 5 a cada 100 de cometer o chamado erro do tipo I, ou seja, rejeitar-se a hipótese nula quando ela deveria ser aceita, o que representa um intervalo de confiança de no mínimo 95% (FÁVERO *et al.*, 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa divididos em duas seções. A primeira seção apresenta a análise descritiva dos resultados dos questionários, contemplando ainda de forma complementar as entrevistas realizadas. A segunda seção trata da análise inferencial, sendo nela tratadas as hipóteses apresentadas no capítulo 1.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

A análise descritiva das respostas do questionário é apresentada subdividida em 3 seções. A primeira seção apresenta as informações gerais dos respondentes e das companhias elétricas que participaram da pesquisa, a segunda trata das questões acerca da implementação das normas internacionais de contabilidade e das alterações na contabilidade regulatória estabelecida pela ANEEL, e a terceira aborda as questões sobre a utilidade da informação contábil e a integração da contabilidade financeira com a contabilidade gerencial.

4.1.1 Informações gerais dos respondentes e das companhias elétricas participantes da pesquisa

A primeira questão acerca de informações gerais buscou conhecer as áreas de atuação das companhias elétricas participantes do estudo, conforme exibido na Tabela 1.

Tabela 1 – Atividades das empresas participantes do estudo

Área de Atuação	Frequência	%
Apenas Distribuição	18	41,9%
Apenas Transmissão	6	14,0%
Apenas Geração	8	18,6%
Distribuição e Geração	3	7,0%
Transmissão e Geração	1	2,3%
Distribuição, Geração e Comercialização	3	7,0%
Transmissão, Geração e Comercialização	1	2,3%
Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização	3	7,0%
Total	43¹	100%

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

A Tabela 1 demonstra que a maioria das empresas (41,9%) trabalha apenas com distribuição de energia elétrica, e que a minoria atua em mais de uma área. Destaca-se ainda que as 8 companhias que se dedicam apenas à atividade de geração não elaboram demonstrativos contábeis regulatórios, pois apenas elas não atuam nas áreas de distribuição e/ou transmissão. Agrupando estas respostas de outra forma, por área de atuação, percebe-se, conforme expresso na Tabela 2, que 62,8% das 43 companhias pesquisadas trabalham com distribuição e 25,6% com transmissão de energia elétrica, as quais por atuarem nestas áreas são obrigadas conforme a Resolução Normativa nº 396/2010 (ANEEL) a adotarem os procedimentos de contabilidade regulatória. Evidencia-se ainda na Tabela 2 uma grande participação na pesquisa de companhias que atuam na geração de energia elétrica (44,2%), porém conforme expõe a Tabela 1 apenas 18,6% atuam exclusivamente com geração de energia elétrica.

Tabela 2 – Frequências de empresas por área de atuação

Atividades	Frequência	%
Distribuição	27	62,8%
Geração	19	44,2%
Transmissão	11	25,6%
Comercialização	7	16,3%
Total de Empresas Pesquisadas	43¹	100,0%

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

A segunda questão buscou identificar a faixa de faturamento anual dessas companhias, os resultados desta pergunta são evidenciados na Tabela 3.

Tabela 3 – Faturamento das companhias estudadas

Faturamento	Frequência	%
Até R\$ 100 milhões	14	33,3%
Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão	11	26,2%
Entre R\$ 1 bilhão e R\$ 4 bilhões	10	23,8%
Mais de 4 bilhões	7	16,7%
Total	42¹	100%

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

Conforme evidenciado na Tabela 3, menos da metade das companhias elétricas respondentes faturam mais de R\$ 1 bilhão (40,5%), com a maior parte faturando até R\$ 100 milhões (33,3%) e com uma quantidade também considerável faturando entre R\$ 100 milhões

e R\$ 1 bilhão. Apenas 16,7% das companhias respondentes faturam mais de R\$ 4 bilhões por ano.

Quanto à composição do capital acionário das empresas estudadas, procurou-se saber qual a principal origem de seu capital acionário, como demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Principais origens do capital acionário das companhias participantes do estudo

Composição do Capital Acionário	Frequência	%
Totalmente público	9	21,4%
Predominantemente público	8	19,1%
Totalmente privado nacional	14	33,3%
Predominantemente privado nacional	8	19,1%
Predominantemente privado internacional	3	7,1%
Total Válido	42¹	100%

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

Analisando a Tabela 4 observa-se que 40,5% das 42 empresas respondentes possuem participação acionária totalmente ou predominantemente pública, que a maioria delas possui capital acionário totalmente privado nacional (33,3%) e que apenas 7,1% possui capital acionário predominantemente privado internacional.

Conforme apresenta-se na Tabela 5, das 41 companhias que responderam à pergunta se eram subsidiária ou não de um grupo, pouco mais da metade afirmou que sim, sendo então controladas por uma *holding*.

Tabela 5 – Existência de controladora

Subsidiária de um Grupo?	Frequência	%
Sim	21	51,2%
Não	20	48,8%
Total	41¹	100%

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

A Tabela 6 apresenta as respostas ao questionamento que buscou saber se a gestão das companhias elétricas participantes do estudo se enquadram como centralizadas ou descentralizadas.

Tabela 6 – Estilo gerencial

Estilo Gerencial	Frequência	%
Muito centralizado	2	4,7%
Centralizado	18	41,9%
Apresenta características tanto centralizadoras quanto descentralizadoras	19	44,2%
Descentralizado	4	9,3%
Total	43¹	100%

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

A maioria dos respondentes considerados afirmaram que as empresas onde trabalham são centralizadas (46,6%), e apenas 9,3% das 43 companhias participantes do estudo tiveram suas gestões consideradas descentralizadas pelos respondentes.

A quantidade de colaboradores no setor contábil dessas empresas é apresentada dividida em 6 classes na Tabela 7.

Tabela 7 – Quantidade de colaboradores no setor contábil

Quantidade de Colaboradores no Setor Contábil	Frequência	%
Até 5	15	34,9%
De 6 a 12	8	18,6%
De 13 a 20	8	18,6%
De 21 a 30	5	11,6%
De 31 a 40	2	4,7%
Mais de 40	5	11,6%
Total	43¹	100%
Média	18,4	
Mediana	10,0	
Desvio Padrão	19,472	

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

A Tabela 7 evidencia que a maioria das companhias participantes da pesquisa possui até 5 funcionários em seus setores contábeis (34,9%), destacando uma média de 18 colaboradores por empresa no setor contábil, que por ter ficado distante da mediana e ter apresentado desvio-padrão alto, demonstra que a quantidade de colaboradores no setor contábil por empresa pesquisada é bastante diversificada. A mediana demonstra ainda que metade das empresas possuem menos de 10 colaboradores no setor contábil.

Na Tabela 8, apresentam-se os cargos ocupados pelos respondentes do questionário nas empresas participantes do estudo.

Tabela 8 – Cargos dos respondentes

Cargo	Frequência	%
Contador	34	70,8%
<i>Controller</i>	3	6,3%
Assistente de Contabilidade	6	12,5%
Gestor Financeiro	4	8,3%
Analista Tributário	1	2,1%
Total	48¹	100%

¹Amostra 1: todos os respondentes do questionário

Por ter sido um questionário desenvolvido para ser aplicado principalmente aos contadores do setor elétrico e ter contado com o apoio da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), a maior parte dos respondentes ocupa o cargo de contador (70,8%). Também responderam ao questionário 4 profissionais que ocupam o cargo de gestor financeiro (8,3%) e 3 que ocupam o cargo de *controller* (6,3%). O restante dos respondentes ocupam o cargo de assistente contábil (12,5%), categoria na qual foram englobados os que afirmaram ser auxiliares de contabilidade, e apenas 1 ocupa o cargo analista tributário (2,1%).

Em relação ao nível de instrução, a Tabela 9 demonstra que a maioria dos respondentes possui pós-graduação *lato sensu* (60,4%) e que apenas 4,2% dos 48 respondentes possuem pós-graduação *stricto sensu*.

Tabela 9 – Nível de instrução dos respondentes

Nível de Instrução	Frequência	%
Graduação	17	35,4%
Especialização (MBA)	29	60,4%
Mestrado/Doutorado	2	4,2%
Total	48¹	100%

¹Amostra 1: todos os respondentes do questionário

A Tabela 10 demonstra o tempo de experiência dos funcionários na empresa onde trabalham dividido em 6 classes.

Tabela 10 – Tempo de experiência dos funcionários nas empresas onde trabalham

Tempo na Empresa	Frequência	%
Até 2 anos	4	8,3%
Entre 3 e 9 anos	22	45,8%
Entre 10 e 16 anos	6	12,5%
Entre 17 e 23 anos	3	6,3%

Entre 24 e 30 anos	8	16,7%
Mais de 30 anos	5	10,4%
Total	48¹	100%
Média	13,58	
Mediana	7	
Desvio Padrão	11,727	

¹Amostra 1: todos os respondentes do questionário

Analisando a Tabela 10 observa-se que a maior parte dos respondentes possui entre 3 e 9 anos de experiência e a mediana aponta que metade dos respondentes possui até 6 anos de experiência nas empresas onde trabalham. A média de experiência na empresa dos respondentes foi de aproximadamente 13 anos e 7 meses, porém o desvio padrão de 11,72 demonstra que a experiência dos respondentes nas empresas onde trabalham está muito dispersa. A mediana igual a 7 demonstra que metade dos respondentes possui mais de 7 anos de experiência no setor elétrico.

A Tabela 11, considerando que alguns dos profissionais respondentes podem ter vindo de outros setores ou de outras empresas, inclusive do próprio setor elétrico, trata do tempo de experiência dos respondentes na área contábil do setor estudado.

Tabela 11 – Tempo de experiência na contabilidade do setor elétrico

Tempo na Área Contábil do Setor Elétrico	Frequência	%
Até 2 anos	3	6,3%
Entre 3 e 9 anos	19	39,6%
Entre 10 e 16 anos	7	14,6%
Entre 17 e 23 anos	8	16,7%
Entre 24 e 30 anos	8	16,7%
Mais de 30 anos	3	6,3%
Total	48¹	100%
Média	13,9	
Mediana	11,0	
Desvio Padrão	9,891	

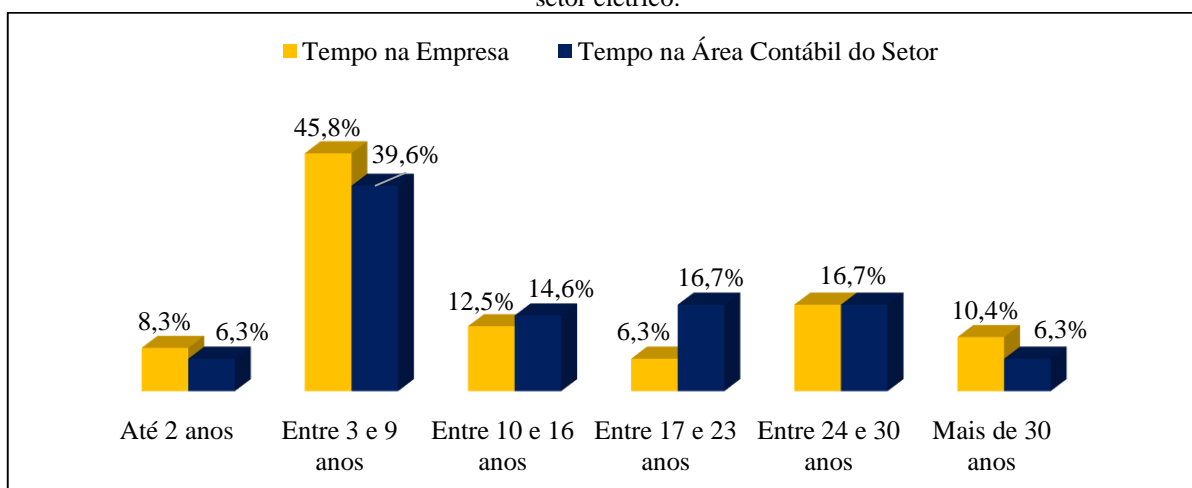
¹Amostra 1: todos os respondentes do questionário

Comparando a Tabela 11 com a Tabela 10, percebe-se que a maioria também possui de 3 a 9 anos de experiência na contabilidade do setor elétrico, e que em média eles possuem aproximadamente 13 anos e 11 meses de experiência na contabilidade do setor. A mediana indica que a metade da amostra tem até 10 anos de experiência contábil no setor elétrico e o

desvio padrão, assim como evidenciado na Tabela 10, também demonstra uma alta dispersão nesta experiência dos respondentes da pesquisa.

Uma comparação entre o tempo de experiência na empresa onde trabalham e o tempo de experiência na contabilidade do setor elétrico é demonstrada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Comparação entre o tempo de experiência na empresa e o tempo de experiência na contabilidade do setor elétrico.



Analisando o Gráfico 1, em conjunto com as Tabelas 10 e 11, observa-se que participaram do estudo contadores que tiveram experiência na contabilidade de outras empresas do setor elétrico além das empresas pelas quais responderam a pesquisa. Também percebe-se que alguns respondentes trabalharam em outros setores da empresa antes de serem lotados na contabilidade.

4.1.2 Implementação das IFRS e das alterações da Contabilidade Regulatória

Neste bloco do questionário buscou-se informações das companhias brasileiras de energia elétrica sobre como se adaptaram às normas internacionais de contabilidade e à Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, além da percepção dos contadores acerca destes dois arcabouços normativos contábeis aplicáveis ao setor elétrico brasileiro, e de como ficou distribuído o tempo do setor contábil para cada uma de suas atividades após passarem pelo processo de convergência contábil e começarem a seguir normas contábeis específicas para atender à sua agência reguladora.

A Tabela 12 demonstra as estratégias utilizadas pelas companhias que participaram do estudo para implementarem as normas internacionais de contabilidade.

Tabela 12 – Estratégias utilizadas para a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)

Estratégias para Implementação das IFRS	Frequência	%
Palestras	30	71,4%
Treinamento	29	69%
<i>Workshops</i>	24	57,1%
Sem Consultoria	18	42,9%
Consultoria Contábil	17	40,5%
Consultoria de Sistema de Informações	4	9,5%
Total	42¹	100%

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

Analisando a Tabela 12 percebe-se que a estratégia mais utilizada pelas empresas estudadas foi a de participação de seus colaboradores do setor contábil em palestras acerca da convergência contábil (71,4%), seguida de treinamento (69%) e participação em *workshops* (57,1%). Chama atenção o fato de que 42,9% das companhias que responderam a esta questão implementaram as normas internacionais de contabilidade sem nenhum tipo de consultoria, enquanto que 40,5% recorreram à contratação de consultoria contábil e 9,5% à contratação de consultoria de sistema de informações.

Acerca do processo de implementação das normas internacionais de contabilidade, o Entrevistado 3 afirmou que a maior dificuldade nesse processo foi entender qual o impacto dessas normas no setor de energia elétrica. Para o referido entrevistado, a aplicação da IFRIC 12/ICPC 01 foi complicada, como pode-se observar em suas palavras:

A aplicação da IFRIC 12 foi um caos, estávamos nos últimos dias de aplicação e não sabíamos exatamente o que fazer com, por exemplo, ativos administrativos, que é uma dúvida que temos até hoje, não sabemos se são reversíveis ou não [...]. Em virtude de muita falta de definição por parte do nosso modelo regulatório, a gente tem dificuldade de aplicar a norma internacional. Então transcrever ou transpor o modelo internacional para o nosso modelo regulatório eu acho que é a maior dificuldade que nós enfrentamos nesse processo (informação verbal, Entrevistado 3, 2012).

Essa visão acerca da dificuldade de aplicação da IFRIC 12/ICPC 01 é corroborada pelos demais entrevistados, e dois deles (Entrevistados 4 e 5) ainda acrescentaram que a tentativa de manter os registros dos ativos e passivos regulatórios na contabilidade societária conforme as normas internacionais contábeis foi outro fator complicado, pois apesar da pressão exercida pelo setor elétrico, eles deixaram de ser registrados após a adoção das IFRS.

Na visão do Entrevistado 7, essas dificuldades no processo de implementação das normas internacionais de contabilidade são reflexos da dificuldade de entendimento delas. O ponto de vista do referido entrevistado é transcrito a seguir:

Nós estávamos acostumados a ler um conjunto de regras como um fluxograma de decisão, e a convergência contábil exige mudança nesse hábito, pois as normas convergidas necessitam de interpretação com base em um conjunto de princípios, cabendo a cada um de seus aplicadores exercer seu julgamento, estabelecer uma política em relação ao assunto e refletir isso nas demonstrações financeiras (informação verbal, Entrevistado 7, 2012).

O Entrevistado 5 ressaltou a necessidade de contratação de consultoria de analistas de sistemas para esse processo, pois a falta de parametrização em seus sistemas foi também um fator que dificultou o processo de implementação das IFRS, devido ao alto nível de incerteza a empresa onde o mesmo trabalha não teve como se antecipar. O mesmo ressaltou que em todos os 26 anos trabalhando na contabilidade do setor elétrico nunca havia passado por momento tão complicado, comparando inclusive com o período do racionamento de energia elétrica, outro momento destacado pelo entrevistado como complicado.

Considerando a necessidade destacada por um dos entrevistados na pesquisa, os participantes da pesquisa foram questionados quanto ao nível de parametrização dos sistemas contábeis das empresas onde trabalham. A Tabela 13 sumariza as respostas a este questionamento.

Tabela 13 – Nível de parametrização dos sistemas contábeis de acordo com as normas aplicadas ao setor elétrico brasileiro

Parametrização dos Sistemas Contábeis	n	Nenhum ← → Máximo					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
Nível de parametrização de acordo com as normas societárias (IFRS)	42 ¹	-	7	16	11	8	3,48	0,994
		-	16,7%	38,1%	26,2%	19%		
Nível de parametrização de acordo com as normas regulatórias (ANEEL)	32 ²	-	2	15	9	6	3,59	0,875
		-	6,3%	46,9%	28,1%	18,8%		

¹Amostra 2: todas as empresas que compõem a amostra

²Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

Conforme observa-se na Tabela 13, para a pergunta acerca do nível de parametrização de acordo com as normas societárias, foram consideradas todas as companhias elétricas que responderam ao questionamento, enquanto que em relação ao nível de parametrização de acordo com as normas contábeis regulatórias foram consideradas todas as distribuidoras e transmissoras respondentes.

Analisando a Tabela 13 percebe-se que a maioria das companhias possui um sistema de informação contábil com nível de parametrização com as normas contábeis a elas aplicadas de alto a máximo, sendo 45,2% apresentando esse nível em relação às normas societárias e 46,9%

em relação às normas regulatórias. Uma minoria possui seus sistemas contábeis com nível de parametrização baixo, principalmente quando observa-se apenas o nível de parametrização dos sistemas contábeis das distribuidoras e transmissoras de energia elétrica com as normas regulatórias, com apenas 6,3% delas apresentando um nível de parametrização baixo. Ressalta-se ainda que nenhuma das companhias estudadas afirmou possuir um sistema contábil completamente não parametrizado com as normas contábeis vigentes para o setor elétrico.

Comparando as médias exibidas na Tabela 13, percebe-se que o nível de parametrização dos sistemas contábeis das companhias elétricas estudadas de acordo com as normas regulatórias (3,59) é maior do que com as normas societárias (3,48). Além disso, foi apresentado um menor desvio-padrão para as respostas referentes ao nível de parametrização de acordo com as normas regulatórias, o que demonstra que as respostas se dispersaram menos em torno da média do que as referentes ao nível de parametrização de acordo com as normas societárias.

No tocante às opiniões dos respondentes acerca do processo de convergência contábil e de implementação da contabilidade regulatória de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 foram feitas algumas afirmações no questionário e solicitado que os respondentes atribuíssem, em uma escala Likert de 1 a 5, seus níveis de concordância com cada afirmação. As opiniões dos respondentes sobre cada afirmação são sumarizadas na Tabela 14.

Tabela 14 – Opiniões dos respondentes acerca do processo de convergência contábil e implementação da contabilidade regulatória do setor elétrico

Afirmações	n	Discordo \longleftrightarrow Concorde					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
1. O Processo de convergência contábil trouxe mais custos do que benefícios para o setor elétrico	47 ¹	2	5	12	19	9	3,6	1,056
		4,3%	10,6%	25,5%	40,4%	19,1%		
2. Os profissionais contábeis ganharam maior importância nas empresas do setor elétrico após a harmonização contábil (IFRS).	47 ¹	1	2	10	22	12	3,89	0,914
		2,1%	4,3%	21,3%	46,8%	25,5%		
3. Os profissionais contábeis ganharam maior importância após a criação formal da contabilidade regulatória.	47 ¹	1	5	13	13	7	3,47	1,12
		2,6%	12,8%	33,3%	33,3%	17,9%		
4. A ANEEL facilitou o processo de harmonização contábil às normas internacionais de contabilidade nas companhias elétricas brasileiras.	47 ¹	4	14	8	19	2	3,02	1,113
		8,5%	29,8%	17%	40,4%	4,3%		
5. Ainda existem muitas dúvidas relacionadas à aplicação das IFRS no setor elétrico brasileiro.	47 ¹	1	3	5	20	18	4,09	0,974
		2,1%	6,4%	10,6%	42,6%	38,3%		

¹Amostra 1: todos os respondentes do questionário

A primeira afirmação exibida na Tabela 14 aborda a relação custo versus benefícios do processo de convergência contábil no setor elétrico brasileiro. Ao analisar os níveis de concordância atribuídos pelos respondentes a esta afirmação percebe-se que a maioria concorda que tal processo provocou mais custos que benefícios no setor elétrico, com 40,4% dos respondentes afirmando concordar parcialmente e 19,1% concordando plenamente, o que totaliza 59,5% concordantes com esta afirmação. Apenas 14,9% discordaram que tal processo trouxe mais custos que benefícios às empresas do setor, e 25,5% nem concordaram nem discordaram de tal afirmação.

Através das opiniões dos entrevistados acerca desta primeira afirmação é possível conhecer algumas das justificativas para a concordância ou discordância com ela. Um dos entrevistados que defendeu que o processo de convergência contábil trouxe mais benefícios que custos para as empresas do setor elétrico brasileiro, o Entrevistado 4, afirmou que o tratamento dado à concessão com a aplicação da IFRIC 12/ICPC 01 exprime muito melhor a essência da concessão, porém ele defende que o problema desse processo foi o impedimento de reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios pela contabilidade societária, o que na visão desse entrevistado não faz sentido.

Já o Entrevistado 3, que defendeu que tal processo trouxe mais custos que benefícios às empresas do setor elétrico, afirmou que o problema desse processo foi a insegurança do setor de energia elétrica brasileiro, por falta de definições regulatórias como a mensuração da indenização que deve ser recebida pelos concessionários ao final do prazo de concessão, o que provocou a criação de uma contabilidade específica para atender as exigências da ANEEL, fato que confunde o usuário da informação contábil, provocando mais custos que benefícios.

O Entrevistado 5 expressou em sua opinião que o processo de convergência no Brasil não observou adequadamente o ambiente regulatório do setor elétrico nacional, destacando problemas neste processo afirmando que:

[...] o tanto de informação financeira extra contábil que eu estou tendo que passar para o setor de Relação com Investidores (RI) é sinal de que a demonstração contábil societária está deficiente, porque teoricamente, no que se refere à informação financeira, deveria estar tudo nos demonstrativos contábeis. (informação verbal, Entrevistado 5, 2012)

A segunda afirmação procurou identificar a percepção dos respondentes sobre a valorização do profissional contábil nas empresas do setor elétrico após o processo de convergência contábil ocorrido no Brasil. Apenas uma pequena minoria discordou de que esse processo acarretou uma maior valorização dos profissionais contábeis nas companhias elétricas,

sendo 2,1% discordando plenamente e 4,3% parcialmente, enquanto que 21,3% nem discordaram nem concordaram com tal afirmação. A grande maioria, como pode-se observar na Tabela 14, concordou parcialmente com a afirmação de que os profissionais contábeis se valorizaram mais após esse processo (46,8%), e um número considerável de respondentes concordou plenamente (25,5%).

Acerca desta afirmação, o Entrevistado 3, que também concorda que o referido processo ocasionou uma maior valorização do profissional contábil do setor elétrico afirmou que os contadores começaram a ser mais requisitados para participarem de reuniões com a gestão, porém, por outro lado tal processo trouxe mais trabalho para eles.

Com a terceira afirmação contida na Tabela 14 buscou-se investigar a percepção acerca da valorização do profissional contábil em decorrência do processo de formalização da contabilidade regulatória nas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica brasileiras, de modo a permitir uma comparação com as opiniões acerca da segunda afirmação.

Analisando-se os níveis de concordância dos entrevistados com a afirmação de que o processo de formalização da contabilidade regulatória provocou uma maior valorização dos profissionais contábeis do setor elétrico, observa-se que a maioria concordou com tal afirmação (51,2%), porém, comparando-se a média do nível de concordância com esta afirmação com a média do nível de concordância da afirmação 2, observa-se que os contadores percebem que o processo de convergência contábil provocou mais valorização da classe contábil no setor elétrico do que o processo de formalização da contabilidade regulatória.

Ainda analisando as afirmações 2 e 3 expressas na Tabela 14, comparando-se os desvios-padrão dos níveis de concordância dos respondentes com as referidas afirmações, percebe-se que as respostas se dispersaram mais em torno da média nas opiniões relativas à terceira afirmação, demonstrando que ocorre mais divergências na visão dos mesmos acerca da valorização do profissional contábil ocasionada pelo processo de formalização da contabilidade regulatória.

A quarta afirmação expressou o papel da ANEEL no processo de convergência contábil às normas internacionais de contabilidade, e conforme pode-se observar na Tabela 14, embora um considerável número de respondentes tenha discordado de que a referida agência reguladora tenha facilitado tal processo, sendo 8,5% deles discordando plenamente de tal afirmação e 29,8% parcialmente, a maioria concordou parcialmente com tal afirmação (40,4%) e apenas 4,3% concordou plenamente.

Embora a maioria tenha concordado com a quarta afirmação expressa na Tabela 14, a média dos níveis de concordância dos respondentes com a afirmação de que a ANEEL tenha

facilitado o processo de convergência contábil no setor elétrico brasileiro foi de 3,02, revelando que na média os respondentes nem concordam nem discordam com tal afirmação.

Um dos entrevistados que discordou que a ANEEL tenha facilitado o processo de convergência contábil no setor elétrico, o Entrevistado 4, afirmou que o referido órgão regulador prejudicou mais que ajudou, pois a contabilidade criada por ela não é útil para mais nenhum outro usuário, e tal contabilidade só foi criada por falta de definição de regras como critérios de indenização ao final da concessão, e isso deveria ter sido definido antes da adoção das normas internacionais. Conforme o mesmo entrevistado, se tornou difícil a defesa de, por exemplo, reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios pela contabilidade societária, pois não tem nada escrito pelo regulador garantindo que eles serão compensados e indenizados ao final da concessão. Nas palavras do referido entrevistado:

Se tivesse escrito, por exemplo, ‘a concessão acabando em 2015, se você tiver uma conta de R\$ 200 milhões você pode ficar tranquilo que o regulador vai indenizar esse ativo regulatório’, o resultado talvez tivesse sido outro. Por exemplo, em Portugal e na Espanha, embora lá tenham outras peculiaridades, tais ativos e passivos regulatórios são reconhecidos, porque lá o preço da energia reajusta no máximo a inflação, então são carregados milhões em ativos regulatórios para serem compensado nos próximos anos, mas dificilmente são compensados nas tarifas, então os governos desses dois países decidiram que se não houver condições desses ativos serem recuperados por meio da tarifa, eles indenizam as empresas. (informação verbal, Entrevistado 4, 2012)

Na opinião do Entrevistado 7, a participação da ANEEL no processo foi passiva, reativa e não proativa, e na visão do mesmo não restaria outra opção à ANEEL, por ela possuir necessidades diferentes e o processo de convergência ter sido um processo inevitável.

A última afirmação contida na Tabela 14 buscou identificar a percepção dos respondentes acerca da clareza de aplicação das normas internacionais de contabilidade no setor elétrico. A grande maioria concordou que ainda existem muitas dúvidas em relação à aplicação das IFRS no setor elétrico brasileiro (80,9%), com 38,3% deles concordando plenamente com esta afirmação e 42,6% concordando parcialmente. Apenas 2,1% discordou plenamente da existência de muitas dúvidas na aplicação de tais normas no setor elétrico, e 6,4% discordou parcialmente.

Na Tabela 15 são exibidos de forma sumarizada os níveis de concordância, em uma escala Likert de 1 a 5, dos respondentes com afirmações acerca de procedimentos das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória do setor elétrico.

Tabela 15 – Opiniões dos respondentes acerca de procedimentos das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória do setor elétrico

Afirmações	n	Discordo \longleftrightarrow Concordo					Média	Desvio Padrão
		Plenamente		Plenamente				
		1	2	3	4	5		
1. Os procedimentos de contabilização dos contratos de concessão determinados pela IFRIC12/ICPC 01 representam melhor a essência da concessão do que o tratamento adotado anteriormente.	47 ¹	4	6	5	23	9	3,57	1,193
		8,5%	12,8%	10,6%	48,9%	19,1%		
2. A valoração a Valor Novo de Reposição exprime melhor a essência dos bens da concessão do que o tratamento deles como ativos intangíveis e/ou financeiros.	47 ¹	-	3	10	26	8	3,83	0,789
		-	6,4%	21,3%	55,3%	17%		
3. Os ativos regulatórios e passivos regulatórios devem ser reconhecidos pela Contabilidade Societária (IFRS), pois tais se caracterizam, respectivamente, como ativos e passivos.	47 ¹	2	4	9	17	15	3,83	1,11
		4,3%	8,5%	19,1%	36,2%	31,9%		
4. Os procedimentos de contabilidade regulatória determinados pela Resolução ANEEL nº 396/2010 são adequados.	47 ¹	-	5	5	26	3	3,64	0,819
		-	12,8%	12,8%	66,7%	7,7%		

¹Amostra 1: todos os respondentes do questionário

A primeira afirmação exibida na Tabela 15 expressa em seu texto que os procedimentos de contabilização dos contratos de concessão determinados pela IFRIC 12/ICPC 01 representam melhor a essência da concessão do que o tratamento adotado anteriormente. A maioria dos respondentes concordaram parcialmente com esta afirmação (48,9%). Somando estes respondentes aos que afirmaram concordar plenamente (19,1%), é evidenciado que 68% dos respondentes concordam com tal afirmação. Ainda 8,5% dos respondentes discordaram plenamente de tal afirmação e 12,8% deles discordaram parcialmente, o que demonstra que 21,3% dos respondentes defendem que os procedimentos anteriores à adoção da IFRIC 12/ICPC 01 representam melhor a essência dos contratos de concessão do setor elétrico.

Apesar de a maioria dos respondentes concordar que os procedimentos de contabilização determinados pela IFRIC 12/ICPC 01 refletem melhor a essência da concessão do que os procedimentos adotados anteriormente, o nível de concordância com a segunda afirmação expressa na Tabela 15 demonstra que a maioria dos respondentes (72,3%) concorda que o tratamento da infraestrutura da concessão como imobilizado mensurado a Valor Novo de Reposição (VNR) exprime melhor a essência dos bens da concessão do que o tratamento deles como ativo intangível e/ou financeiro, como prevê a IFRIC 12/ICPC 01.

Comparando-se o nível médio de concordância dos respondentes com as afirmações 1 (3,57) e 2 (3,83) da Tabela 15, percebe-se que em média eles concordam mais com a segunda afirmação, o que evidencia uma preferência deles aos procedimentos definidos pela contabilidade regulatória no tratamento da infraestrutura da concessão. Ressalta-se ainda em relação a segunda afirmação, que nenhum dos respondentes discordou plenamente dela, e apenas 6,4% discordaram parcialmente.

Na visão do Entrevistado 5 a IFRIC 12/ICPC 01 pouco agregou para os usuários da informação contábil, para o mesmo, o tratamento da infraestrutura da concessão como imobilizado já fornecia informação adequada. Em contrapartida, o Entrevistado 4 defendeu em sua opinião que tal procedimento traz mais sentido à informação contábil, afirmando, conforme citado anteriormente, que tais procedimentos refletem muito melhor a essência do contrato de concessão.

Na terceira afirmação contida na Tabela 15 foi abordado o impedimento de reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios na contabilidade societária. A maior parte dos respondentes (68,1%) concordaram, parcialmente ou plenamente, que tais ativos e passivos devem ser reconhecidos na contabilidade societária, por atenderem a definição de ativos e passivos. Apenas 4,3% discordaram plenamente que os ativos e passivos regulatórios devam ser registrados na contabilidade societária, e 8,5% discordaram parcialmente. Ainda ressalta-se que uma quantidade considerável de respondentes, 19,1% deles, nem discordou nem concordou com a referida afirmação.

O Entrevistado 4, que foi um dos entrevistados que defendeu o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios na contabilidade societária, afirmou que a informação contábil que está sendo disponibilizada para os bancos e para os debenturistas pela empresa onde o mesmo trabalha é composta pelos números societários somados aos ativos e passivos regulatórios, sendo os indicadores, a exemplo do EBITDA, calculados levando em consideração tal informação que só é registrada na contabilidade regulatória. Conforme o referido entrevistado não é apenas a empresa na qual ele trabalha que vem adotando esse posicionamento, mas outras empresas também, e as que ainda não o fazem sinalizam que começarão a fazer.

A última afirmação expressa na Tabela 15 buscou saber o nível de concordância dos respondentes com os procedimentos contábeis determinados pela Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010. A maior parte dos respondentes afirmou concordar parcialmente com a referida resolução (66,7%), e somando-se aos que concordaram plenamente eles representam 74,4% dos respondentes. Nenhum respondente discordou plenamente dos procedimentos da

referida resolução, e a mesma quantidade que discordou parcialmente, 12,8%, nem discordou nem concordou com a afirmação em análise.

Como após a adoção da IFRIC 12/ICPC 01 pelas empresas do setor elétrico brasileiro a ANEEL através da Resolução Normativa nº 396/2010 determinou que as companhias transmissoras e distribuidoras de energia elétrica devem produzir informações contábeis diferentes das societárias para atenderem às necessidades de regulação, o setor contábil das companhias elétricas destes segmentos ficou responsável por mais uma atividade. Neste sentido buscou-se conhecer como é distribuído o tempo do setor contábil a cada uma das atividades a ele atribuídas. As respostas a este questionamento estão apresentadas de forma sumarizada na Tabela 16.

Tabela 16 – Tempo destinado pelo setor contábil a cada uma de suas atividades

PERCENTUAL DE TEMPO DEDICADO	Societária		Regulatória		Tributária		Gerencial		Outras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0%	-	-	-	-	1	2,9%	4	11%	15	43%
Entre 1 e 10%	5	14,3%	1	2,9%	4	11,4%	13	37%	18	51%
Entre 11% e 20%	11	31,4%	7	20,0%	18	51,4%	14	40%	1	3%
Entre 21% e 30%	9	25,7%	13	37,1%	11	31,4%	2	6%	1	3%
Entre 31% e 40%	6	17,1%	8	22,9%	1	2,9%	2	6%	-	-
Entre 41% e 50%	4	11,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre 51% e 60%	-	-	5	14,3%	-	-	-	-	-	-
Entre 61% e 70%	-	-	1	2,9%	-	-	-	-	-	-
TOTAL	35¹	100%	35¹	100%	35¹	100%	35¹	100%	35¹	100%
Média	27%		33,86%		21%		13,60%		5%	
Desvio Padrão	12,556%		15,343%		8,117%		9,211%		6,326%	
Mínimo	5%		10%		0%		0%		0%	
Máximo	50%		70%		40%		40%		30%	

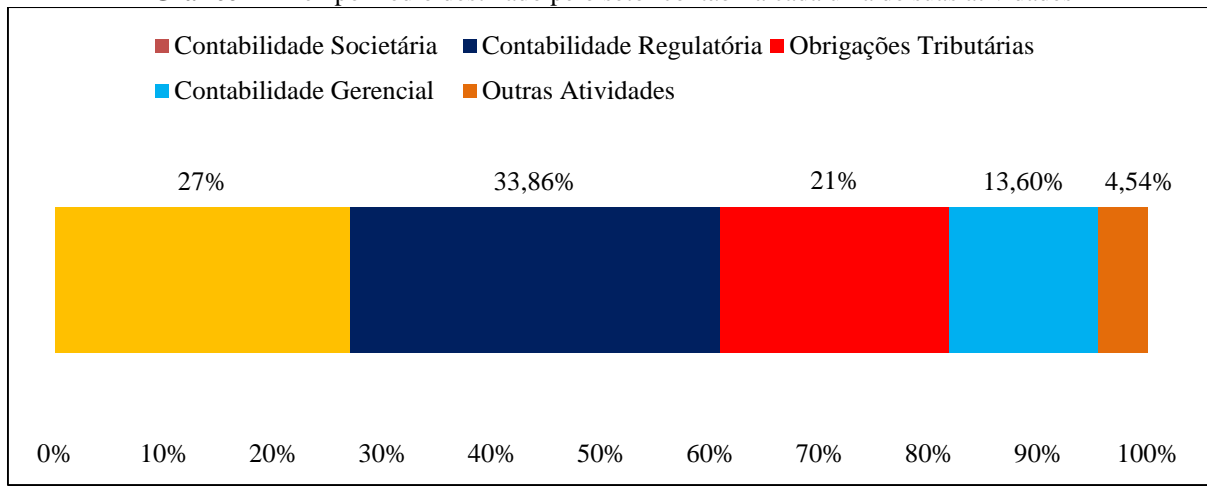
¹Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

Analisado a Tabela 16, percebe-se que a maior parte dos respondentes afirmou destinar entre 11% e 20% do tempo de trabalho do setor contábil às atividades de contabilidade societária (31,4%), entre 21% e 30% às atividades contábeis regulatórias (37,1%), entre 11% e 20% às atividades tributárias (51,4%).

Destaca-se também que 17,2% dos respondentes afirmaram que o setor contábil nas empresas onde trabalham destinam mais da metade de seu tempo às atividades de contabilidade regulatória.

Percebe-se ainda que na média a atividade que demanda mais tempo do setor contábil das companhias distribuidoras e transmissoras de energia elétrica é a de contabilidade regulatória, à qual é destinado em média 33,86% do tempo de trabalho do setor contábil, logo em seguida vem o tempo médio dedicado à contabilidade societária (27%), às atividades tributárias (21%), à contabilidade gerencial (13,6%), e por fim a outras atividades não contempladas no questionário (5%), conforme representação exibida no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Tempo médio destinado pelo setor contábil a cada uma de suas atividades



4.1.3 Utilidade da informação contábil e integração da Contabilidade Financeira com a Contabilidade Gerencial

Neste último subcapítulo da análise descritiva são apresentados os resultados dos questionamentos acerca da utilização da contabilidade societária e regulatória nas companhias do setor elétrico.

Considerando as divergências existentes entre os saldos contábeis societários e regulatórios, os respondentes foram questionados acerca da elaboração de relatórios gerenciais explicativos dessas divergências. Os resultados deste questionamento são resumidos na Tabela 17.

Tabela 17 – Relatório gerencial explicativo das divergências entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória

Relatório Explicativo das Divergências	Frequência	%
Demonstrativo de reconciliação entre as duas contabilidades	24	68,57%
Notas explicativas	22	62,86%
Relatório gerencial	3	8,57%
Nenhum	3	8,57%
Total (n)	35¹	1

¹Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

Conforme se observa na Tabela 17, para fins internos, na maioria das companhias participantes do estudo, as divergências entre as contabilidades societária e regulatória são explicadas da mesma forma que são explicadas para os usuários externos da informação contábil, ou seja, através de demonstrativo de reconciliação entre as duas contabilidades (68,57%), divulgado junto às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 pelas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, e de notas explicativas (62,86%).

Destaca-se ainda que apenas 8,57% elaboram um relatório específico para seus usuários internos, e outros 8,57% não apresentam nenhum relatório explicativo de tais divergências.

Embora o foco deste bloco tenha sido o usuário interno da informação contábil, buscou-se saber a percepção dos respondentes acerca da importância atribuída à contabilidade regulatória pelos usuários externos da informação contábil, excetuando a ANEEL, maior interessada nestas informações. A Tabela 18 apresenta as respostas ao referido questionamento de forma sumarizada.

Tabela 18 – Nível de importância da contabilidade regulatória para investidores e credores na opinião dos respondentes

Questionamento	n	Nenhum ← → Máximo					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
1. Em sua opinião, qual o nível de importância das informações contábeis regulatórias para investidores e credores da empresa em que você trabalha?	40 ¹	-	6	8	18	8	3,7	0,966
		-	15%	20%	45%	20%		

¹Amostra 3: apenas os respondentes do questionário que trabalham em distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica

Conforme apresentado na Tabela 18, a maioria dos respondentes (45%) percebeu que é elevado o nível de importância atribuído pelos investidores e credores às informações da contabilidade regulatória. Somando-se aos que concordaram que o nível de importância

atribuído por essa parcela de usuários é máximo, representam 65% os que concordam que a informação contábil regulatória é percebida como importante pelos credores e investidores. Uma parcela de 20% dos respondentes percebe que o nível de importância atribuído por tais usuários é médio, e 15% percebem que é mínimo. Ressalta-se ainda que nenhum respondente percebeu que os referidos usuários da informação contábil não acham as informações contábeis regulatórias importantes.

Acerca desta afirmação os entrevistados divergiram suas opiniões, alguns defendendo que os investidores e credores utilizam e veem como mais importante as informações contábeis regulatórias e outros afirmando que a contabilidade regulatória não é observada por tais usuários.

O Entrevistado 3 defendeu que o investidor está preocupado com dividendos, então ele não se preocupa com a contabilidade regulatória, uma vez que os dividendos são calculados com base na contabilidade societária. Concordando com esta opinião, o Entrevistado 4 ressaltou que embora a informação utilizada seja a contábil societária, os fornecedores de capital sentem falta dos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos pela contabilidade societária. Percepção semelhante tem o Entrevistado 5, embora em sua opinião a informação contábil regulatória represente melhor os resultados e a situação patrimonial das companhias elétricas brasileiras.

Opiniões análogas à do Entrevistado 5 têm os entrevistados 6 e 7. O Entrevistado 7 porém defende que, como uma das funções da informação contábil é a de permitir previsões acerca da expectativa de geração de um caixa, as informações da contabilidade regulatória são as que mais interessam aos fornecedores de capital das companhias distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, pois contemplam as informações acerca da base de remuneração, que é o que define as tarifas. Entretanto, pelo que o mesmo tem ouvido dos investidores que conhece, os fornecedores de capital estão utilizando tanto a contabilidade regulatória quanto a societária para amparar suas decisões.

No tocante à utilização das informações contábeis societárias e regulatórias para fins internos pelas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica componentes da amostra, são apresentados na Tabela 19 os níveis de utilização e de importância de tais informações atribuídos pelos respondentes das referidas empresas em uma escala Likert de 1 a 5.

Tabela 19 – Nível de utilização e de importância das informações contábeis societárias e regulatórias para fins gerenciais

Questionamentos	n	Nenhum ← → Máximo					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
1. Qual o nível de utilização das informações contábeis societárias (IFRS) para fins de tomada de decisão interna?	35 ¹	1	6	8	15	5	3,49	1,04
		2,9%	17,1%	22,9%	42,9%	14,3%		
2. Qual o nível de utilização das informações contábeis regulatórias (ANEEL) para fins de tomada de decisão interna?	34 ¹	-	2	14	10	8	3,71	0,906
		-	5,9%	41,2%	29,4%	23,5%		
3. Qual o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária (IFRS) para fins de avaliação de desempenho?	35 ¹	2	5	7	14	7	3,54	1,146
		5,7%	14,3%	20%	40%	20%		
4. Qual o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória (ANEEL) para fins de avaliação de desempenho?	34 ¹	1	3	13	11	6	3,53	0,992
		2,9%	8,8%	38,2%	32,4%	17,6%		

¹Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

Analisando as respostas aos questionamentos 1 e 2 presentes na Tabela 19, percebe-se que a maioria das companhias elétricas de distribuição e transmissão de energia afirmou que o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins gerenciais é elevado (42,9%) e das informações contábeis regulatórias é mediano (41,2%).

Comparando-se as respostas a estes dois primeiros questionamentos da Tabela 19 é percebido que 57,2% afirmaram utilizar as informações contábeis societárias para fins gerenciais em um nível de elevado a máximo, enquanto que 52,9% atribuíram esse mesmo nível de utilização para a contabilidade regulatória. Apenas 5,9% afirmaram que a utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão é mínima, e 17,9% afirmaram o mesmo em relação às informações contábeis societárias.

Ainda destaca-se acerca das duas primeiras questões expressas na Tabela 19 que uma das empresas, o que representa 2,9% das distribuidoras e transmissoras pesquisadas, afirmou não utilizar a contabilidade societária para amparar suas decisões internas, enquanto que nenhuma empresa afirmou o mesmo em relação à contabilidade regulatória.

Quanto ao nível de importância atribuído aos indicadores baseados nestas duas bases de informação contábil, os questionamentos 3 e 4 apresentados na Tabela 19 evidenciam que a maioria das empresas considera elevada a importância dos indicadores e resultados provenientes da contabilidade societária (40%) e mediana a importância dos que derivam da contabilidade regulatória (38,2%).

Fazendo uma comparação entre as respostas das duas últimas questões apresentadas na Tabela 19, percebe-se que 20% das empresas de distribuição e transmissão de energia elétrica respondentes afirmaram que o nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade societária possuem nenhuma ou a mínima importância para avaliarem seus desempenhos, enquanto que 11,7% afirmaram o mesmo em relação aos indicadores extraídos da contabilidade regulatória.

Por fim destaca-se que 60% afirmaram que os indicadores e resultados da contabilidade societária possuem nível de importância de elevado a máximo, enquanto que 50% afirmaram o mesmo em relação aos indicadores provenientes da contabilidade regulatória.

Estes resultados expressos na Tabela 19 revelam que as companhias de distribuição e transmissão de energia componentes da amostra consideram importantes tanto as informações contábeis quanto as regulatórias para fins internos, porém, fazendo-se uma análise das médias, é evidenciado que o nível de utilização das informações contábeis regulatórias (3,71) para fins gerenciais é em média maior que o das informações contábeis societárias (3,49), enquanto que o nível médio de importância atribuído aos indicadores provenientes destas duas bases de dados contábeis foi praticamente igual, sendo 3,54 o nível médio de importância dos indicadores da contabilidade societária e 3,53 o dos indicadores da contabilidade regulatória.

Na visão do Entrevistado 1 as decisões operacionais são muito mais baseadas nas informações contábeis regulatórias do que na contabilidade societária, enquanto que as decisões financeiras se baseiam nas informações desta última, e como quem define a tarifa, que é a geradora de caixa para as companhias, é a contabilidade regulatória, em sua opinião ela acaba sendo a mais utilizada para fins de tomada de decisão. Opinião adversa tem o Entrevistado 3, o qual defende que a contabilidade societária é muito mais utilizada que a regulatória para fins de tomada de decisão, afirmando que o acompanhamento da contabilidade regulatória e de seus indicadores estão muito mais voltados às exigências do contrato de concessão do que para decisões estratégicas.

A Tabela 20 apresenta a opinião dos respondentes que trabalham em distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica acerca da representatividade da essência econômica das empresas onde trabalham pelas contabilidades societária e regulatória.

Tabela 20 – Representação da essência econômica pelas contabilidades societária e regulatória na opinião dos respondentes

Questionamentos	n	Nenhum ← → Máximo					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
1. Em qual nível a contabilidade regulatória (ANEEL) apresenta a essência econômica da empresa em que você trabalha?	39 ¹	-	2	12	20	5	3,72	0,759
		-	5,1%	30,8%	51,3%	12,8%		
2. Em qual nível a contabilidade societária (IFRS) apresenta a essência econômica da empresa em que você trabalha?	39 ¹	1	4	6	23	5	3,69	0,922
		2,6%	10,3%	15,4%	59%	12,8%		

¹Amostra 3: apenas os respondentes do questionário que trabalham em distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica

A Tabela 20 apresenta que a maior parte dos respondentes considera que, tanto a contabilidade regulatória e quanto a contabilidade societária representam, em um nível elevado, a essência econômica das empresas onde trabalham, representando, respectivamente, 51,3% e 59% dos respondentes. Somando-se aos respondentes que afirmaram ser máximo o nível de representatividade da essência econômica das empresas onde trabalham pelas contabilidades societária e regulatória, pode-se afirmar que 64,1% acreditam que as informações contábeis regulatórias representam adequadamente a essência econômica das empresas em que trabalham, enquanto que 71,8% defendem o mesmo em relação à contabilidade societária.

Comparando-se as médias das respostas aos questionamentos apresentados na Tabela 20, é evidenciado que em média, os níveis de representação da essência econômica das companhias distribuidoras e transmissoras de energia elétrica participantes do estudo pelas contabilidades regulatória e societária na opinião dos respondentes que nelas trabalham são aproximadamente iguais, sendo respectivamente iguais a 3,72 e a 3,69, o que representa uma pequena vantagem para a contabilidade regulatória.

Ainda destaca-se na Tabela 20 que um dos respondentes (2,6%) afirmou que a contabilidade societária não reflete nada da essência econômica da empresa onde trabalha e 10,3% afirmaram que reflete minimamente, enquanto que nenhum respondente afirmou que a contabilidade regulatória em nada representa a essência econômica da empresa onde trabalha e apenas 5,1% dos respondentes afirmaram que tal contabilidade representa essa essência minimamente.

Acerca da reflexão da essência das companhias elétricas de distribuição e transmissão de energia elétrica pelas contabilidades societária e regulatória, os Entrevistados 3 e 7 opinaram que a contabilidade regulatória é a que melhor reflete, em função basicamente do reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios por tal contabilidade. No mesmo sentido

opinaram os Entrevistados 5 e 6, sob o argumento que pelo fato da base de remuneração ser expressa na contabilidade regulatória ela representa melhor que a contabilidade societária a situação patrimonial das companhias de distribuição e transmissão de energia elétrica.

Contrário às opiniões dos Entrevistados 3, 5, 6 e 7, o Entrevistado 4 defendeu que com a adoção da IFRIC 12/ICPC 01 a realidade da concessão ficou bem melhor representada pela contabilidade societária. Os Entrevistados 1 e 2 não expressaram opinião acerca disso por não ter sido contemplada pergunta semelhante no pré-teste.

Na Tabela 21 são apresentadas de forma resumida as opiniões em uma escala Likert de 1 a 5 acerca de afirmações envolvendo a utilidade da contabilidade regulatória para fins gerenciais e a capacidade dela exprimir o resultado melhor que a contabilidade societária.

Tabela 21 – Opiniões dos respondentes acerca do potencial gerencial da contabilidade regulatória

Afirmações	n	Discordo \longleftrightarrow Concordo					Média	Desvio Padrão
		Plenamente		Plenamente				
		1	2	3	4	5		
1. Considero que a contabilidade regulatória (ANEEL) seja mais útil que a contabilidade societária (IFRS) para auxiliar tomadas de decisão e avaliar desempenho.	40 ¹	4	8	6	15	7	3,33	1,269
		10%	20%	15%	37,5%	17,5%		
2. A contabilidade regulatória (ANEEL) serve apenas para fins de revisão tarifária, fiscalização e controle da ANEEL.	40 ¹	8	8	3	11	10	3,18	1,517
		20%	20%	7,5%	27,5%	25%		
3. O acompanhamento dos números da contabilidade regulatória (ANEEL) pela gestão da empresa onde trabalho está voltado apenas às exigências do contrato de concessão.	40 ¹	5	9	4	17	4	3,15	1,268
		12,5%	22,5%	10%	42,5%	10%		
4. O resultado apurado pela contabilidade regulatória (ANEEL) exprime melhor o resultado das operações das empresas do setor elétrico brasileiro.	40 ¹	3	5	6	19	7	3,55	1,154
		7,5%	12,5%	15%	47,5%	17,5%		

¹Amostra 3: apenas os respondentes do questionário que trabalham em distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica

A primeira afirmação abordada pela Tabela 21 compara a utilidade da contabilidade regulatória em relação à da contabilidade societária para auxiliar tomadas de decisão e avaliar desempenho. Os resultados evidenciam que mais da metade dos respondentes (55%) que trabalham nas empresas de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica estudadas concordou parcialmente (37,5%) ou plenamente (17,5%) que a contabilidade regulatória é mais útil que a contabilidade societária para auxiliar tomadas de decisão e avaliar desempenho.

Apenas 10% dos respondentes discordaram plenamente da referida afirmação, e 20% parcialmente, enquanto que 15% nem discordaram nem concordaram.

A segunda afirmação contida na Tabela 21 expressa que a contabilidade regulatória serve apenas para atender às necessidades de fiscalização e regulação da ANEEL, e 52,5% dos respondentes concordaram com ela parcialmente (27,5%) ou plenamente (25%), o que aponta, comparando com as opiniões acerca da primeira afirmação da referida tabela, que embora a maioria dos respondentes concorde que a contabilidade regulatória seja mais útil que a contabilidade societária ela é utilizada basicamente pela ANEEL. Essa opinião é comungada pelos Entrevistados 1 e 4, que defendem que a contabilidade regulatória é elaborada apenas para cumprir com a obrigatoriedade e que ela atende às necessidades apenas do regulador.

Apesar de a maioria ter concordado com esta segunda afirmação expressa na Tabela 21, 40% discordaram dela plenamente (20%) ou parcialmente (20%), e 7,5% nem concordaram nem discordaram.

Na mesma linha da segunda afirmação da Tabela 21, a terceira afirmação apresentada na mesma tabela procurou capturar a percepção dos respondentes quanto ao uso das informações contábeis regulatórias pelas empresas de distribuição e transmissão de energia elétrica participantes do estudo. Os resultados apresentaram que a mesma proporção de respondentes que concordou, parcialmente ou plenamente, que a contabilidade regulatória serve apenas para atender as necessidades da ANEEL, concordou que o acompanhamento das informações da contabilidade regulatória pela gestão das empresas onde trabalham está voltado apenas para as exigências do contrato de concessão, representando 52,5% das respostas válidas.

Ainda destaca-se acerca da terceira afirmação apresentada na Tabela 21 que 12,5% dos respondentes discordaram plenamente de tal afirmação e 22,5% parcialmente, enquanto que 10% deles nem discordaram nem concordaram.

A última afirmação evidenciada na Tabela 21 expressa que o resultado apurado pela contabilidade regulatória exprime melhor o resultado das operações das empresas do setor elétrico. A maioria dos respondentes concordaram com a referida afirmação (65%), representando 47,5% os que concordaram parcialmente e 17,5% os que concordaram plenamente. Apenas 7,5% dos respondentes discordaram plenamente de tal afirmação, enquanto que 12,5% deles discordaram parcialmente, o que representa 20% dos respondentes.

Analisando as médias dos níveis de concordância com as afirmações exibidas na Tabela 21, percebe-se que na média os respondentes concordam parcialmente com todas as referidas afirmações.

A Tabela 22 apresenta de forma sumarizada os níveis de concordância do respondentes da pesquisa com afirmações acerca da melhoria das informações contábeis societárias e regulatórias para fins gerenciais após a adoção das normas internacionais e da implementação do MCPSE pelas empresas do setor elétrico brasileiro.

Tabela 22 – Opinião dos respondentes acerca da melhoria das informações contábeis regulatórias e societárias para fins gerenciais

Afirmações	n	Discordo \longleftrightarrow Concordo Plenamente Plenamente					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
		1. Após a adoção das normas contábeis emitidas pelo CPC em convergência às normas contábeis IFRS a informação contábil societária se tornou mais útil para fins gerenciais.	47 ¹	5	3	6		
		10,6%	6,4%	12,8%	55,3%	14,9%		
2. O controle patrimonial determinado pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) trouxe melhorias para o sistema de controle gerencial da empresa onde trabalho.	47 ¹	-	3	9	21	14	3,98	0,872
		-	6,4%	19,1%	44,7%	29,8%		

¹Amostra 1: todos os respondentes do questionário

Analisando a primeira afirmação contida na Tabela 22 observa-se que a maior parte dos respondentes (55,3%) concordou parcialmente com a afirmação de que as informações contábeis societárias convergidas aos padrões internacionais se tornaram mais úteis para fins gerenciais, e 14,9% concordaram plenamente com tal afirmação, totalizando 70,2% de concordantes. Ainda destaca-se que 10,6% dos respondentes discordaram plenamente da referida afirmação, e 6,4% parcialmente, enquanto que 12,8% nem discordou nem concordou.

Em relação ao impacto MCSPE no controle gerencial das empresas participantes do estudo na percepção dos respondentes, expressa através da análise da segunda afirmação da Tabela 22, percebe-se que nenhum respondente discordou plenamente dela, com 74,5% deles concordando, parcialmente (44,7%) ou plenamente (29,8%), que tal manual provocou melhorias nos sistemas de controle gerencial das empresas onde trabalham.

Destaca-se ainda em relação à Tabela 22 que na média os respondentes concordaram parcialmente com ambas as afirmações expressas nela, porém a média do nível de concordância referente à segunda afirmação foi maior que a referente à primeira, apresentando ainda um menor desvio-padrão, indicando que os níveis de concordância dos respondentes com a segunda afirmação convergem mais do que com a primeira afirmação.

Considerando as 35 companhias participantes do estudo que trabalham nos segmentos de distribuição e/ou transmissão, a pesquisa buscou investigar, considerando a existência de

duas métricas contábeis para definir os resultados destas empresas, qual informação de lucro é utilizado para fins de avaliação de seus desempenhos financeiros. Os resultados são apresentados de descritivamente na Tabela 23.

Tabela 23 – Lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho

Lucro Utilizado para Fins de Avaliação de Desempenho	Frequência	%
Lucro societário (IFRS)	18	51,43%
Lucro regulatório (ANEEL)	6	17,14%
Tanto o lucro societário (IFRS) quanto o lucro regulatório (ANEEL)	7	20,00%
Lucro ajustado a partir das informações contábeis societárias (IFRS)	3	8,57%
Lucro ajustado a partir das informações contábeis regulatórias (ANEEL)	1	2,86%
Total	35¹	100%

¹Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

O primeiro destaque da Tabela 23 é que 51,43% das empresas de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica estudadas utilizam o lucro societário sem nenhum tipo de ajuste para avaliar seus desempenhos. Considerando as empresas que afirmaram utilizar o lucro societário ajustado para estes mesmos fins, evidencia-se que 60% das empresas utilizam predominantemente o lucro societário para avaliarem seus desempenhos.

Quanto à utilização do lucro regulatório, a Tabela 23 demonstra que 17,14% das companhias que elaboram demonstrativos contábeis regulatórios o utilizam para fins de avaliação de desempenho sem considerar nenhum ajuste, enquanto que apenas uma das companhias respondentes afirmou utilizá-lo de forma ajustada, o que representa 2,86% das respostas válidas, e somando-se evidencia o uso predominante de tal lucro por 20% das empresas para a referida finalidade.

Ainda destaca-se na Tabela 23 que 20% das companhias elétricas de distribuição e/ou transmissão pesquisadas utilizam tanto o lucro societário quanto o regulatório para fins de avaliação de desempenho.

Na Tabela 24 são apresentadas as bases de dados contábeis utilizadas pelas empresas estudadas que atuam no segmento de distribuição e/ou transmissão e a quantidade de empresas que as utilizam.

Tabela 24 – Base de dados contábil para fins de elaboração de relatórios gerenciais

Base de Dados para Fins de Elaboração de Relatórios Gerenciais	Frequência	%
Base de dados da contabilidade societária (IFRS)	15	42,86%
Base de dados da contabilidade regulatória (ANEEL)	9	25,71%
Base de dados independente das contabilidades societária (IFRS) e regulatória (ANEEL)	3	8,57%
Tanto a base de dados da contabilidade societária (IFRS) quanto da contabilidade regulatória (ANEEL) com maior número de dados proveniente da contabilidade societária.	5	14,29%
Tanto a base de dados da contabilidade societária (IFRS) quanto da contabilidade regulatória (ANEEL) com quantidade de dados das duas aproximadamente equivalentes.	3	8,57%
Total	35¹	100%

¹Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

Embora tenha sido observado na Tabela 23 que 51,43% da companhias de distribuição e/ou transmissão se baseiam no lucro societário para avaliar desempenho, percebe-se analisado a Tabela 24 que nem todas as fizeram tal afirmação utilizam a base de dados da contabilidade societária para preparar relatórios gerenciais, pois a proporção dos respondentes que responderam utilizar essa base de dados foi de 42,86%. Esse resultado aponta que 8,57% das empresas apesar de avaliarem seus desempenhos tomando como base a informação de lucro proveniente da contabilidade societária, utilizam a base de dados da contabilidade regulatória ou utilizam uma base de dados independente das duas referidas contabilidades para elaborarem seus relatórios gerenciais.

Revela-se também, comparando a Tabela 23 e a Tabela 24, que embora uma proporção de 17,14% das empresas respondentes tenha afirmado utilizar o lucro regulatório para avaliar desempenho, uma proporção maior, 25,71% dos respondentes, afirmou utilizar a base de dados da contabilidade regulatória para elaborar seus relatórios gerenciais.

A Tabela 24 demonstra que 22,86% dos respondentes afirmaram utilizar tanto a base de dados da contabilidade regulatória quanto da societária, com 14,29% utilizando mais dados provenientes da contabilidade societária e 8,57% utilizando dados das duas em uma proporção aproximadamente equivalente.

Destaca-se por fim na Tabela 24 que apenas 8,57% das empresas afirmaram utilizar uma base de dados independente das contabilidades societária para elaborar relatórios gerenciais, o que corrobora o argumento de Johnson e Kaplan (1980) de subserviência da contabilidade gerencial à contabilidade financeira nas empresas, e os estudos de Angelkort, Sandt e Weibenberger (2008), Weibenberger e Angelkort (2011), Halbouni e Hassan (2012), Dani (2012), embora alguns desses estudos ainda tenham investigado se o nível de integração entre

a contabilidade financeira e gerencial aumentou ou permaneceu o mesmo após a adoção das normas internacionais de contabilidade pelas empresas por eles estudadas.

As razões que motivaram a escolha dessas bases dados pelas empresas estudadas são expressas na Tabela 25.

Tabela 25 – Razões para a escolha da base de dados utilizada para elaboração de relatórios gerenciais

Razões para a escolha da base de dados utilizada	Frequência	%
Maior proximidade com a essência econômica da organização	21	60%
Já era utilizada antes da adoção das normas IFRS	13	37,1%
Determinação da administração	13	37,1%
Por ser base para o cálculo e distribuição de dividendos	11	31,4%
Mais compreensível	8	22,9%
Usada pela maioria das empresas do setor	8	22,9%
Maior facilidade	7	20%
Por ser base para cálculos de revisão tarifária	2	5,7%
Por se aproximar da base de cálculos fiscal	1	2,9%
Total	35¹	100%

¹Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

Analisando a Tabela 25 percebe-se que a justificativa mais apontada para a escolha da base de dados pelas empresas de distribuição e transmissão de energia estudadas foi a de maior proximidade da base escolhida com a essência econômica da organização. Ainda foram defendidas por mais de 30% dos respondentes as justificativas de que já era a base de dados utilizada antes da adoção das normas internacionais de contabilidade (37,1%), que foi determinado pela administração (37,1%), e por ser base de cálculo para dividendos (31,4%). Uma proporção de 20% ou mais respondentes apontou como razões para escolha de tal base de dados a compreensibilidade dela (22,9%), o uso pela maioria das empresas do setor (22,9%) e a maior facilidade de utilização (20%). Destaca-se por fim, que apenas 5,7% justificaram o uso da base de dados contábil gerencial na revisão tarifária, e que um dos entrevistados, no campo aberto da questão, citou a justificativa de aproximação da base de cálculos fiscal.

Por fim, considerando-se as funções da controladoria, os respondentes atribuíram um nível de 1 a 5, partindo de nenhum a máximo, ao impacto das implementações das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória pelas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica brasileira em tais funções, conforme pode-se observar de forma sumarizada na Tabela 26.

Tabela 26 – Impacto da implementação da contabilidade societária e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria

Funções	NÍVEL DE IMPACTO											
	Contabilidade Internacional (IFRS)						Contabilidade Regulatória (ANEEL)					
	n ¹	Mín.	Máx.	Moda	Média	Desvio Padrão	n ¹	Mín.	Máx.	Moda	Média	Desvio Padrão
Contábil	34	1	5	5	4,26	0,994	32	2	5	5	4,06	1,045
Gerencial estratégica	34	1	5	4	3,76	1,156	33	1	5	3	3,42	0,969
Custos	34	1	5	4	3,47	1,237	33	1	5	3	3,18	1,074
Tributária	33	1	5	4	3,85	1,004	33	1	5	5	3,67	1,267
Proteção e controle de ativos	34	1	5	3 e 5	3,35	1,346	33	1	5	5	4,09	1,011
Controle e riscos	34	1	5	4	3,59	1,131	33	2	5	3	3,48	0,87
Controle interno	34	1	5	3	3,53	1,237	32	1	5	4	3,72	1,143
Elaboração e evidenciação de relatórios contábeis	34	1	5	4	4,15	0,925	33	1	5	3	3,7	1,132
Definição de premissas para a elaboração dos orçamentos	34	1	5	4	3,56	1,133	32	1	5	4	3,59	1,043
Mensuração e avaliação dos custos	34	1	5	4	3,62	1,074	33	1	5	3	3,7	1,045

¹Amostra 4: apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica que compõem a amostra

Analisando-se as médias dos níveis de impacto da implementação das contabilidades internacional e regulatória em cada uma das funções da controladoria apresentada na Tabela 26, percebe-se que a adoção das normas internacionais de contabilidade causaram mais impactos do que a implementação da contabilidade regulatória conforme a Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, pois das dez funções destacadas, seis apresentaram médias de nível de impacto maiores para a adoção das normas internacionais.

A análise inferencial do presente estudo apresenta se tais médias, as de nível de impacto da adoção da normas internacionais de contabilidade e as de nível de impacto da implementação da contabilidade regulatória, apresentam diferenças estatisticamente significativas, uma vez que observando-se essas diferenças apenas descritivamente não é possível concluir quais funções sofreram impacto impactos significativamente diferentes causados por esses dois acontecimentos.

4.2 ANÁLISE INFERENCIAL DOS RESULTADOS

A análise inferencial do presente estudo se propôs a testar as hipóteses por ele levantadas, estando desta forma dividido em 8 subseções, com cada uma delas representando a análise de uma hipótese.

Para testar tais hipóteses, conforme explicado na metodologia, foram utilizados os testes Qui-Quadrado, exato de Fisher e de Wilcoxon, sendo consideradas apenas as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica respondentes do estudo, pois apenas esses segmentos são obrigados a manterem uma base de dados contábeis regulatório em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010.

4.2.1 Hipótese 1 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão

Para testar a hipótese 1 do estudo, de que **as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão**, utilizou-se o teste exato de Fisher, realizando-se um cruzamento entre as variáveis independentes: (1) Atuação na área de distribuição; (2) Atuação na área de transmissão; (3) Atuação na área de geração; (4) Atuação na área de comercialização; (5) Faturamento; (6) Quantidade de colaboradores; (7) Controle acionário público; (8) Subordinação a grupo controlador; (9) Estilo gerencial; (10) Parametrização do sistema aos padrões IFRS; e (11) Parametrização do sistema aos padrões contábeis regulatórios da ANEEL, com a variável dependente nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna.

A Tabela 27 apresenta os resultados dos referidos testes, além de demonstrar as frequências dos níveis de utilização de acordo com cada uma das 11 variáveis independentes testada.

Tabela 27 – Variáveis contingenciais e nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna

Fator Avaliado	Nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna			p-valor
	Mínimo	Mediano	Alto	
Distribuidora				
Sim	2 (7,4%)	5 (18,5%)	20 (74,1%)	0,003
Não	4 (50%)	3 (37,5%)	1 (12,5%)	

Transmissora				
Sim	4 (36,4%)	4 (36,4%)	3 (27,3%)	0,017
Não	2 (8,3%)	4 (16,7%)	18 (75%)	
Geradora				
Sim	1 (9,1%)	2 (18,2%)	8 (72,7%)	0,680
Não	5 (20,8%)	6 (25%)	13 (54,2%)	
Comercializadora				
Sim	1 (14,3%)	1 (14,3%)	5 (71,4%)	0,850
Não	5 (17,9%)	7 (25%)	16 (57,1%)	
Faturamento				
Até 100 milhões	4 (40%)	4 (40%)	2 (20%)	0,002
Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão	1 (12,5%)	0 (0,0%)	7 (87,5%)	
Entre R\$ 1 bilhão e 4 bilhões	0 (0,0%)	4 (44,4%)	5 (55,6%)	
Mais de R\$ 4 bilhões	0 (14,7%)	0 (0,0%)	7 (100%)	
Quantidade de Colaboradores				
Até 5	3 (30%)	3 (30%)	4 (40%)	0,542
De 6 a 12	3 (42,9%)	1 (14,3%)	3 (42,9%)	
De 13 a 20	0 (0,0%)	1 (16,7%)	5 (83,3%)	
De 21 a 30	0 (0,0%)	2 (40%)	3 (60%)	
De 31 a 40	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	
Mais de 40	0 (0,0%)	1 (20%)	4 (80%)	
Controle Acionário Público				
Sim	3 (20%)	2 (13,3%)	10 (66,7%)	0,625
Não	3 (15%)	6 (30%)	11 (55%)	
Subordinação a Grupo Controlador				
Sim	1 (5,3%)	5 (26,3%)	13 (68,4%)	0,250
Não	4 (26,7%)	3 (20%)	8 (53,3%)	
Estilo Gerencial				
Centralizado	4 (21,1%)	4 (21,1%)	11 (57,9%)	0,964
Apresenta características tanto centralizadoras quanto descentralizadoras	2 (14,3%)	4 (28,6%)	8 (57,1%)	
Descentralizado	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	
Parametrização do Sistema – IFRS				
Mínimo	1 (25%)	1 (25%)	2 (50%)	0,971
Mediano	2 (15,4%)	3 (23,1%)	8 (61,5%)	
Alto	2 (11,8%)	4 (23,5%)	11 (64,7%)	
Parametrização do Sistema – Regulatória				
Mínimo	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	0,311
Mediano	4 (26,7%)	5 (33,3%)	6 (40%)	
Alto	1 (6,7%)	3 (20%)	11 (73,3%)	

A Tabela 27 apresenta que as companhias elétricas que proporcionalmente mais utilizam as informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna são as que atuam na área de distribuição (74,1%), além de trabalharem com distribuição e/ou transmissão também atuam no segmento de geração (72,7%) e/ou comercialização (71,4%), não atuam no segmento de transmissão (75%), faturam mais de R\$ 4 bilhões (100%), possuem de 31 a 40 colaboradores no setor contábil (100%), possuem controle acionário público (66,7%), são subordinadas a um grupo controlador (68,4%), possuem estilo gerencial descentralizado (100%), têm seus sistemas contábeis bem parametrizados com as IFRS (64,7%), e possuem nível mínimo de parametrização com as normas contábeis regulatórias da ANEEL (100%).

Analisando os resultados dos testes exatos de Fisher apresentados a Tabela 27 observa-se que, considerando-se um nível de significância de até 5%, das onze variáveis independentes analisadas, apenas três possuem relação com o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna: (1) Atuação na área de distribuição (p-valor = 0,003); (2) Atuação na área de transmissão (p-valor = 0,017); e (3) Faturamento (p-valor = 0,002).

Verifica-se então que as companhias que atuam no segmento de distribuição tendem a utilizar mais as informações contábeis societárias para fins gerenciais enquanto as que não trabalham nesse segmento tendem a utilizá-las menos. Observando-se o cruzamento a referida variável e a variável dependente analisada, percebe-se que 74,1% das empresas que atuam no segmento de distribuição apresentaram um nível alto de utilização de informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna, enquanto que 50% das que não atuam nesse segmento apresentaram um nível mínimo.

Relação diferente acontece com as empresas que atuam no segmento de transmissão, pois a Tabela 27 demonstra que as que atuam na área de transmissão tendem a utilizar menos as informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão interna do que as que não atuam nesse segmento. Verificando a relação entre esta variável e a variável dependente, observa-se que enquanto 75% das empresas que não atuam nesse segmento apresentaram um nível alto de utilização de tais informações para amparar tomadas de decisão gerenciais, 36,4% das que atuam em tal segmento apresentaram um nível mínimo e outros 36,4% um nível mediano.

Quanto ao faturamento, última variável testada que apresentou relação com o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão gerenciais, pode-se perceber que as que faturam até R\$ 100 milhões tendem a uma utilização de tais informações de mínima à mediana, enquanto que todas as que faturam mais de R\$ 4 bilhões apresentaram um nível de utilização alto. Apesar da existência de relação não se pode concluir que quanto maior o faturamento maior o nível de utilização dessas informações para fins de tomada de decisão gerenciais, pois os resultados apontaram que 87,5% das distribuidoras e transmissoras pertencentes à amostra que faturam entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão apresentaram um nível alto de utilização, enquanto que de 55,6% das que faturam entre R\$ 1 bilhão e R\$ 4 bilhões apresentaram esse mesmo nível.

Neste sentido a hipótese de que as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão pode ser parcialmente aceita, pois três das variáveis

independentes testadas apresentaram relação estatisticamente significativa com a variável dependente considerada nesta hipótese.

4.2.2 Hipótese 2 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão

A hipótese 2 do estudo, **de que as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão**, foi testada da mesma forma que a hipótese 1, mudando apenas a variável dependente, que passou a ser o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão.

Apresentam-se na Tabela 28 os cruzamentos das variáveis contingenciais e a variável dependente consideradas na hipótese e os resultados dos testes exatos de Fisher.

Tabela 28 – Variáveis contingenciais e nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão interna

Fator Avaliado	Nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão interna			p-valor
	Mínimo	Mediano	Alto	
Distribuidora				
Sim	1 (3,7%)	11 (40,7%)	15 (55,6%)	0,496
Não	1 (14,3%)	3 (42,9%)	3 (42,9%)	
Transmissora				
Sim	1 (10%)	4 (40%)	5 (50%)	0,858
Não	1 (4,2%)	10 (41,7%)	13 (54,2%)	
Geradora				
Sim	0 (0,0%)	5 (45,5%)	6 (54,5%)	1,000
Não	2 (8,7%)	9 (39,1%)	12 (52,2%)	
Comercializadora				
Sim	0 (0,0%)	1 (14,3%)	6 (85,7%)	0,168
Não	2 (7,4%)	13 (48,1%)	12 (44,4%)	
Faturamento				
Até 100 milhões	1 (10%)	5 (50%)	4 (40%)	0,039
Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão	0 (0,0%)	3 (42,9%)	4 (57,1%)	
Entre R\$ 1 bilhão e 4 bilhões	1 (11,1%)	6 (66,7%)	2 (22,2%)	
Mais de R\$ 4 bilhões	0 (0,0%)	0 (0,0%)	7 (100%)	
Quantidade de Colaboradores				
Até 5	1 (11,1%)	3 (33,3%)	5 (55,6%)	0,935
De 6 a 12	0 (0,0%)	4 (57,1%)	3 (42,9%)	
De 13 a 20	1 (16,7%)	3 (50%)	2 (33,3%)	
De 21 a 30	0 (0,0%)	2 (40%)	3 (60%)	
De 31 a 40	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	
Mais de 40	0 (0,0%)	2 (40%)	3 (60%)	
Controle Acionário Público				
Sim	2 (13,3%)	7 (46,7%)	6 (40%)	0,172
Não	0 (0,0%)	7 (36,8%)	12 (63,2%)	

Subordinação a Grupo Controlador				
Sim	1 (5,6%)	9 (50%)	8 (44,4%)	0,476
Não	1 (6,7%)	4 (26,7%)	10 (66,7%)	
Estilo Gerencial				
Centralizado	1 (5,6%)	7 (38,9%)	10 (55,6%)	0,724
Apresenta características tanto centralizadoras quanto descentralizadoras	1 (7,1%)	7 (50%)	6 (42,9%)	
Descentralizado	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	
Parametrização do Sistema – IFRS				
Mínimo	1 (25%)	1 (25%)	2 (50%)	0,438
Mediano	0 (0,0%)	5 (38,5%)	8 (61,5%)	
Alto	1 (6,3%)	8 (50%)	7 (43,8%)	
Parametrização do Sistema – Regulatória				
Mínimo	1 (50%)	0 (0,0%)	1 (50%)	0,246
Mediano	0 (0,0%)	8 (53,3%)	7 (46,7%)	
Alto	1 (7,1%)	6 (42,9%)	7 (50%)	

Os resultados demonstrados na Tabela 28 apontam que as empresas estudadas, em termos proporcionais, que mais utilizam informações contábeis regulatórias para fins de tomadas de decisão gerenciais são as que atuam nos segmentos de distribuição e, além de trabalharem com distribuição e/ou transmissão, atuam nos segmentos de geração e/ou comercialização, enquanto as que não atuam no segmento de transmissão utilizam mais do que as que atuam no referido segmento.

Também demonstraram utilizar com maior frequência tais informações para amparar decisões gerenciais, as companhias de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica estudadas que possuem faturamento superior a R\$ 4 bilhões; possuem entre 31 e 40 colaboradores no setor contábil; não possuem controle acionário público; não são subordinadas a um grupo controlador; possuem estilo gerencial descentralizado; possuem sistemas com nível mediano de parametrização dos sistemas contábeis com as normas IFRS e; nível mínimo ou alto de parametrização dos sistemas contábeis com as normas regulatórias da ANEEL.

Apenas uma das variáveis independentes, o faturamento (p-valor = 0,039), apresentou relação estatisticamente significativa com o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomadas de decisão internas. A Tabela 28 demonstra que todas as empresas que faturam acima de R\$ 4 bilhões apresentaram um nível alto de utilização das informações contábeis regulatórias, mesmo resultado evidenciado na Tabela 27 em relação ao nível de utilização das informações contábeis societárias, enquanto as que faturam até R\$ 100 milhões e entre R\$ 1 bilhão e R\$ 4 bilhões apresentaram um nível de utilização majoritariamente mediano.

Assim como a relação do faturamento com o nível de utilização das informações contábeis societárias para tomadas de decisão gerenciais, a relação desta mesma variável com

o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para estes mesmos fins não leva à conclusão de que quanto maior o faturamento maior o nível de utilização, pois a maioria das empresas que faturam entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão (57,1%) apresentaram um nível de utilização de informações contábeis regulatórias alto, enquanto que a maioria das que faturam entre R\$ 1 bilhão e 4 bilhões (66,7%) apresentaram um nível mediano.

Deste modo, a Hipótese de as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão é parcialmente aceita, tendo em vista que apenas uma das variáveis testadas apresentou relação com a variável dependente.

4.2.3 Hipótese 3 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade societária

Para testar a 3ª hipótese do estudo, de que **as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou estudadas**, foram consideradas as mesmas variáveis independentes utilizadas para testar as hipóteses 1 e 2, para cruzar com a variável dependente nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho.

Tabela 29 – Variáveis contingenciais e nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho

Fator Avaliado	Nível de utilização dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho			p-valor
	Mínimo	Mediano	Alto	
Distribuidora				
Sim	3 (11,1%)	6 (22,2%)	18 (66,7%)	0,086
Não	4 (50%)	1 (12,5%)	3 (37,5%)	
Transmissora				
Sim	5 (45,5%)	2 (18,2%)	4 (36,4%)	0,044
Não	2 (8,3%)	5 (20,8%)	17 (70,8%)	
Geradora				
Sim	2 (18,2%)	2 (18,2%)	7 (63,6%)	1,000
Não	5 (20,8%)	5 (20,8%)	14 (58,3%)	
Comercializadora				
Sim	2 (28,6%)	2 (28,6%)	3 (42,9%)	0,590
Não	5 (17,9%)	5 (17,9%)	18 (64,3%)	

Faturamento				
Até 100 milhões	3 (30%)	4 (40%)	3 (30%)	0,287
Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão	1 (12,5%)	0 (0,0%)	7 (87,5%)	
Entre R\$ 1 bilhão e 4 bilhões	1 (11,1%)	2 (22,2%)	6 (66,7%)	
Mais de R\$ 4 bilhões	1 (14,3%)	1 (14,3%)	5 (71,4%)	
Quantidade de Colaboradores				
Até 5	3 (30%)	3 (30%)	4 (40%)	0,455
De 6 a 12	3 (42,9%)	1 (14,3%)	3 (42,9%)	
De 13 a 20	0 (0,0%)	1 (16,7%)	5 (83,3%)	
De 21 a 30	0 (0,0%)	0 (0,0%)	5 (100%)	
De 31 a 40	0 (0,0%)	1 (50%)	1 (50%)	
Mais de 40	1 (20%)	1 (20%)	3 (60%)	
Controle Acionário Público				
Sim	3 (20%)	2 (13,3%)	10 (66,7%)	0,889
Não	4 (20%)	5 (25%)	11 (55%)	
Subordinação a Grupo Controlador				
Sim	2 (10,5%)	4 (21,1%)	13 (68,4%)	0,303
Não	5 (33,3%)	2 (13,3%)	8 (53,3%)	
Estilo Gerencial				
Centralizado	5 (26,3%)	2 (10,5%)	12 (63,2%)	0,487
Apresenta características tanto centralizadoras quanto descentralizadoras	2 (14,3%)	4 (28,6%)	8 (57,1%)	
Descentralizado	0 (0,0%)	1 (50%)	1 (50%)	
Parametrização do Sistema – IFRS				
Mínimo	2 (50%)	0 (0,0%)	2 (50%)	0,396
Mediano	2 (15,4%)	4 (30,8%)	7 (53,8%)	
Alto	2 (11,8%)	3 (17,6%)	12 (70,6%)	
Parametrização do Sistema – Regulatória				
Mínimo	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	0,379
Mediano	5 (33,3%)	3 (20%)	7 (46,7%)	
Alto	1 (6,7%)	4 (26,7%)	10 (66,7%)	

A Tabela 29 demonstra que em termos proporcionais, as empresas consideradas na análise inferencial que mais consideram importantes os indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória são as que atuam no segmento de distribuição (66,7%), e, além de atuarem no segmento de distribuição e/ou transmissão, também atuam na atividade de geração (63,6%), faturam entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão (87,5%), possuem de 21 a 30 colaboradores no setor contábil (100%), possuem controle acionário público (66,7%), são subordinadas a um grupo controlador (68,4%), centralizado (63,2%), possuem nível alto de parametrização dos sistemas com as normas IFRS (70,6%), e nível mínimo de parametrização dos sistemas com as normas contábeis regulatórias da ANEEL (100%).

Os testes exatos de Fisher demonstraram que apenas uma das variáveis independentes consideradas apresenta relação a um nível de significância estatístico de até 5% com o nível de importância dado pelas empresas analisadas aos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária, que é a atuação ou não dessas empresas no segmento de transmissão de energia elétrica (p-valor = 0,044). Analisando-se o cruzamento entre a referida variável e a

variável dependente da hipótese testada, é observado que as empresas que não atuam no segmento de transmissão tendem a dar mais importância a tais indicadores e resultados, enquanto que as que atuam neste segmento tendem a dar menor importância, visto que 70,8% das que não atuam em tal segmento atribuíram um nível alto de importância, enquanto que apenas 36,4% das que atuam neste segmento atribuíram este mesmo nível.

Neste sentido a hipótese de que as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou estudadas é parcialmente aceita, considerando que a atuação ou não das empresas analisadas no segmento de transmissão apresentou relação com a variável dependente da referida hipótese.

4.2.4 Hipótese 4 – Relação entre as variáveis contingenciais e o nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade regulatória

O teste da 4ª hipótese do estudo, de que **as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou estudadas**, considerou as mesmas variáveis independentes utilizadas para testar as hipóteses 1, 2 e 3, no cruzamento com a variável dependente nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho.

Os resultados dos testes exatos de Fisher e dos cruzamentos das variáveis independentes com a referida variável dependente são evidenciados na Tabela 30.

Tabela 30 – Variáveis contingenciais e nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho

Fator Avaliado	Nível de utilização dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho			p-valor
	Mínimo	Mediano	Alto	
Distribuidora				
Sim	3 (11,1%)	11 (40,7%)	13 (48,1%)	0,855
Não	1 (14,3%)	2 (28,6%)	4 (57,1%)	
Transmissora				
Sim	1 (10%)	3 (30%)	6 (60%)	0,865
Não	3 (12,5%)	10 (41,7%)	11 (45,8%)	

Geradora				
Sim	0 (0,0%)	6 (54,5%)	5 (45,5%)	0,295
Não	4 (17,4%)	7 (30,4%)	12 (52,2%)	
Comercializadora				
Sim	0 (0,0%)	2 (28,6%)	5 (71,4%)	0,500
Não	4 (14,8%)	11 (40,7%)	12 (44,4%)	
Faturamento				
Até 100 milhões	1 (11,1%)	3 (33,3%)	5 (55,6%)	0,118
Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão	1 (12,5%)	3 (37,5%)	4 (50%)	
Entre R\$ 1 bilhão e 4 bilhões	2 (22,2%)	6 (66,7%)	1 (11,1%)	
Mais de R\$ 4 bilhões	0 (0,0%)	1 (14,3%)	6 (85,7%)	
Quantidade de Colaboradores				
Até 5	1 (11,1%)	2 (22,2%)	6 (66,7%)	0,815
De 6 a 12	1 (14,3%)	3 (42,9%)	3 (42,9%)	
De 13 a 20	2 (33,3%)	3 (50%)	1 (16,7%)	
De 21 a 30	0 (0,0%)	2 (40%)	3 (60%)	
De 31 a 40	0 (0,0%)	1 (50%)	1 (50%)	
Mais de 40	0 (0,0%)	2 (40%)	3 (60%)	
Controle Acionário Público				
Sim	4 (26,7%)	6 (40%)	5 (33,3%)	0,042
Não	0 (0,0%)	7 (36,8%)	12 (63,2%)	
Subordinação a Grupo Controlador				
Sim	3 (16,7%)	9 (50%)	6 (33,3%)	0,090
Não	1 (6,7%)	3 (20%)	11 (73,3%)	
Estilo Gerencial				
Centralizado	3 (15,8%)	5 (26,3%)	11 (57,9%)	0,635
Apresenta características tanto centralizadoras quanto descentralizadoras	1 (7,7%)	7 (53,8%)	5 (38,5%)	
Descentralizado	0 (0,0%)	1 (50%)	1 (50%)	
Parametrização do Sistema – IFRS				
Mínimo	2 (50%)	0 (0,0%)	2 (50%)	0,111
Mediano	0 (0,0%)	6 (46,2%)	7 (53,8%)	
Alto	2 (12,5%)	7 (43,8%)	7 (43,8%)	
Parametrização do Sistema – Regulatória				
Mínimo	1 (50%)	0 (0,0%)	1 (50%)	0,497
Mediano	1 (6,7%)	7 (46,7%)	7 (46,7%)	
Alto	1 (7,1%)	6 (42,9%)	7 (50%)	

Analisando-se a Tabela 30 é percebido que as empresas mais consideram importantes os indicadores e resultados da contabilidade regulatória em termos proporcionais são as que atuam no segmento de transmissão e as que, além de serem distribuidoras e/ou transmissoras são comercializadoras (71,4%), faturam mais R\$ 4 bilhões (85,7%), possuem apenas até 5 colaboradores no setor contábil (66,7%), não são controladas pelo poder público (63,2%), não são subordinadas a um grupo controlador (73,3%), possuem estilo gerencial centralizado (57,9%), têm seus sistemas contábeis com nível mediano de parametrização com as normas internacionais de contabilidade e com nível mínimo ou alto com as normas contábeis regulatórias da ANEEL (50%).

Analisando os testes exatos de Fisher, percebe-se que única variável independente que apresentou relação estatisticamente significativa com o nível de importância atribuído aos

indicadores e resultados da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho foi a de possuir ou não controle acionário público (p-valor = 0,042). Analisando-se o cruzamento das referidas variáveis é observado que as empresas analisadas que possuem controle acionário privado tendem a dar mais importância aos indicadores e resultados da contabilidade regulatória na análise de desempenho do que as que possuem controle acionário público.

Este resultado pode ser explicado pelo fato de que a base contábil para revisão tarifária, que interfere diretamente no faturamento e conseqüentemente no lucro futuro das companhias elétricas, é a informação contábil regulatória, e como as empresas que possuem controle acionário privado se preocupam mais com dividendos do que as que possuem controle acionário público, elas acompanham mais de perto os resultados contábeis regulatórios para garantir o alcance das metas regulatórias e conseqüentemente melhores resultados futuros.

Considerando a relação estatística encontrada entre o fato de se possuir ou não controle acionário público e o nível de importância atribuído pelas empresas analisadas aos indicadores e resultados da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho, a hipótese de que as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com o nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou estudadas é parcialmente aceita.

4.2.5 Hipótese 5 – Investigação de diferenças entre o nível de utilização e de importância das informações e dos indicadores da contabilidade societária e os da contabilidade regulatória

Com o objetivo de complementar a análise das hipóteses 1, 2, 3 e 4, a 5ª hipótese levantada no estudo de que **existe diferença estatisticamente significativa entre o nível de utilização e de importância das informações e dos indicadores e resultados da contabilidade societária e os da contabilidade regulatória** foi criada, buscando comparar os níveis de utilização das informações contábeis societárias com as das regulatórias, e o nível de importância atribuído aos indicadores e resultados da contabilidade societária com os da regulatória, utilizando-se para tanto o teste de Wilcoxon, com o intuito de identificar se os referidos níveis comparados nesta hipótese são estatisticamente diferentes.

Para aplicação do referido teste, foram eliminadas da amostra as empresas que não responderam simultaneamente os dois níveis comparados, pois o teste de Wilcoxon exige pareamento das amostras. Os resultados dos referidos testes são apresentados na Tabela 31.

Tabela 31 – Teste de Wilcoxon para comparação entre os níveis de utilização e de importância das informações e indicadores contábeis societários e regulatórios para fins gerenciais

	n	NÍVEL MÉDIO DE UTILIZAÇÃO OU IMPORTÂNCIA		p-valor
		Contabilidade Societária (IFRS)	Contabilidade Regulatória (ANEEL)	
Nível de utilização para amparar decisões gerenciais	30	3,47	3,71	0,295
Nível de importância dos indicadores para fins de avaliação de desempenho	30	3,56	3,53	1,000

Analisando-se a Tabela 31 observa-se que embora existam diferenças entre as médias comparadas, principalmente entre as médias do nível de utilização das informações contábeis societárias e do nível de utilização das informações contábeis regulatórias para amparar decisões gerenciais, estas não são estatisticamente diferentes a um nível de significância de até 5%.

Deste modo, pode-se concluir que os níveis de utilização das informações contábeis societárias e das regulatórias para fins de tomadas decisão são estatisticamente iguais, assim como os níveis de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária e os extraídos da contabilidade regulatória, devendo-se então a hipótese de que existe diferença estatisticamente significativa entre o nível de utilização e de importância das informações e dos indicadores da contabilidade societária e os da contabilidade regulatória ser rejeitada.

4.2.6 Hipótese 6 – Relação entre as variáveis contingenciais e a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho

Buscando-se investigar a relação entre as variáveis contingenciais consideradas nas hipóteses testadas no estudo com a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho testou-se a hipótese de que **as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho**, cruzando-se as referidas variáveis contingenciais com a variável dependente lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho e realizando testes exatos de Fisher. Os resultados de tais cruzamentos e dos testes exatos de Fisher são demonstrados na Tabela 32.

Tabela 32 – Variáveis contingenciais e lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho

Fator Avaliado	Lucro Utilizado para Fins de Avaliação de Desempenho			p-valor
	Lucro Societário	Lucro Regulatório	Lucros Societário e Regulatório	
Distribuidora				
Sim	17 (63%)	4 (14,8%)	6 (22,2%)	0,521
Não	4 (50%)	3 (37,5%)	1 (12,5%)	
Transmissora				
Sim	7 (63,6%)	3 (27,3%)	1 (9,1%)	0,543
Não	14 (58,3%)	4 (16,7%)	6 (25%)	
Geradora				
Sim	8 (72,7%)	1 (9,1%)	2 (18,2%)	0,686
Não	13 (54,2%)	6 (25%)	5 (20,8%)	
Comercializadora				
Sim	5 (71,4%)	1 (14,3%)	1 (14,3%)	1,000
Não	16 (57,1%)	6 (21,4%)	6 (21,4%)	
Faturamento				
Até 100 milhões	4 (40%)	4 (40%)	2 (20%)	0,543
Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão	5 (62,5%)	1 (12,5%)	2 (25%)	
Entre R\$ 1 bilhão e 4 bilhões	6 (66,7%)	1 (11,1%)	2 (22,2%)	
Mais de R\$ 4 bilhões	6 (85,7%)	0 (0,0%)	1 (14,3%)	
Quantidade de Colaboradores				
Até 5	4 (40%)	4 (40%)	2 (20%)	0,270
De 6 a 12	3 (42,9%)	3 (42,9%)	1 (14,3%)	
De 13 a 20	4 (66,7%)	0 (0,0%)	2 (33,3%)	
De 21 a 30	4 (80%)	0 (0,0%)	1 (20%)	
De 31 a 40	1 (50%)	0 (0,0%)	1 (50%)	
Mais de 40	5 (100%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	
Controle Acionário Público				
Sim	8 (53,3%)	2 (13,3%)	5 (33,3%)	0,351
Não	13 (65%)	5 (25%)	2 (10%)	
Subordinação a Grupo Controlador				
Sim	14 (73,7%)	1 (5,3%)	4 (21,1%)	0,056
Não	7 (46,7%)	6 (40%)	2 (13,3%)	
Estilo Gerencial				
Centralizado	13 (68,4%)	4 (21,1%)	2 (10,5%)	0,140
Apresenta características tanto centralizadoras quanto descentralizadoras	8 (57,1%)	3 (21,4%)	3 (21,4%)	
Descentralizado	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	
Parametrização do Sistema – IFRS				
Mínimo	2 (50%)	2 (50%)	0 (0,0%)	0,017
Mediano	5 (38,5%)	4 (30,8%)	4 (30,8%)	
Alto	14 (82,4%)	0 (0,0%)	3 (17,6%)	
Parametrização do Sistema – Regulatória				
Mínimo	2 (100%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0,379
Mediano	7 (46,7%)	5 (33,3%)	3 (20%)	
Alto	10 (66,7%)	1 (6,7%)	4 (26,7%)	

Analisando-se a Tabela 32 é observado que a maioria das empresas, independentemente de suas características contingenciais consideradas na análise utilizam o lucro societário para avaliarem seus desempenhos. Os resultados dos testes exatos de Fisher revelados na referida tabela revelam que apenas a variável parametrização dos sistemas contábeis com as normas

contábeis internacionais apresentou relação com a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho (p-valor = 0,017).

Analisando o cruzamento entre a referida variável e a variável dependente considerada na hipótese, percebe-se que nenhuma companhia que apresentou um nível alto de parametrização do seu sistema contábil com as normas contábeis convergidas aos padrões internacionais utiliza apenas o lucro regulatório para avaliar seu desempenho, enquanto que 30,8% das que apresentaram um nível mediano de parametrização e 50% das que apresentaram um nível mínimo utilizam tal informação de lucro para avaliar seus desempenhos.

Considerando esta relação estatística encontrada entre o nível de parametrização dos sistemas contábeis das empresas analisadas e o lucro utilizado por elas para fins de avaliação de desempenho, a hipótese de que as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho deve ser parcialmente aceita.

4.2.7 Hipótese 7 – Relação entre as variáveis contingenciais e a escolha da base de dados para fins de elaboração de relatórios gerenciais

A 7ª hipótese do estudo, de que **as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com a escolha da base de dados contábil utilizada pelas companhias estudadas para fins de elaboração de relatórios gerenciais**, buscou identificar se existe relação de dependência entre as variáveis contingenciais consideradas no estudo e a variável dependente base de dados utilizada para fins de elaboração de relatórios gerenciais pelas empresas de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica participantes do estudo.

Tabela 33 – Variáveis contingenciais e Base de Dados Utilizada para Fins de Elaboração de Relatórios Gerenciais

Fator Avaliado	Base de Dados Utilizada para Fins de Elaboração de Relatórios Gerenciais				p-valor
	Societ.	Regul.	Indep.	Mista	
Distribuidora					
Sim	12 (44,4%)	6 (22,2%)	2 (7,4%)	7 (25,9%)	0,744
Não	3 (37,5%)	3 (37,5%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	
Transmissora					
Sim	4 (36,4%)	3 (27,3%)	2 (18,2%)	2 (18,2%)	0,628
Não	11 (45,8%)	6 (25%)	1 (4,2%)	6 (25%)	
Geradora					
Sim	5 (45,5%)	0 (0,0%)	2 (18,2%)	4 (36,4%)	0,041
Não	10 (41,7%)	9 (37,5%)	1 (4,2%)	4 (16,7%)	

Comercializadora					
Sim	1 (14,3%)	0 (0,0%)	2 (28,6%)	4 (57,1%)	0,004
Não	14 (50%)	9 (32,1%)	1 (3,6%)	4 (14,3%)	
Faturamento					
Até 100 milhões	3 (30%)	7 (70%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0,012
Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão	5 (62,5%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	
Entre R\$ 1 bilhão e 4 bilhões	4 (44,4%)	1 (11,1%)	1 (11,1%)	3 (33,3%)	
Mais de R\$ 4 bilhões	3 (42,9%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	4 (57,1%)	
Quantidade de Colaboradores					
Até 5	3 (30%)	6 (60%)	0 (0,0%)	1 (10%)	0,038
De 6 a 12	3 (42,9%)	3 (42,9%)	1 (14,3%)	0 (0,0%)	
De 13 a 20	3 (50%)	0 (0,0%)	1 (16,7%)	2 (33,3%)	
De 21 a 30	4 (80%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (20%)	
De 31 a 40	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	
Mais de 40	2 (40%)	0 (0,0%)	1 (20%)	2 (40%)	
Controle Acionário Público					
Sim	6 (40%)	4 (26,7%)	2 (13,3%)	3 (20%)	0,882
Não	9 (45%)	5 (25%)	1 (5%)	5 (25%)	
Subordinação a Grupo Controlador					
Sim	8 (42,1%)	2 (10,5%)	2 (10,5%)	7 (36,9%)	0,076
Não	7 (46,6%)	6 (40%)	1 (6,7%)	1 (6,7%)	
Estilo Gerencial					
Centralizado	9 (47,4%)	7 (36,8%)	1 (5,3%)	2 (10,5%)	0,137
Apresenta características tanto centralizadoras quanto descentralizadoras	6 (42,9%)	2 (14,3%)	2 (14,3%)	4 (28,6%)	
Descentralizado	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (100%)	
Parametrização do Sistema – IFRS					
Mínimo	2 (50%)	2 (50%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0,508
Mediano	4 (30,8%)	4 (30,8%)	2 (15,4%)	3 (23,1%)	
Alto	9 (52,9%)	2 (11,8%)	1 (5,9%)	5 (29,4%)	
Parametrização do Sistema – Regulatória					
Mínimo	2 (100%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0,206
Mediano	5 (33,3%)	6 (40%)	2 (13,3%)	2 (13,3%)	
Alto	8 (53,3%)	2 (13,3%)	0 (0,0%)	5 (33,3%)	

Analisando-se a Tabela 33, é observado que há uma prevalência da utilização das informações contábeis societárias como base para elaboração de relatórios gerenciais em todas as variáveis consideradas na hipótese. Os resultados dos testes exatos de Fisher apresentados na referida tabela demonstram que quatro das variáveis consideradas apresentaram relação estatisticamente significativa a um nível de até 5% com a escolha da base de dados contábil para fins de elaboração de relatórios gerenciais: o fato de atuar ou não no segmento de geração (p-valor = 0,041), atuar ou não no segmento de comercialização (p-valor = 0,004), nível de faturamento (p-valor = 0,012), e a quantidade de colaboradores no setor contábil (p-valor = 0,038).

Analisando o cruzamento entre a variável segmento de geração e a variável dependente da hipótese ora analisada, exibida na Tabela 33, percebe-se que nenhuma das companhias

analisadas que também atuam no segmento de geração utilizam exclusivamente as informações contábeis regulatórias como base de dados para elaboração de relatórios gerenciais, enquanto que 37,5% das que não atuam no referido segmento baseiam seus relatórios contábeis gerenciais apenas nestas informações.

O mesmo observa-se no cruzamento com a variável segmento de comercialização, que evidencia que nenhuma das empresas analisadas que também atuam neste segmento baseiam seus relatórios gerenciais exclusivamente nas informações contábeis regulatórias, enquanto que 32,1% das que não atuam no segmento em questão utilizam apenas tais informações como base para seus relatórios gerenciais contábeis. Destaca-se ainda neste cruzamento que 57,1% das companhias analisadas que também atuam no segmento de comercialização utilizam tanto informações contábeis regulatórias quanto societárias, enquanto que apenas 14,3% das que não atuam neste segmento fazem o mesmo.

O cruzamento da variável nível de faturamento com a variável dependente apresentado na Tabela 33 demonstra que quanto maior o nível de faturamento maior a tendência de se utilizar tanto as informações da contabilidade societária quanto da regulatória para elaborarem seus relatórios gerenciais, visto que enquanto que nenhuma das empresas que faturam até R\$ 100 milhões se baseiam nestas duas bases de dados para elaborar seus relatórios gerenciais, 12,5% das empresas que faturam entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão, 33,3% das que faturam entre R\$ 1 bilhão e R\$ 4 bilhões e 57,1% das que faturam mais de R\$ 4 bilhões consideram essas duas bases de dados contábeis em seus relatórios gerenciais. Ainda destaca-se a prevalência do uso exclusivo das informações contábeis societárias para fins de elaboração de relatório contábil gerencial entre as empresas que faturam entre R\$ 100 milhões e 1 bilhão (62,5%).

Considerando a ordem disposta na Tabela 33, a última variável que apresentou relação estatística significativa com a variável dependente considerada na hipótese analisada foi a de quantidade de colaboradores no setor contábil, e observando-se o cruzamento destas variáveis, é percebido que apenas as empresas que possuem até 12 colaboradores no setor contábil baseiam seus relatórios gerenciais contábeis exclusivamente nas informações da contabilidade regulatória.

A hipótese de que as variáveis contingenciais: área de atuação, estrutura organizacional e tamanho possuem relação com a escolha da base de dados contábil utilizada pelas companhias estudadas para fins de elaboração de relatórios gerenciais é então parcialmente aceita, pois quatro das onze variáveis testadas apresentaram relação com a base de dados utilizada para fins de elaboração de relatórios gerenciais

4.2.8 Hipótese 8 – Investigação das diferenças entre o nível de impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade e da implementação da contabilidade regulatória nas funções da controladoria

A última hipótese levantada no estudo, de que o impacto da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria foram estatisticamente diferentes, se propôs a investigar se as diferenças observadas descritivamente entre os níveis de impacto dos dois eventos considerados na referida hipótese nas funções da controladoria tiveram significância estatística, considerando um intervalo de confiança de no mínimo 95%. Para testar a referida hipótese utilizou-se o teste de Wilcoxon, sendo para tanto excluídas, com o intuito de emparelhar as amostras, as empresas que responderam a apenas um dos níveis que se buscou comparar nesta hipótese, pois deste modo não permitiram comparar tais níveis. Os resultados do teste de Wilcoxon são apresentados na Tabela 34.

Tabela 34 – Impacto da implementação da contabilidade societária e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria

Funções	n	NÍVEL DE IMPACTO MÉDIO		p-valor
		Contabilidade Internacional (IFRS)	Contabilidade Regulatória (ANEEL)	
Contábil	32	4,22	4,06	0,448
Gerencial estratégica	33	3,73	3,42	0,189
Custos	33	3,42	3,18	0,354
Tributária	32	3,84	3,63	0,309
Proteção e controle de ativos	33	3,30	4,09	0,005
Controle e riscos	33	3,55	3,48	0,748
Controle interno	32	3,44	3,72	0,303
Elaboração e evidenciação de relatórios contábeis	33	4,12	3,70	0,066
Definição de premissas para a elaboração dos orçamentos	32	3,50	3,59	0,637
Mensuração e avaliação dos custos	33	3,58	3,70	0,595
ESCORE	30	36,933	36,4667	0,316

A Tabela 34 demonstra que das dez funções da controladoria consideradas na pesquisa, apenas a de proteção e controle de ativos apresentou diferença estatística significativa (p-valor = 0,005), logo pode-se afirmar que a implementação contabilidade regulatória provocou um impacto maior, estatisticamente comprovado, que a adoção das normas contábeis internacionais na função de proteção e controle de ativos. Este impacto superior da contabilidade regulatória na referida função pode ser explicado pelo fato de a contabilidade regulatória tratar os ativos

da infraestrutura recebidos em concessão como imobilizado, e para tanto tais devem ser controlados de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE).

Conclui-se então que a adoção das normas internacionais de contabilidade e a implementação da contabilidade regulatória proporcionaram impactos estatisticamente iguais nas demais funções da controladoria testadas, porém, como uma das funções testadas apresentou relação estatística significativa, a hipótese de que o impacto da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria foram estatisticamente diferentes é parcialmente aceita.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo identificar e analisar a possível influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre sistema de contabilidade gerencial das companhias de energia elétrica brasileiras.

Para atingir tal objetivo utilizou-se uma abordagem multimétodos sequencial, sendo na primeira etapa realizadas entrevistas com 1 contador, 3 superintendentes de controladoria e 1 consultor do setor elétrico, além de 1 representante da ANEEL e outro da CVM, e na segunda aplicados questionários aos contadores do setor elétrico brasileiro, alcançando uma amostra de 48 respondentes representantes de 43 companhias elétricas.

Como a coleta de dados retornou respondentes de uma mesma companhia e companhias de geração de energia elétrica desobrigadas a elaborarem demonstrativos contábeis regulatórios, para a análise de dados foram consideradas 4 amostras: (1) todos os 48 respondentes – considerada na análise das questões acerca do perfil profissional do respondente e de opinião sobre a contabilidade societária e regulatória; (2) todas as 43 companhias elétricas componentes da amostra – considerada na análise das questões sobre o perfil das empresas e de convergência contábil; (3) apenas os 40 respondentes que trabalham em distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica – considerada nas questões envolvendo opiniões sobre a contabilidade regulatória e sobre contabilidade societária em comparação à regulatória; e (4) apenas as 35 distribuidoras e transmissoras de energia elétrica – em toda a análise inferencial e nas questões que envolveram utilização e relevância da contabilidade regulatória ou da contabilidade societária quando a intenção foi a de comparação com a da contabilidade regulatória.

Atendendo ao primeiro objetivo específico do trabalho, de analisar o processo de convergência contábil no setor elétrico brasileiro, os resultados descritivos apresentados demonstraram que 42,9% das companhias de energia participantes da amostra implementaram IFRS sem auxílio de consultoria. A maior parte dos respondentes (59,5%) defendeu que tal processo trouxe mais custos que benefícios para o setor elétrico brasileiro, em contrapartida 72,3% acreditam que tal processo ocasionou um aumento da importância dos profissionais contábeis que atuam neste setor. De acordo com um dos entrevistados, após o processo de convergência contábil o contador passou a ser muito mais requisitado para participar de reuniões com a gestão.

A maior parte dos respondentes (80,9%) concordou que ainda existem muitas dúvidas na aplicação das normas contábeis internacionais no setor elétrico nacional. Quanto ao papel da

ANEEL neste processo, 38,3% discordaram da afirmação de que ela tenha o facilitado. Conforme um dos entrevistados, a falta de definição da ANEEL dificultou, por exemplo, a aceitação dos ativos e passivos regulatórios pela contabilidade societária, provocando a criação da contabilidade regulatória para o atendimento de suas necessidades regulatórias.

Quanto a tais ativos e passivos regulatórios, 68,1% dos respondentes concordaram que tais devem ser reconhecidos pela contabilidade societária, pois defendem que eles atendem às definições de ativo e passivo. Devido a esse não reconhecimento, um dos entrevistados afirmou que uma prática que vem sendo utilizada na empresa onde atua e propagada dentre as demais empresas de distribuição ou transmissão de energia elétrica brasileiras, é a de somar aos saldos societários os ativos e passivos regulatórios nas informações contábeis destinadas a bancos e a debenturistas.

Em relação à adoção da ICPC 01/IFRIC 12, 68% defenderam que a aplicação da ICPC 01/IFRIC 12 representa melhor a essência das companhias elétricas do que o procedimento anteriormente adotado, porém, analisando a implementação da contabilidade regulatória, 72,3% defendem que a metodologia de reconhecimento da infraestrutura da concessão a Valor Novo de Reposição (VNR) exprime melhor a essência da concessão do que a da ICPC 01.

Os resultados acerca da implementação das normas contábeis convergidas aos padrões internacionais e da contabilidade regulatória ainda apresentaram que na média os sistemas de informações contábeis não estão completamente parametrizados com as normas contábeis societárias e regulatórias, e que na média 33,86% do tempo do setor contábil nas distribuidoras e transmissoras participantes da pesquisa é dedicado à contabilidade regulatória, 27% à contabilidade societária, 21% a obrigações tributárias, 13,6% à contabilidade gerencial e 4,54% a outras atividades.

Quanto ao segundo objetivo específico da pesquisa, de identificar de que modo são utilizadas as informações provenientes da contabilidade financeira para fins de tomada de decisão e avaliação de desempenho nas empresas do setor elétrico brasileiro, os resultados demonstraram que 57,2% afirmaram que o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão é de elevado a máximo nas companhias de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica onde trabalham, enquanto que 52,9% atribuíram este mesmo nível à utilização das informações contábeis regulatórias para estes mesmos fins.

Aos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária 60% dos respondentes integrantes da amostra 4 do estudo atribuíram nível de importância de elevado a máximo, e 50% atribuíram este mesmo nível aos extraídos da contabilidade regulatória.

Quanto ao reflexo da essência econômica das concessionárias de distribuição e/ou transmissão de energia elétrica pelas contabilidades societária e regulatória, das 64,1% dos respondentes que integram a amostra 3 concordaram que a contabilidade societária reflete em um nível de alto a máximo, enquanto que uma proporção maior, de 71,8%, defenderam que a contabilidade regulatória reflete essa essência neste mesmo nível. Este resultado refletiu os argumentos da maioria dos entrevistados, que defendeu que a contabilidade regulatória reflete melhor a essência das companhias de distribuição e transmissão de energia elétrica do que a contabilidade societária.

Mais da metade dos respondentes (55%) concordou parcialmente ou plenamente que a contabilidade regulatória é mais útil que a societária para auxiliar tomadas de decisão e avaliar desempenho, e 65% concordaram que ela expressa melhor o resultado das distribuidoras e transmissoras do que a contabilidade societária, embora 52,5% dos respondentes considerem que a contabilidade regulatória é basicamente utilizada pela ANEEL, demonstrando que embora a maioria dos respondentes considere as informações contábeis regulatórias mais úteis para fins gerenciais do que a contabilidade societária, elas são utilizadas pela maioria das distribuidoras e/ou transmissoras estudadas basicamente para cumprir exigências regulatórias.

Foi identificado que 74,5% dos respondentes acreditam que a adoção das IFRS deu maior utilidade para fins gerenciais à informação contábil societária, e 74,5% que a utilização do MCPSE trouxe melhorias para o sistema de controle gerencial das empresas estudadas.

Mais da metade das distribuidoras e/ou transmissoras (51,43%) avaliam seus resultados líquidos observando exclusivamente o lucro societário sem nenhum tipo de ajuste, enquanto que apenas 17,14% avaliam seus resultados utilizando apenas o lucro regulatório.

Dos resultados descritivos destaca-se por fim que 42,86% das companhias de distribuição e/ou transmissão utilizam como base de dados para a elaboração de seus relatórios gerenciais as informações contábeis societárias, enquanto que 25,71% utilizam as informações contábeis regulatórias, 22,86% utilizam as duas e 8,57% adotam uma base de dados contábil gerencial independente.

Para atendimento dos dois últimos objetivos específicos do trabalho, de apontar fatores que influenciam a escolha da base de dados contábil utilizada para fins de tomada de decisão e avaliação de desempenho, e de identificar se os níveis de impacto causados pelas implementações das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria foram estatisticamente diferentes, foi realizada uma análise inferencial considerando apenas amostra 4 do estudo.

A análise inferencial testou oito hipóteses, sendo duas delas se propondo a comparar médias, e seis delas considerando como variáveis independentes os fatores contingenciais área de atuação, estrutura organizacional (controle acionário público ou privado, subordinação a grupo controlador e estilo gerencial), tamanho (faturamento e quantidade de colaboradores no setor contábil) e tecnologia (níveis de parametrização dos sistemas contábeis com as normas contábeis regulatórias e societárias), e se propondo a identificar a existência de tais variáveis com as variáveis dependentes definidas na pesquisa.

As variáveis dependentes definidas foram: (1) nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão; (2) nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão; (3) nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou transmissão estudadas; (4) nível de importância dos indicadores extraídos da contabilidade regulatória para fins de avaliação de desempenho para as empresas de distribuição e/ou transmissão estudadas; (5) escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho; (6) escolha da base de dados contábil utilizada pelas companhias estudadas para fins de elaboração de relatórios gerenciais.

Os testes da hipótese 1 revelaram que a atuação no segmento de distribuição, no segmento de transmissão e o nível de faturamento são variáveis que apresentam relação estatisticamente significativa com o nível de utilização das informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão.

As relações encontradas através dos testes da hipótese 1 demonstraram que as companhias que atuam no segmento de distribuição tendem a utilizar mais as informações contábeis societárias para fins de tomada de decisão do que as que não atuam, as que atuam no segmento de transmissão tendem a utilizá-las menos do que as que não atuam nesse segmento, e as que faturam até R\$ 100 milhões tendem a uma utilização de tais informações em um nível de mínimo a mediano, enquanto que todas as que faturam mais de R\$ 4 bilhões apresentaram nível de utilização alto.

Buscando identificar as variáveis que apresentam relação com o nível de utilização da contabilidade regulatória para estes mesmos fins, testou-se a hipótese 2, a qual apresentou que apenas o faturamento apresentou relação estatisticamente significativa com o nível de utilização das informações contábeis regulatórias para fins de tomada de decisão, demonstrando que todas as que faturam mais de R\$ 4 bilhões apresentaram nível alto de utilização de tais informações, enquanto que as que faturam entre R\$ 1 bilhão e R\$ 4 bilhões apresentaram em sua maioria um nível mediano.

Comparando os resultados das hipóteses 1 e 2, evidencia-se que todas as que faturam mais de R\$ 4 bilhões utilizam em um nível alto tanto as informações contábeis societárias quanto as regulatórias para fins de tomada de decisão.

Os testes da hipótese 3 identificaram que apenas a variável atuação no segmento de transmissão apresentou relação estatisticamente significativa com o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho, indicando que as empresas que não atuam no referido segmento tendem a dar maior importância a tais indicadores e resultados.

Em relação às variáveis que se relacionam com o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da contabilidade societária para fins de avaliação de desempenho testou-se a hipótese 4, que identificou que a única variável que possui relação significativa com tal nível é o controle acionário, evidenciando que as companhias e/ou distribuidoras não controladas pelo poder público tendem a dar maior importância aos indicadores e resultados da contabilidade regulatória.

Na média o nível de utilização das informações contábeis regulatórias (3,71) foi maior que o nível de utilização das informações contábeis societárias (3,49) para fins de tomada de decisão, enquanto que o nível médio de importância dos indicadores e resultados da contabilidade societária (3,56) foi maior que os da contabilidade regulatória, porém o teste da hipótese 5 demonstrou que, considerando um intervalo de confiança de 95%, as diferenças entre tais médias não são estatisticamente significantes, levando à conclusão de que estatisticamente os níveis de utilização das duas são, em média, estatisticamente iguais, assim como também são os níveis de importância atribuídos aos indicadores e resultados provenientes dessas duas bases de dados contábeis.

Os testes da hipótese 6 demonstraram que apenas a variável nível de parametrização dos sistemas contábeis com as normas internacionais apresentou relação com a escolha do lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho, evidenciando que nenhuma das companhias distribuidoras e/ou transmissoras pesquisadas que apresentou um nível alto dessa parametrização utiliza exclusivamente o lucro regulatório para avaliar seu desempenho, enquanto que 30,8% das que apresentaram um nível mediano e 50% das que apresentaram um nível mínimo utilizam exclusivamente tal informação de lucro.

Os testes da sétima hipótese do estudo evidenciaram que as variáveis atuação no segmento de geração, atuação no segmento de comercialização, faturamento e quantidade de colaboradores no setor contábil apresentam relação estatisticamente significativa com a escolha da base de dados contábil para fins de elaboração de relatórios gerenciais. A análise destas

relações demonstrou que nenhuma das que atua no segmento de geração utiliza exclusivamente a contabilidade regulatória como base de dados para elaborar seus relatórios gerenciais, enquanto que 37,5% das que não atuam no referido segmento utilizam para estes fins exclusivamente as informações de tal contabilidade.

O mesmo foi demonstrado em relação as que atuam no segmento de comercialização, que enquanto nenhuma das que atua neste segmento utiliza as informações contábeis regulatórias em seus relatórios gerenciais, 32,1% das que não atuam baseiam-se exclusivamente em tais informações. A relação com o faturamento demonstrou que quanto maior seu nível, maior a tendência de se utilizar as duas bases de dados contábeis em seus relatórios gerenciais, e a relação com a quantidade de colaboradores atuando no setor contábil demonstrou que apenas as companhias de distribuição e/ou transmissão que possuem até 12 colaboradores nos seus setores contábeis baseiam seus relatórios gerenciais exclusivamente nas informações provenientes da contabilidade regulatória.

A última hipótese testada, que buscou atender ao quarto objetivo específico do trabalho, evidenciou que apesar de serem percebidas diferenças nos níveis de impacto médios das implementações das normas internacionais e da contabilidade regulatória nas funções da controladoria, elas foram estatisticamente significantes, a um nível de confiança de 95%, apenas na função de proteção e controle de ativos, na qual a contabilidade regulatória teve nível de impacto médio de 4,09 enquanto que o processo de convergência internacional apresentou um nível médio de 3,30.

Retomando o problema da pesquisa, os resultados evidenciaram que tanto a contabilidade regulatória quanto a contabilidade societária exercem influência sobre a contabilidade gerencial das companhias distribuidoras e/ou transmissoras de energia elétrica brasileira, destacando que a contabilidade societária convergida aos padrões internacionais é mais utilizada para fins gerenciais nas companhias estudadas do que a contabilidade regulatória.

Em função da falta de estudos acerca da influência da contabilidade regulatória e da contabilidade societária nos usuários internos das informações contábeis este estudo teve como uma de suas limitações a falta de resultados semelhantes publicados para fins de análise comparativa. Além disso, a forma de coleta de dados não presencial pode ter como viés a falta de interesse do respondente, uma vez que sente-se mais a vontade do que na frente do pesquisador para não responder a algumas perguntas ou responder de forma aleatória, de modo que não lhe tome tanto tempo.

Sugere-se para futuras pesquisas que sejam realizados estudos de caso para entender melhor como se dá a utilização das contabilidades societária e regulatória na gestão das

companhias de distribuição e/ou transmissão energia elétrica brasileiras, e estudos quantitativos contendo outras variáveis não contempladas nesse estudo. Ainda sugere-se que sejam feitas pesquisas objetivando analisar o impacto destes dois conjuntos de informação contábil sobre os usuários externos da contabilidade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, L.F. Brazilian discos cap regulation. **IEEE Power & Energy society**, pp. 1-6, 2007.

ALMEIDA, Dalci Mendes. **Impacto da implantação das normas internacionais de contabilidade na controladoria**: uma análise à luz da teoria da estruturação em empresas brasileiras . 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

AGBEJULE, A. Organizational culture and performance: the role of management accounting system. **Journal of Applied Accounting Research**, V. 12, n. 1, p. 74-89, 2011.

AGRESTI, A. **Categorical Data Analysis**. Second Edition. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2002.

ANEEL. **Resolução Normativa RN nº 444/2001**. Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2001444.pdf>>. Acesso em: 27 de novembro de 2012.

_____. **Tarifas de fornecimento de energia elétrica**. Brasília: ANEEL, 2005.

_____. **Histórico**. s.d.a. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=8&idPerfil=3>>. Acesso em: 28 de março de 2013.

_____. **Institucional**. s.d.b. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=636&idPerfil=3>>. Acesso em: 28 de março de 2013.

_____. **Perguntas e Respostas sobre tarifas das distribuidoras de energia elétrica**. Brasília: ANEEL, 2007.

_____. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2008.

_____. **Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE)**. Brasília: ANEEL, 2010.

_____. **Resolução Normativa Nº 367/2009**. Aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2009367.pdf>>. Acesso em: 23 de outubro de 2012.

_____. **Resolução Normativa Nº 370/2009**. Aprova a inclusão de alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001. Disponível em: <[http://nxt.aneel.gov.br/gateway.dll/libraryaneel/tematica/fiscalizacao/bren2009370.xml?fn=document-frame.htm\\$f=templates\\$3.0](http://nxt.aneel.gov.br/gateway.dll/libraryaneel/tematica/fiscalizacao/bren2009370.xml?fn=document-frame.htm$f=templates$3.0)>. Acesso em: 23 de outubro de 2012.

_____. **Resolução Normativa RN nº 396/2010**. Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010396.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

_____. **Por dentro da conta de energia**: informação de utilidade pública, 4ª edição. Brasília: ANEEL, 2011a.

_____. **Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias**. Brasília: ANEEL, 2011b.

ANDRADE, M. E. M. C.; MARTINS, V. A. Análise dos normativos de contabilidade internacional sobre contabilização de contratos de Parcerias Público-Privadas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, Ano 06, v.1, nº11, p. 83-107, 2009.

ANGELKORT, H.; SANDT, J.; WEIBENBERGER, B. E. Controllershship under IFRS: Some critical observations from a German-speaking country. **Universität Giessen Arbeitspapiere Industrielles Management und Controlling**, Giessen, Working Paper 1, 2008.

ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, M. **Contabilidade gerencial**. Tradução de André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. São Paulo: Atlas, 2000.

AZEVEDO, C. G. D.; MACHADO, A. G. C.; FROTA, I. L. N.; ZENAIDE, M. L. C.; BARBOSA JÚNIOR, C. L. Implantação de um Sistema ERP: a mudança organizacional sob os aspectos contingencial e institucional. Anais do EnANPAD 2003, Atibaia: 2003.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução: Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BAKER, C. Richard; BARBU, Elena M. Evolution of research on international accounting harmonization: a historical and institutional perspective. **Socio-Economic Review**, Oxford, v. 5, n. 4, p. 603-632, 2007.

BERNSTEIN, J. I.; SAPPINGTON, D. E. M. Setting the X Factor in Price-Cap Regulation Plans. **Journal of Regulatory Economics**, v. 16, p. 5-25, 1999.

BERRY, A. J.; COAD, A. F.; HARRIS, E. P.; OTLEY, D. T.; STRINGER, C. Emerging themes in management control: A review of recent literature. **The British Accounting Review**, v. 41, p. 2-20, 2009.

BORINELLI, M. L.; ROCHA, W. Práticas de Controladoria: um estudo nas cem maiores empresas privadas que atuam no Brasil. In: **anais do 4º Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2007.

BRAGA, Hugo R.; ALMEIDA, Marcelo C. **Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei Nº 11.638, de 28-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 24.643**, de 10 de Julho de 1934. Decreta o Código das Águas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 852**, de 11 de novembro de 1938. Mantém, com modificações, o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0852.htm>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.285**, de 18 de Maio de 1939. Cria o Conselho Nacional de Águas e Energia, define suas atribuições e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1285-18-maio-1939-349181-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 3.763**, de 25 de Outubro de 1941. Consolida disposições sobre águas e energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3763.htm>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Decreto nº 41.019**, de 26 de Fevereiro de 1957. Regulamenta os serviços de energia elétrica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41019.htm>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Lei nº 3.782**, de 22 de Julho de 1960. Cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3782.htm>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Lei nº 3.890-A**, de 25 de Abril de 1961. Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3890Acons.htm>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Lei nº 4.904**, de 17 de Dezembro de 1965. Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4904-17-dezembro-1965-369009-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 de março de 2013.

_____. **Decreto nº 63.951**, de 31 de Dezembro de 1968. Aprova a estrutura básica, do Ministério das Minas e Energia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63951-31-dezembro-1968-405475-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 de março de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 689**, de 18 de Julho de 1969. Extingue o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-689-18-julho-1969-374769-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 de março de 2013.

_____. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1976/6404.htm> Acesso em: 01 de junho de 2012.

_____. **Lei nº 8.987**, de 13 de Fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá

outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18987cons.htm>. Acesso em: 27 de março de 2013.

_____. **Decreto nº 2.335**, de 6 de Outubro de 1997. Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2335.HTM>. Acesso em: 27 de março de 2013.

_____. **Lei nº 10.848**, de 15 de Março de 2004. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.848.htm>. Acesso em: 27 de março de 2013.

_____. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso em: 01 de junho de 2012.

_____. **Lei 11.941**, de 27 de maio de 2009. Publicada no DOU em 28 de maio de 2009. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm> Acesso em: 31 de maio de 2012.

_____. **Medida Provisória 449**, de 03 de dezembro de 2008. Publicada no DOU em 04 de dezembro de 2008. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/mpv/449.htm>. Acesso em: 01 de junho de 2012.

BRUGNI, T. V.; RODRIGUES, A.; CRUZ, C. F.; SZUSTER, N. IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul/dez, 2012.

CADEZ, S.; GUILDING, C. An exploratory investigation of an integrated contingency modelo f strategic management accounting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, p. 836- 863, 2008.

CARVALHO, E. S.; MIRANDA, L. C.; WANDERLEY, C. A.; MONTEIRO, J. A. M. Efeitos da divergências entre contabilidade regulatória e normas contábeis internacionais nas demonstrações contábeis das empresas distribuidoras do setor elétrico brasileiro. **Anais do VI Seminário UFPE de Ciências Contábeis**, Recife: 2012.

CHAPMAN, C. S. Reflections on a Contingent View of Accounting. **Accounting, Organizations and Society**, V. 22, n. 2, p. 189-205, 1997.

CHENHALL, R. H. Theorizing Contingencies in Management Control Systems Research. In: CHAPMAN, C. S.; HOPWOOD, A. G.; SHIELDS, M. D (Editores). **Handbook of Management Accounting Research**. Amsterdam: Elsevier Ltd., 2007.

CHENHALL, R. H.; MORRIS, D. The Impact of Structure, Environment, and Interdependence on the Perceived Usefulness of Management Accounting Systems. **The Accounting Review**, vol. 61, n. 1, p. 16-35, jan. 1986.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Campus, 2004.

CLARK, J. M. **Studies in the Economics of Overhead Costs**, Chicago: University of Chicago Press, 1923.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM nº 457**, de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em:
<<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc>> Acesso em: 25 de agosto de 2013.

_____. **Instrução CVM nº 485**, de 01 de setembro 2010. Altera a Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Disponível em:
<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=I&File=inst\inst485.doc>. Acesso em: 25 de agosto de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **A busca da Convergência aos Padrões Internacionais**: programa de trabalho – 2008 a 2010. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/plano-convergencia0308.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2013.

_____. **Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão**. CPC, 2011.

_____. **Orientação OCPC 05 Contratos de Concessão**. CPC, 2010.

_____. **Posição Atual dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis Emitidos**. Atualizado em 28-01-2014. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPCs_28012014.doc>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resolução CFC nº 1.055**, de 07 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2013.

_____. **Resolução CFC nº 1.255**, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em:

<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1255.htm>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

_____. **Resolução CFC nº 1.285**, de 18 de junho de 2010. Inclui o apêndice “Glossário de Termos” à NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1285.htm>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

_____. **Resolução CFC nº 1.319**, de 09 de dezembro de 2010. Faculta a elaboração e a divulgação de ajustes retrospectivos das demonstrações contábeis comparativas em 2010. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1319.htm>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2º ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, C. F.; SILVA, A. F.; RODRIGUES, A. Uma discussão sobre os efeitos contábeis da adoção da interpretação IFRIC 12 - Contratos de concessão. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 4, p. 57-85, 2009.

DANI, A. C. **Integração dos sistemas de contabilidade financeira e gerencial com o processo de convergência contábil e a efetividade da controladoria**: um estudo em empresas brasileiras. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau: 2012.

DANTAS, P. B.; GRANHA, M. A.; LAGIOIA, U. C. Um estudo sobre a aderência do ICPC 01 nas empresas que atuam no setor de abastecimento de água de abrangência regional. **Anais do III Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis - AdCont**, Rio de Janeiro, 2012.

ESPEJO, M. M. S. B. **Perfil dos atributos do sistema orçamentário sob a perspectiva contingencial**: uma abordagem multivariada. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

EUROPEAN COMMISSION. Endorsement of IFRIC 12 Service Concession Arrangements Effect Study – Report. Brussels, 2008. **Arrangements. Bruxelas**, EU 2008. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/effect_study_ifric12_en.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2012.

FÁVERO, L. P. BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. Tradução de Lorí Viali. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREEMAN, G. H.; HALTON, J. H. Note on an Exact Treatment of Contingency, Goodness of Fit and Other Problems of Significance. **Biometrika**, Oxford, vol. 38, n. 1/2, p. 141-149, jun. 1951.

GANIM, A. **Setor elétrico brasileiro**: aspectos regulamentares, tributários e contábeis. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. **Contabilidade Gerencial**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GERDIN, J. Management accounting system design in manufacturing departments: na empirical investigation using a multiple contingencies approach. **Accounting, Organizations and Society**, vol. 30, p. 99-126, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILIO, L. **Aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo: 2011.

GILIO, L.; AFONSO, L. E. Aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS. In: **Anais VI Congresso Anpcont**, 2012, Florianópolis. Anais do VI Congresso Anpcont, 2012.

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysts perspective: Some European evidence. **Journal of Accounting Research**, 18, p.64-76, 1980.

HALBOUNI, S. S.; HASSAN, M. K. The domination of financial accounting on managerial accounting information: An empirical investigation en the UAE. **International Journal of Commerce and Management**, vol. 22, N. 4, p. 306-327, 2012.

HALDMA, T.; LÄÄTS, K. Contingencies influencing the management accounting practices of Estonian manufacturing companies. **Management Accounting Research**, v. 13, p. 379-400, 2002.

HOPPER, T.; KIRKHAM, L.; SCAPENS, R. W.; TURLEY, S. Does financial accounting dominat management accounting: a research note. **Management Accounting Research**, vol. 3, p. 307-311, 1992.

IBM. The Fisher Exact test for an RxC table is the Fisher-Freeman-Halton test. **Support for IBM SPSS Statistics**, 2007. Disponível em:
<<http://www-01.ibm.com/support/docview.wss?uid=swg21479647>>. Acesso em: 18/12/2013.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATIONS COMMITTEE - IFRIC. **IFRIC Interpretation 12 - Service Concession Arrangements**. IASB, 2006.

INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IPSASB. **IPSAS 32: Service Concession Arrangements**: Grantor, 2011. Disponível em:
<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/B8_IPSAS_32.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2012.

ITTNER, C. D.; LARCKER, D. F. Assessing empirical research in managerial accounting: a value-based management perspective. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 349-410, 2001.

JICK, T. D. Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action. **Administrative Science Quaterly**, V. 24, n. 4, p. 602-611, 1979.

JOHNSON, H. T.; KAPLAN, R. S. **Relevance Lost: The Rise and Fall of Management Accounting**. Boston: Harvard Business School, 1987.

JOSEPH, N.; TURLEY, S.; BURNS, J.; LEWIS, L.; SCAPENS, R.; SOUTHWORTH, A. External financial reporting and management information: a survey of U.K. management accountants. **Management Accounting Research**, v. 7, p. 73-93, 1996.

JUNQUEIRA, E. R. **Perfil do sistema de controle gerencial sob a perspectiva da teoria da contingência**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KANG, J.; WEISMAN, D. L.; ZHANG, M. Do consumers benefit from tighter price cap regulation?. **Economics Letters**, v. 67, p. 113-119, 2000.

LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. Differentiation and Integration in Complex Organizations. **Administrative Science Quarterly**, v.12, p. 1-47, 1967.

MACOHON, E. R. **Reflexos da Institucionalização de Hábitos e Rotinas Organizacionais nos Estágios Evolutivos da Contabilidade Gerencial**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

MARQUES, K. C. M. **Custeio alvo à luz da teoria da contingência e da nova sociologia institucional**: estudo de caso sobre sua adoção, implementação e uso. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEHTA, C. R. **Exact Nonparametric Inference: Theory, Applications and software**. NorthEast SAS User Group - NESUG, Boston, MA, 1990.

MEHTA, C. R.; PATEL, N. R. A Network Algorithm for Performing Fisher's Exact Test in $r \times c$ Contingency Tables. **Journal of the American Statistical Association**, v. 78, n. 382, p. 427-434, June, 1983.

MEHTA, C. R.; PATEL, N. R. IBM SPSS Exact Tests. S.l.: IBM, 2011. Disponível em: <<http://www.csun.edu/sites/default/files/exact-tests20-32bit.pdf>>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

MINCATO, K. D. **IFRIC 12 - Service Concession Arrangements** - uma proposta de aplicação em uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MONTEIRO, J. A. M.; WANDERLEY, C. A.; SANTOS, A. A.; CARVALHO, E. S. Um estudo sobre o nível de comparabilidade entre os valores contábeis regulatórios e societários das companhias brasileiras de distribuição de energia elétrica. **Anais do VII Seminário UFPE de Ciências Contábeis**, Recife: 2013.

MOTA, R. L. Electricity Distribution and Supply Business in Brazil: A Social Cost-Benefit Analysis. **Cambridge Working Papers in Economics** (DAE 0309), 2003.

PAGANO, M.; HALVORSEN, K. T. An Algorithm for Finding the Exact Significance Levels of $r \times c$ Contingency Tables. **Journal of the American Statistical Association**, v. 76, n. 376, p. 931-934, December, 1981.

PARIS, P. K. S.; RODRIGUES, A.; CRUZ, C. F.; BRUGNI, T. V. Efeitos esperados da adoção da IFRIC 12 e ICPC 01: estudo comparativo entre Brasil e Europa. **RIC – Revista de Informação Contábil**, Vol. 6, nº 1, p. 85-104, Recife: 2011.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 19-32, 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. 4ª Edición. Iztapalapa: McGraw-Hill, 2006.

SCALZER, R. S. **A adoção do ICPC 01 e os impactos financeiros nas demonstrações contábeis**: um estudo de caso na LIGHT S.E.S.A. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia. Rio de Janeiro, 2010.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR., N. J. **Estatística Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento**. Tradução de Sara Ianda Correa Carmona. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, P. C. **Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento**: a percepção dos profissionais do setor. Dissertação (Mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, 2008.

SUZART, J. A. S.; SOUZA, V. R.; CARVALHO, A. S.; RIVA, E. D. Informações societárias versus informações regulatórias: uma análise da relevância da informação contábil no contexto das concessionárias brasileiras do setor elétrico. **Anais do 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, 2012.

TEDDLIE, C.; TASHAKKORI, A. **Foundations of Mixed Methods Research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences**. Thousand Oaks, CA: SAGE publications, 2009.

TORRÃO, Edgar Alberto Torres. Contratos de concessão: a IFRIC 12 como (r)evolução contabilística. **Revista Revisores e Auditores - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas**, Lisboa, n. 48, p. 20-29, Janeiro/Março de 2010.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (CE) N.º 254/2009 da Comissão**. que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008. Adota certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Interpretação 12 do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC). Jornal Oficial da União Europeia, 26.3.2009. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:080:0005:0013:PT:PDF>>. Acesso em: 30 de novembro de 2012.

_____. **Regulamento (CE) No. 1.606/2002** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho 2002. Relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002R1606:pt:NOT>> Acesso em: 01 de dezembro de 2012.

VERBEEK, A.; KROONENBERG, P. M. A Survey of algorithms for exact distribution of test statistics in r x c contingency tables with fixed margins. **Computation Statistics & Data Analysis**, v. 3, p. 159-185, 1985.

ZEFF, S. A. The Evolution of the IAS Cinto the IASB, and the Challenges it Faces. **The Accounting Review**, v. 87, No. 3, p. 807-837, 2012.

WANDERLEY, C. A.; CULLEN, J. Um Caso de Mudança na Contabilidade Gerencial: a Dinâmica Política e Social. **Revista de Contabilidade e Finanças - USP**, v. 23, n. 60, p. 161-172, 2012.

WANDERLEY, C. A.; CULLEN, J.; TSAMENYI, M.. Privatisation and electricity sector reforms in Brazil: accounting perspective. **Journal of Accounting in Emerging Economie**, v. 1, n. 1, p. 53-75, 2011.

WEIBENBERGER, B. E.; STAHL, A. B.; VORSTIUS, S. Changing from German GAAP to IFRS or US GAAP: a survey of German Companies. **Accounting in Europe**, United Kindom, v. 1, p. 169-189, 2004.

WEIBENBERGER, B. E.; ANGELKORT, H. Integration of financial and management accounting systems: The mediating influence of a consistent financial language on controllership effectiveness. **Management Accounting Research**, v. 22, p. 160-180, 2011.

**APÊNDICE A – Guia para entrevistas com os contadores presentes no XXVIII
ENCONSEL**

BLOCO 1 – PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1 – Qual seu nome, seu cargo e empresa onde você trabalha?
- 2 – Quais são suas funções e responsabilidades no setor contábil da empresa onde você trabalha?
- 3 – Há quanto tempo você trabalha nessa empresa?

BLOCO 2 – CONTABILIDADE REGULATÓRIA E SOCIETÁRIA

- 4 – De forma aproximada, em termos percentuais, quanto do seu tempo é dedicado à contabilidade societária (IFRS), à contabilidade regulatória, à contabilidade tributária e à contabilidade gerencial?
- 5 – No caso da empresa onde você trabalha, quais foram as maiores dificuldades encontradas na adoção das normas internacionais de contabilidade e como foram superadas?
- 6 – Foi contratada alguma acessória externa para a implementação das IFRS? Se sim, qual a função desta acessória, implementação completa ou apenas consultoria?
- 7 – Você acredita que esse processo de convergência, considerando inclusive a não aceitação da IFRIC 12 pela ANEEL e a não aceitação dos ativos e passivos regulatórios pela norma societária, está trazendo mais custo do que benefício para o setor elétrico? Justifique.
- 8 – Em sua opinião, qual das duas contabilidades reflete melhor a essência da concessão, a regulatória ou a societária? Justifique.
- 9 – Comparando o antes e o depois, como a IFRS e a criação formal da contabilidade regulatória modificou seu dia-a-dia no trabalho?
- 10 – A área contábil ganhou mais importância na empresa?
- 11 – A ANEEL possui um canal de comunicação com os contadores do setor de modo a permitir influência em suas regulamentações econômicas?
- 12 – Qual sua opinião sobre a influência de se divulgar estas duas contabilidades, regulatória e societária, sobre os usuários externos da informação contábil?
- 13 – Qual a estratégia adotada para tentar minimizar os problemas gerados pela divulgação destas duas contabilidades?

14 – Considerando que a contabilidade regulatória é a base para fins de revisão tarifária e que os investidores se preocupam com a geração de receita, você acredita que os investidores utilizam mais as informações contábeis regulatórias para tomar suas decisões?

BLOCO 3 – IMPACTOS NA CONTABILIDADE GERENCIAL

15 - Na empresa onde você trabalha, existe algum impacto da implementação da IFRS ou da Contabilidade Regulatória na forma de gestão dos usuários internos da contabilidade no processo de tomada de decisão?

16 - Qual das duas contabilidades, regulatória e societária, você utiliza para gerar relatórios para os usuários internos? Por exemplo, o orçamento e tuas medidas de desempenho são baseados na contabilidade regulatória, societária ou em um *mix* das duas?

BLOCO 4 – SUGESTÕES

16 - Você teria alguma sugestão, algum comentário, alguma curiosidade que você ache que ainda não esteja esclarecida que você queria incluir também nessa relação entre contabilidade regulatória e societária?

APÊNDICE B – Guia para entrevista com representante de assuntos contábeis da ANEEL

BLOCO 1 – PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1 – Qual seu nome e seu cargo na ANEEL?
- 2 – Quais são suas funções e responsabilidades na ANEEL?
- 3 – Há quanto tempo você trabalha lá?

BLOCO 2 – CONTABILIDADE REGULATÓRIA E SOCIETÁRIA

- 4 – Quais foram os maiores desafios que a ANEEL teve que superar esse últimos anos em termos de regulação econômico-financeira?
- 5 – Quais são as principais dificuldades do processo de fiscalização econômico-financeira da ANEEL?
- 6 - Quais as maiores dificuldades encontradas na adoção das IFRS e como você percebeu que as empresas as superaram?
- 7 – Em sua opinião, qual das duas contabilidades reflete melhor a essência da concessão, a regulatória ou a societária? Justifique.
- 8 - Qual sua opinião sobre a influência de se divulgar estas duas contabilidades, regulatória e societária, sobre os usuários da informação contábil?
- 9 – Qual a estratégia sugerida pela ANEEL para tentar minimizar os problemas gerados pela divulgação destas duas contabilidades?
- 10 – As práticas e demandas das empresas do setor elétrico influenciam a regulação econômico-financeira da ANEEL?
- 11 – Quais mecanismos, além de audiências públicas, que as empresas do setor elétrico podem utilizar para conseguir influenciar o sistema regulatório?

BLOCO 3 – SUGESTÕES

12 – Você teria alguma sugestão, algum comentário, alguma curiosidade que você ache que ainda não esteja esclarecida que você queria incluir também nessa relação entre contabilidade regulatória e societária?

APÊNDICE C – Guia para entrevista com representante de assuntos contábeis da CVM

BLOCO 1 – PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1 – Qual seu nome e seu cargo na CVM?
- 2 – Quais são suas funções e responsabilidades na CVM?
- 3 – Há quanto tempo você trabalha lá?

BLOCO 2 – CONTABILIDADE REGULATÓRIA E SOCIETÁRIA

- 4 – Em sua opinião, quais foram as maiores dificuldades que as empresas do setor elétrico encontraram para se adaptar às normas internacionais de contabilidade (IFRS)?
- 5 – Você acredita que esse processo de convergência, considerando inclusive a não aceitação da IFRIC 12 pela ANEEL e a não aceitação dos ativos e passivos regulatórios pela norma societária, está trazendo mais custo do que benefício para o setor elétrico? Justifique.
- 6 – Diante de sua experiência na CVM você observou alguma dificuldade na adoção das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória pelo setor elétrico? Se sim, quais? Você sabe como foram superadas?
- 7 – Em sua opinião, qual foi o papel da ANEEL nesse processo de adoção de padrões internacionais de contabilidade?
- 8 – Qual a visão da CVM em relação à criação da contabilidade regulatória? Isso dificultou o processo de convergência no setor elétrico? Já era algo esperado pela CVM?
- 9 – Em sua opinião, qual das duas contabilidades reflete melhor a essência da concessão, a regulatória ou a societária? Justifique.
- 10 – Você observou se a adoção das IFRS e a obrigatoriedade da Contabilidade Regulatória impactou o sistema contábil gerencial das companhias do setor elétrico, o dia-a-dia de trabalho e o nível de importância dos contadores do setor elétrico? Se sim, de que forma?
- 11 – Qual sua opinião sobre a influência de se divulgar estas duas contabilidades, regulatória e societária, sobre os usuários da informação contábil?
- 12 – Considerando que a contabilidade regulatória é a base para fins de revisão tarifária e que os investidores se preocupam com a geração de receita, você acredita que os usuários da informação contábil utilizam mais as informações contábeis regulatórias para tomar suas decisões?

13 – Qual estratégia você sugeriria para tentar minimizar os problemas gerados pela divulgação destas duas contabilidades para os usuários externos e internos das informações contábeis?

BLOCO 3 – SUGESTÕES

14 – Você teria alguma sugestão, algum comentário, alguma curiosidade que você ache que ainda não esteja esclarecida que você queria incluir também nessa relação entre contabilidade regulatória e societária?

APÊNDICE D – Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prezado (a) Senhor (a),

Como parte da minha dissertação de mestrado em Ciências Contábeis, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal de Pernambuco estou conduzindo uma pesquisa junto aos profissionais contabilistas atuantes nas companhias do setor elétrico brasileiro.

A dissertação tem como tema **“A influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre sistema de contabilidade gerencial das companhias de energia elétrica brasileiras”**, tendo então como principal objetivo Investigar a influência da implementação das normas internacionais de contabilidade e da contabilidade regulatória sobre sistema de contabilidade gerencial das companhias distribuidoras e transmissoras de energia elétrica brasileiras.

Suas respostas devem representar a realidade atual da empresa onde você atua. O sigilo total é garantido às suas respostas. Nenhuma empresa será identificada na pesquisa, pois os dados serão analisados de forma consolidada.

Esta dissertação é orientada pelo professor e pesquisador Cláudio de Araújo Wanderley, Ph.D., o qual realizou sua tese de doutorado pela *Sheffield University* abordando a contabilidade gerencial do setor elétrico. Para obter referências minhas pode entrar em contato pelo e-mail claudio.wanderley@ufpe.br.

Qualquer dúvida, por favor, entre em contato pelos telefones (083) 8680-0653/(081) 8602-8861 ou pelo e-mail augusto.monteiro@ufpe.br.

Agradeço antecipadamente sua valiosa colaboração a esta pesquisa.

Atenciosamente,
José Augusto de Medeiros Monteiro.
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPE.

PARTE 1 – DADOS GERAIS

Nesta parte serão perguntados sobre você e a empresa onde você trabalha.

1 – Qual o nome da empresa onde você trabalha? _____

2 – Área de atuação da empresa onde você trabalha (pode marcar mais de um):

Distribuição Transmissão Geração Comercialização

3 – Faturamento anual da empresa:

- Até R\$ 100 milhões
- Entre R\$ 100 milhões e R\$ 1 bilhão
- Entre R\$ 1 bilhão e R\$ 4 bilhões
- Entre R\$ 4 bilhões e 8 bilhões
- Entre R\$ 8 bilhões e R\$ 12 bilhões
- Entre R\$ 12 bilhões e R\$ 16 bilhões
- Mais de R\$ 16 bilhões

4 – Qual o seu cargo?

- Contador
- Controller
- Assistente de contabilidade
- Gestor financeiro
- Outro: _____

5 – Qual o seu nível de instrução?

- Técnico
- Graduação
- Especialização (*MBA*)
- Mestrado/Doutorado

6 – Quantidade de pessoas atuando no setor contábil da empresa (incluindo gerentes e auxiliares): _____

7 – Há quanto tempo você atua na empresa onde você trabalha? _____

8 - Há quanto tempo você trabalha na área contábil do setor elétrico? _____

9 – Capital Acionário:

- Cooperativa
- Limitada
- Público
- Sociedade por Ações

10 – Composição do capital acionário:

- Totalmente público
 Predominantemente público
 Totalmente privado nacional
 Predominantemente privado nacional
 Totalmente privado estrangeiro
 Predominantemente privado estrangeiro

11 – É subsidiária de um grupo?

- Sim Não

12 – Você considera o estilo gerencial da empresa onde você trabalha:

Muito Centralizado	Centralizado	Apresenta tanto características centralizadoras quanto descentralizadoras	Descentralizado	Muito Descentralizado

13 – Em termos percentuais, quanto tempo é destinado pelo setor contábil da empresa onde você trabalha às seguintes atividades? (A soma das respostas deve totalizar 100)

Contabilidade Societária (IFRS)	
Contabilidade Regulatória (ANEEL)	
Obrigações tributárias e fiscais	
Contabilidade gerencial	
Outras	

PARTE 2 – Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e das alterações na Contabilidade Regulatória

Nesta parte serão realizados questionamentos acerca do processo de implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e das alterações na Contabilidade Regulatória do Setor Elétrico brasileiro.

14 – Quais estratégias a empresa utilizou para auxiliar a implementação das IFRS (pode marcar mais de uma):

- Participação de funcionários em palestras
 Participação de funcionários em workshops
 Treinamento de funcionários
 Contratação de Consultoria contábil
 Contratação de Consultoria de analistas de sistemas
 Implementado internamente sem auxílio de consultoria contábil externa
 Outras (especifique: _____)

15 – Em uma escala de 1 a 5 responda:

Pergunta:	Nenhum	Mínimo	Mediano	Alto	Máximo
	1	2	3	4	5
1 – Qual o nível de adequação (parametrização) dos sistemas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)?					
2 – Qual o nível de adequação (parametrização) dos sistemas de acordo com os procedimentos da Contabilidade Regulatória (ANEEL)?					

16 – Considere as seguintes afirmações e atribua seu nível de concordância ou discordância.

Afirmação:	Discordo Plenamente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente
	1	2	3	4	5
1 – O processo de convergência contábil trouxe mais custos do que benefícios para o setor elétrico.					
2 – Os profissionais contábeis ganharam maior importância nas empresas do setor elétrico após a harmonização contábil (IFRS)					
3 – Os profissionais contábeis ganharam maior importância após a criação formal da Contabilidade Regulatória (ANEEL).					
4 – Os procedimentos de tratamento de contabilização dos contratos de concessão determinados pela IFRIC 12/ICPC 01 representam melhor a essência da concessão do que o tratamento adotado anteriormente.					
5 – A valoração a Valor Novo de Reposição exprime melhor a essência dos bens da concessão do que o tratamento deles como ativos intangíveis e/ou financeiros.					
6 – Os ativos regulatórios e passivos regulatórios devem ser reconhecidos pela contabilidade societária, pois tais se caracterizam, respectivamente, como ativos e passivos.					
7 – Os procedimentos de contabilidade regulatória determinados pela Resolução ANEEL n° 396/2010 são adequados.					
8 – A ANEEL facilitou o processo de harmonização contábil nas companhias elétricas brasileiras.					
9 – Ainda existem muitas dúvidas relacionadas à aplicação de IFRS no setor elétrico brasileiro.					

PARTE 3 – Utilidade da informação contábil e Integração da Contabilidade Financeira com a Contabilidade Gerencial

Nesta parte serão realizadas perguntas acerca da utilização das informações contábeis societárias e regulatórias para fins gerenciais, e da integração entre a Contabilidade Financeira com a Contabilidade Gerencial.

17 – Para auxiliar a compreensão dos usuários internos da informação contábil, quais relatórios explicativos sobre as diferenças entre as contabilidade regulatória e societária são utilizados? (Você pode marcar mais de uma opção)

- Demonstrativo de reconciliação entre as duas contabilidades
- Notas explicativas
- Nenhum
- Outras, especifique: _____

18 – Responda em uma escala de 1 a 5 as questões a seguir:

Informações	Nenhum	Mínimo	Médio	Elevado	Máximo
	1	2	3	4	5
1 – Em sua opinião qual o nível de importância das informações contábeis regulatórias para investidores e credores da empresa em que você trabalha?					
2 – Qual o nível de utilização das informações contábeis societárias (IFRS) para fins de tomada de decisão interna?					
3 – Qual o nível de utilização das informações contábeis regulatórias (ANEEL) para fins de tomada de decisão interna?					
4 – Qual o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da Contabilidade Societária (IFRS) para a avaliação de desempenho?					
5 – Qual o nível de importância dos indicadores e resultados extraídos da Contabilidade Regulatória (ANEEL) para a avaliação de desempenho?					
6 – Em qual nível a Contabilidade Regulatória (ANEEL) representa a essência econômica da empresa em que você trabalha?					
7 – Em qual nível a Contabilidade Societária (IFRS) representa a essência econômica da empresa em que você trabalha?					

19 – Qual o Lucro utilizado para fins de avaliação de desempenho?

- Lucro Societário (IFRS)
- Lucro Regulatório (ANEEL)
- Tanto o Lucro Societário (IFRS) quanto o Lucro Regulatório (ANEEL)
- Lucro ajustado a partir das informações contábeis Societárias (IFRS)
- Lucro ajustado a partir das informações contábeis Regulatórias (ANEEL)
- Lucro ajustado a partir das informações contábeis Societárias (IFRS) e Regulatórias (ANEEL)

20 – Para fins de elaboração de relatórios contábeis gerenciais (tais como orçamento, indicadores e avaliação de desempenho) qual a base de dados utilizada?

- Base de dados da Contabilidade societária (IFRS)
- Base de dados da Contabilidade regulatória (ANEEL)
- Base de dados independente das contabilidades societária (IFRS) e regulatória (ANEEL)
- Tanto a base de dados da contabilidade societária (IFRS) quanto da contabilidade regulatória (ANEEL)

21 – Se você afirmou que a base de dados utilizada para fins de elaboração de relatórios contábeis gerenciais é proveniente tanto da Contabilidade Societária (IFRS) quanto da Contabilidade Regulatória (ANEEL), informe qual base de dados é mais utilizada.

- Maior número de dados proveniente da Contabilidade Societária (IFRS)
- Maior número de dados proveniente da Contabilidade Regulatória (ANEEL)
- Quantidade de dados das Contabilidades Societária (IFRS) e Regulatória (ANEEL) aproximadamente equivalentes

22 – Indique as principais razões para a escolha da base de dados indicada (pode indicar mais de uma).

- Determinação da administração
- Maior facilidade
- Mais compreensível
- Já era utilizada antes da adoção das normas IFRS
- Maior proximidade com a essência econômica da organização
- Usada pela maioria das empresas do setor
- Por se base para cálculo e distribuição de dividendos
- Por ser base para cálculos de revisão tarifária
- Outras. Quais? _____

23 – Considere as seguintes afirmações e atribua seu nível de concordância ou discordância.

Afirmação:	Discordo Plenamente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente
	1	2	3	4	5
1 – Considero que a Contabilidade Regulatória (ANEEL) seja mais útil que a Contabilidade Societária (IFRS) para auxiliar a tomada de decisão e avaliar desempenho.					
2 – A Contabilidade Regulatória (ANEEL) serve apenas para fins de revisão tarifária, fiscalização e controle da ANEEL.					
3 – O acompanhamento dos números da Contabilidade Regulatória (ANEEL) pela gestão da empresa onde trabalho está voltado apenas às exigências do contrato de concessão.					
4 – O resultado apurado pela Contabilidade Regulatória (ANEEL) exprime melhor o resultado das operações das empresas do setor elétrico brasileiro.					
5 – Após a adoção das normas contábeis do CPC em convergência às normas contábeis IFRS a informação contábil societária se tornou mais útil para fins gerenciais.					
6 – O controle patrimonial determinado pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) trouxe melhorias para o sistema de controle gerencial da empresa onde trabalho.					

24. Em uma escala de 1 a 5, conforme legenda abaixo, atribua o nível de impacto das normas internacionais de contabilidade e das normas de contabilidade regulatória nas seguintes funções e atividades:

FUNÇÕES E ATIVIDADES	NÍVEL DE IMPACTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE					NÍVEL DE IMPACTO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE REGULATÓRIA				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
1.Função contábil										
2.Função gerencial estratégica										
3.Função de custos										
4.Função tributária										
5.Função de proteção e controle de ativos										
6.Função de controle e riscos										
7.Função de controle interno										
8.Elaboração e evidenciação dos relatórios contábeis										
9.Definição de premissas para a elaboração dos orçamentos										
10.Mensuração e avaliação dos custos										

25 - Gostaria de receber um resumo executivo desta pesquisa? Se sim, informe seu nome e e-mail.

Nome:

E-mail: